



Banco de Portugal

EUROSISTEMA

Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste

2007 | 2008

Disponível em
www.bportugal.pt
Publicações

BANCO DE PORTUGAL

Departamento de Relações Internacionais

Rua do Comércio, 148
1100-150 LISBOA

www.bportugal.pt

Design e Distribuição

Departamento de Serviços de Apoio
Av. Almirante Reis, 71/2º.
1150-012 Lisboa

Impressão e Acabamento

Banco de Portugal
Departamento de Serviços de Apoio

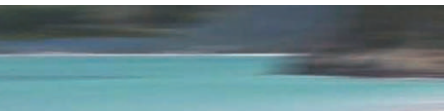
Tiragem

600 exemplares

Deposito Legal Nº 235642/05

ISBN 978-989-8061-48-5

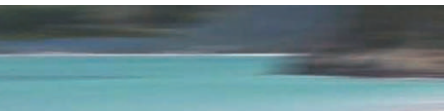
ISSN 1646-2807



ÍNDICE

Índice

<i>Nota prévia</i>	7
Capítulo I <i>Enquadramento Internacional</i>	11
Capítulo II <i>Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste</i>	17
Angola	19
Cabo Verde	37
Guiné-Bissau	55
Moçambique	73
São Tomé e Príncipe	91
Timor-Leste	109
Capítulo III <i>Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste</i>	127
III.1. Relações comerciais e balança de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste	129
III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste	135
III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal	139



NOTA PRÉVIA

Nota Prévía

À semelhança das edições anteriores, a "Evolução das Economias dos PALOP e de Timor-Leste – 2007/2008" pretende contribuir para um melhor conhecimento da realidade económica actual dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e de Timor-Leste, tanto no que diz respeito aos seus indicadores macroeconómicos fundamentais como no que se refere às respectivas relações económicas e financeiras com Portugal.

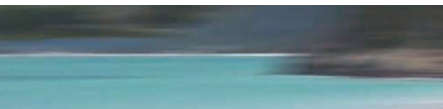
O presente documento foi elaborado com base em informação recebida até Agosto, a qual corresponde, em alguns casos, a valores preliminares ou estimativas, eventualmente passíveis de posterior revisão.

Agradece-se a amável colaboração das diversas entidades contactadas – em particular, os bancos centrais de Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe, a Agência Nacional do Banco Central dos Estados da África Ocidental na Guiné-Bissau e a Autoridade Bancária e de Pagamentos de Timor-Leste – que se revestiu da maior importância para a obtenção dos elementos de informação necessários à elaboração do presente relatório.

Departamento de Relações Internacionais

Área de Cooperação

Setembro de 2008



CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Evolução recente

A economia global encontra-se em acentuado abrandamento, afectada pela grave turbulência financeira e pela rápida subida dos preços dos bens primários e energéticos. Após um prolongado período de elevado dinamismo, generalizado às várias áreas geográficas, a crise iniciada no mercado imobiliário de alto risco (*subprime*) dos EUA teve fortes repercussões nos mercados monetários e financeiros internacionais, em particular das economias avançadas, quer nos EUA, quer na Europa, com destaque para o Reino Unido, enquanto o continuado aumento dos preços dos bens primários conduziu a subidas na taxa de inflação, as quais foram mais acentuadas nas economias emergentes e em desenvolvimento.

O crescimento mundial desacelerou de cerca de 5% nos últimos quatro anos para 4 ½% no primeiro trimestre de 2008, com os indicadores recentes de actividade e sentimento de mercado a apontarem para o acentuar do abrandamento nos meses seguintes, liderado pelos países desenvolvidos, conduzindo a uma expansão global em torno dos 4% para o conjunto de 2008. Esta atenuação cíclica é acompanhada por pressões inflacionistas, com origem nos mercados de bens primários, e por maior restritividade do crédito e aumento de aversão ao risco, resultante das dificuldades enfrentadas pelas instituições financeiras. As tensões nos mercados financeiros e as fortes quebras em alguns mercados imobiliários de países avançados propagaram-se às economias emergentes e em desenvolvimento através dos canais comercial e financeiro, pelo que estes países, embora mantenham ainda crescimentos robustos, registam uma certa moderação face ao ímpeto dos anos anteriores.

Nas economias avançadas, o abrandamento em 2008 é significativo, descendo para um ritmo inferior ao potencial pela primeira vez desde o princípio da década. A desaceleração iniciou-se no quarto trimestre de 2007 e primeiro trimestre de 2008, acentuando-se nos trimestres seguintes.

A economia dos EUA patenteou, no princípio de 2008, uma maior resistência ao choque do que antecipado, para o que contribuiu a forte resposta das políticas económicas, com um relaxamento acentuado da política monetária e um importante estímulo fiscal. A taxa dos *federal funds* diminuiu progressivamente de 5.25% antes da crise (Agosto de 2007) até 2% em Abril de 2008, num total de 325 pontos base. As insolvências no mercado hipotecário de habitação reflectiram-se numa significativa redução no investimento residencial. O crescimento do PIB foi suportado pelas exportações líquidas, favorecidas pela fraqueza do dólar e pelo consumo privado, apoiado pelas descidas/reembolsos de impostos. Assistiu-se a um forte aumento das existências em casas de habitação e a procura neste mercado tem continuado a ser negativamente afectada pela maior exigência e rigor na concessão de crédito e pelas subidas das taxas de juro e dos *spreads* aplicados pelos bancos. A diminuição dos preços dos activos, quer reais, quer de carteira reduz a riqueza líquida das famílias, enquanto os mercados de trabalho apertados e as pressões sobre os preços se traduzem em ajustamentos em baixa no rendimento disponível. A confiança dos consumidores encontra-se nos níveis mais baixos dos últimos 30 anos. As finanças públicas deverão deteriorar-se consideravelmente em 2008, com o défice do sector público a exceder 4% do PIB (2.7% em 2007). Por outro lado, o desequilíbrio externo está em contracção, favorecido pela atenuação da procura.

Na Europa Ocidental (área do euro, Reino Unido e outros) a actividade está em abrandamento, com o rendimento disponível a acusar os efeitos da alta dos preços dos combustíveis e alimentos e as pressões e volatilidade financeira a reflectir-se na fraqueza do investimento. Em 2007, os fundamentos económicos relativos à estabilidade interna e externa da área do euro foram reforçados e a correspondente posição orçamental, para o conjunto das economias, ter-se-á situado próximo do equilíbrio em termos estruturais. Em resposta á turbulência do Verão de 2007, o BCE forneceu

liquidez aos mercados, incluindo em operações de refinanciamento de prazo alargado. Em Julho de 2008, as taxas de juro oficiais foram elevadas em 25 pontos base, com a taxa das operações principais de refinanciamento a situar-se em 4.25%, com vista a contrariar os riscos inflacionistas, agravados pelas fortes subidas e volatilidades dos preços dos bens primários e prosseguindo-se assim o objectivo de preservação da estabilidade de preços a médio prazo. Os salários e custos unitários do trabalho mantiveram-se contidos, bem como a inflação subjacente (excluindo os bens alimentares e energéticos), indiciando estabilidade nas expectativas inflacionistas, a qual é indispensável ao crescimento sustentável a prazo.

A economia japonesa também se encontra em desaceleração, num contexto de nítida deterioração dos termos de troca. No entanto, continua o grande dinamismo das exportações, em especial para países emergentes e, em termos gerais, o efeito da turbulência internacional na economia japonesa foi relativamente limitado e o sector empresarial e das famílias continuaram sólidos. A posição externa mantém-se excedentária, tendo o excedente corrente atingido 4.8% do PIB em 2007. O Japão conseguiu nos últimos anos progressos na consolidação orçamental, mas estes avanços foram interrompidos no corrente ano. No futuro próximo, a principal prioridade neste domínio deverá ser a redução do elevado nível da dívida pública (superior a 90% do PIB em 2007, em termos líquidos) e o ajustamento do sector público e segurança social face ao envelhecimento populacional.

As economias emergentes e em desenvolvimento continuam com muito vigor, embora em moderação face aos 8% de crescimento real dos dois anos anteriores. A redução da procura por parte das economias avançadas prejudicou o crescimento das exportações dos países emergentes e, em muitos destes, a expansão é agora em grande parte suportada pela procura interna. A desaceleração é particularmente nítida nalgumas pequenas economias asiáticas muito dependentes do ciclo industrial global e na Europa de Leste e América Latina, em virtude da sua forte exposição, comercial e financeira à área do euro e EUA. A África subsaariana continua com um desempenho notável, com fortes crescimentos nos países exportadores de petróleo, nomeadamente Angola, que prossegue a expansão a uma taxa de dois dígitos.

O grupo dos países emergentes e em desenvolvimento está a sofrer uma acentuação das pressões inflacionistas, impulsionada pela forte subida dos preços dos bens primários. Esta escalada teve origem na forte e generalizada expansão económica global dos últimos anos, o que pressionou a procura desses bens, muitos dos quais têm uma oferta bastante inelástica, agravada no mercado petrolífero pelo insuficiente investimento realizado nos últimos anos, que coloca a utilização da capacidade produtiva nos máximos possíveis, e por dificuldades e riscos geo-políticos, que tornam este mercado especialmente sensível e volátil. No referente aos bens alimentares, a evolução dos preços depende de uma confluência de factores, com destaque para o forte crescimento da procura, fortalecido ainda pela utilização de cereais e óleos vegetais para produção de biofuel nas economias avançadas e por condições climáticas desfavoráveis em 2006 e 2007, com reflexo na diminuição dos stocks mundiais de alguns cereais para os mínimos das últimas três décadas. Além disso, o aumento dos preços da energia elevou os custos de produção e transporte de bens agrícolas e pecuários. Uma consequência destes desenvolvimentos é a notável alteração nos termos de troca favorável às economias emergentes e em desenvolvimento, em detrimento das avançadas, e a consequente transferência de poder de compra dos consumidores para os produtores de bens primários. Esta rápida modificação traduz-se em crescentes excedentes externos correntes nas regiões mais favorecidas por esta conjuntura, ou seja o Médio Oriente, a CEI e alguns países de África. Um dos riscos e desafios dos elevados excedentes dos países exportadores de

produtos energéticos e das economias emergentes asiáticas é a capacidades de reciclagem destes fundos, que pode induzir tensões no sistema financeiro internacional.

Perspectivas, riscos e desafios das políticas

As políticas económicas enfrentam o desafio do controle da inflação, cabendo-lhes evitar os riscos de efeitos de segunda ordem sobre os preços, mais prováveis nos países emergentes e em desenvolvimento com crescimentos acima do potencial e restrições de capacidade produtiva. Nos países desenvolvidos, a desaceleração da procura deverá conter, pelo menos parcialmente, as pressões sobre os preços, mas nos países em desenvolvimento, em que os produtos alimentares representam uma importante parcela do cabaz de consumo, é mais notória a intensificação da inflação e maiores as dificuldades das autoridades monetárias para responder de forma eficaz a esta envolvente. Por outro lado, podem também tornar-se indispensáveis actuações a nível orçamental sobre os grupos sociais mais pobres e desprotegidos. Políticas cambiais mais flexíveis poderão facilitar formas de ajustamento mais suaves e eficazes. A recente inversão na tendência dos preços do petróleo e de outros bens primários, em especial o trigo, caso prove ser duradoura, contribuirá para uma limitação dos riscos. Os mercados, em especial os energéticos, beneficiariam com uma acrescida transparência e informação sobre os recursos, existências e planos de investimento. Na agricultura será necessária a melhoria de infraestrutura e tecnologia. Mercados mais abertos e liberalizados ajudariam o desenvolvimento e o comércio mundial, pelo que o sucesso na ronda de Doha seria importante para este fim.

A economia mundial permanece muito fragilizada com a crise financeira. Apesar dos significativos ajustamentos levados a cabo nos últimos meses e das sucessivas intervenções excepcionais por parte das autoridades de países avançados, os indicadores de risco sistémico continuam elevados, num enquadramento de forte aversão ao risco, o que causa uma preocupação crescente quanto à possível interacção com a economia real. Os bancos procederam a acentuados abates ao capital para deduzir os créditos incobráveis, mas apesar das fortes recapitalizações, as perdas são em montante superior e a rentabilidade dos bancos é prejudicada pelo declínio da qualidade do crédito em múltiplas classes de empréstimos, o que se reflectiu na descida das cotações das instituições financeiras no mercado accionista. O colapso, no Verão de 2008, de grandes instituições de crédito hipotecário dos EUA com capitais públicos (Fannie Mae e Freddie Mac), obrigando à intervenção governamental, ocasionou o renovar das tensões e aponta para um período prolongado de reajustamento. Os mercados imobiliários nos EUA, Reino Unido, Espanha e Irlanda, entre outros, revelam quebras abruptas que, associadas a uma conjuntura económica muito fraca, poderão ainda agravar a situação dos sectores bancários nestes países. O sector empresarial das economias avançadas está a sentir os efeitos das restrições ao crédito, mas mantém a solidez financeira, dada a forte posição em que se encontrava no início da crise.

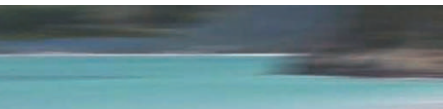
Diferentemente do ocorrido em anteriores episódios de agitação financeira, a maioria dos países emergentes não sofreram abruptas reduções no acesso ao financiamento externo. Apesar de correções em baixa nos mercados accionistas e ligeiros aumentos dos *spreads* das obrigações, a evolução dos indicadores financeiros foi menos desfavorável do que nos grandes países industrializados. Os investidores procedem a uma maior diferenciação do perfil individual, pelo que a deterioração financeira foi concentrada nalguns países específicos caracterizados por elevados desequilíbrios externos e públicos. A estabilização e consolidação económica e as políticas prudentes prosseguidas pelos países emergentes e em desenvolvimento na presente década – e que se traduziram em baixas taxas de inflação, melhoria significativa das contas pública e fortalecimento da posição externa - reduziram as suas vulnerabilidades e criaram condições para um crescimento

sólido e sustentado. Este ambiente permitiu-lhes ficar relativamente imunes às perturbações financeiras, tendo mesmo exercido um efeito estabilizador sobre a economia mundial no período recente, através do vigor da sua procura externa. O consumo privado foi neste países menos afectado pelas perdas nos mercados accionistas, dada a menor taxa de participação interna nestes mercados e portanto o efeito mais ligeiro sobre a riqueza das famílias. Contudo, deficiências no quadro da política monetária e dificuldades na gestão de *pegs* cambiais têm-se manifestado em acréscimos da inflação, que em alguns países estão nos máximos dos últimos dez anos. Além disso, estas economias são sensíveis a flutuações nas condições financeiras e no sentimento de mercado. Deverão envidar esforços no âmbito da infraestrutura de mercado e das instituições, criando mercados de capital mais profundos e com uma base de investidores mais diversificada.

África subsariana

A África subsariana experimentou em 2007 um fulgor impar, expandindo-se a uma taxa de cerca de 7%. Os sucessos anteriores na estabilização macroeconómica e reformas estruturais, em conjunto com o alívio da dívida, tornaram esta região um destino mais atractivo para influxos de capital. Mas a envolvente externa é presentemente mais desfavorável e o enfraquecimento global é transmitido através dos canais comercial e financeiro. O grupo de países exportadores de petróleo é beneficiado pela actual conjuntura, com destaque para Angola, Guiné Equatorial e Nigéria onde entraram este ano em funcionamento novas instalações extractivas. Os restantes países deverão abrandar o seu crescimento, em virtude da fraqueza dos principais parceiros comerciais, em que a UE ocupa lugar de destaque. Os países de baixo rendimento muito dependentes da importação de bens primários, onde se inclui a Guiné-Bissau, sentirão acrescidas pressões sobre os preços e a balança comercial. Após o progresso na estabilização do sector público e com os continuados esforços de melhoria dos sistemas de gestão deste sector, os grandes desafios da região respeitam ao prosseguimento da integração na economia global e à redução da pobreza. Estas grandes metas consubstanciam-se num conjunto de áreas prioritárias. A curto prazo, a resposta à subida dos preços alimentares e energéticos é fundamental, não só no referente às medidas de política para conter a subida dos preços e expectativas inflacionistas, mas também quanto às políticas sociais de protecção aos grupos mais vulneráveis. Subsídios e actuações selectivas poderão contrariar o efeito dos preços no aumento da população abaixo do limiar de pobreza.

Assistiu-se nesta década a uma significativa alteração nos fluxos externos, com o emergir de muitos novos doadores, quer doadores oficiais “não tradicionais”, incluindo fundos soberanos – ou seja, não pertencentes ao Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, como o Brasil, China, Índia, Rússia, Venezuela, Arábia Saudita e outros países do médio oriente exportadores de petróleo -, quer fundos globais, fundações privadas, empresas e ONGs. O forte crescimento do volume de ajuda exige eficiência na sua utilização, enquanto o número crescente e diversificado de origens exige a intensificação das capacidades administrativas de gestão. O Fórum de Accra (Terceiro Fórum de Alto Nível de eficácia da ajuda), de 2-4 de Setembro de 2008, que se enquadra nas iniciativas relacionadas com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, avaliou os progressos na eficácia da ajuda e adoptou um novo plano de acção, complementar à Declaração de Paris de 2005, com vista a aumentar a previsibilidade e eficácia da ajuda. Também os fluxos de capital privado, em investimento directo e de carteira, cresceram fortemente nos últimos anos, embora continuem em níveis relativamente baixos. Os países em desenvolvimento em situação mais madura terão agora de fortalecer os seus mercados domésticos de dívida e acções e num âmbito mais geral reforçar as instituições políticas, jurídicas e económicas e melhorar o clima empresarial.



CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DAS ECONOMIAS DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE



ANGOLA

Área: 1 246 700 Km²

Capital: Luanda

População: 15.9 milhões (2005)

Moeda: Kwanza

II.1.1. Síntese

A economia angolana continua a apresentar um crescimento económico excepcionalmente elevado – as taxas de crescimento reais do PIB nos últimos três anos registaram valores próximos dos 20% – situando Angola entre os países de maior expansão económica no mundo. Esta conjuntura excepcionalmente favorável que a economia angolana vem atravessando traduz-se também, na desaceleração progressiva da taxa de inflação, embora a um ritmo mais lento no último ano, na substancial melhoria da dívida pública e na posição externa favorável. Tal evolução tem sido determinada pela conjugação de diversos factores positivos, com destaque para o desempenho do sector petrolífero, impulsionado em simultâneo pela alta dos preços internacionais e pelo aumento da produção – que reflecte os frutos do esforço de investimento iniciado na década passada. Ao impacto induzido pela disponibilidade crescente de receitas petrolíferas, vieram juntar-se as oportunidades abertas pelo fim do conflito armado em 2002 – potenciadas ainda, entre outros factores, pela eficácia da estratégia económica de estabilização nominal posta em prática nos últimos anos, de forma gradual mas continuada, pelas autoridades angolanas.

Quadro II.1.1.

	2004	2005	2006	2007	2008
			Est.	Proj.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	11.2	20.6	18.6	23.4	26.6
Inflação (<i>t.v.a. média</i>)	43.5	23.0	13.3	11.9	8.9
Massa monetária (<i>t.v. anual</i>)	49.8	59.7	59.5	29.0	23.0
Balança corrente (% PIB)	3.5	15.7	23.3	6.4	8.7
Saldo orçamental (% PIB)	-1.6	7.4	14.8	0.9	3.9
Dívida externa (% PIB)	54.8	37.6	20.8	16.3	13.5

Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

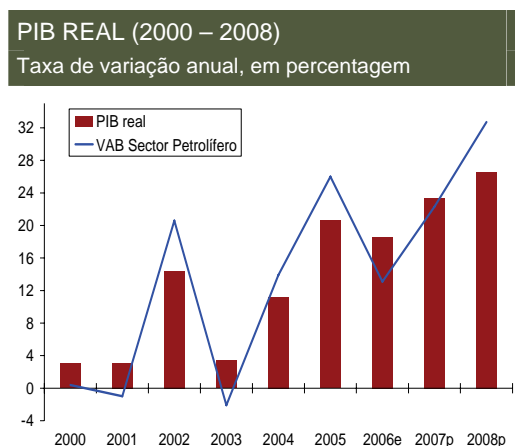
A evidência de uma melhoria significativa ao longo dos anos mais recentes está, de facto, claramente reflectida na generalidade dos indicadores macroeconómicos relevantes (cf. Quadro II.1.1). É assim possível constatar que o ritmo de expansão da actividade económica, projectado em 23.4% e 26.6% para 2007 e 2008 respectivamente, permanece muito elevado. Um aspecto particularmente positivo é o facto de, desde 2006, um forte contributo para o dinamismo económico ter vindo da esfera não-petrolífera, cujo desenvolvimento é indispensável para garantir a sustentabilidade do crescimento económico. Por outro lado, a inflação continua a sua tendência descendente, e tanto as contas públicas como as externas evidenciaram posições confortáveis. Esta evolução favorável deverá manter-se durante o ano de 2008, prevendo-se uma aceleração do crescimento económico e a continuação do progresso na redução da taxa de inflação.

O progresso verificado está também evidente no facto de o valor apurado para a dívida externa de Angola em 2006 ter ficado abaixo do patamar em que se fixaram as respectivas disponibilidades líquidas sobre o exterior. Embora ainda não estejam disponíveis valores conclusivos para 2007, prevê-se a continuação desta tendência decrescente da dívida externa. Em contrapartida, poderão destacar-se, enquanto desafios especialmente relevantes para a política económica, a importância de assegurar um grau de execução adequado das despesas públicas de investimento, assim como de concretizar o processo de desinflação ao ritmo apropriado e de fomentar a competitividade externa da economia não-petrolífera – questões estas que acabam por se reflectir, directa ou indirectamente, na capacidade para dar resposta às carências sociais com que o país se confronta.

II.1.2. Procura, Produção e Preços

De acordo com as estimativas mais recentes, a economia angolana terá registado em 2007 um crescimento real de 23.4%, prevendo-se a continuação do elevado crescimento para 2008, a um ritmo ainda superior, 26.6% (cf. Gráfico II.1.1). É um resultado tanto mais notável por se tratar do quarto ano com taxas de crescimento a dois dígitos na corrente década — desempenho este que coloca Angola entre os países com mais rápida expansão económica em todo o mundo. Ascendeu já, aliás, à posição de terceira maior economia da África Subsariana, atrás apenas da África do Sul e da Nigéria, quando era ainda a sétima em 2000. Verificou-se também, desde este último ano, um aumento significativo do rendimento *per capita*, que rondará actualmente USD 4000, a preços de mercado.

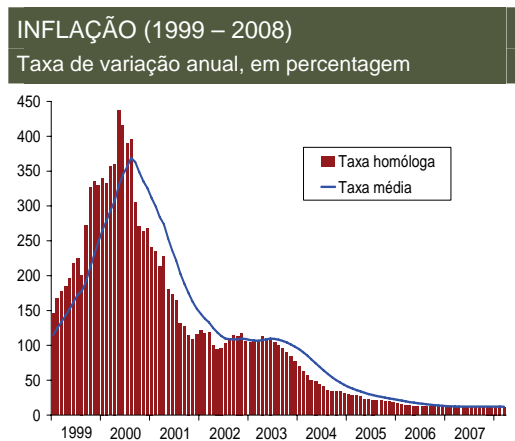
Gráfico II.1.1.



Fonte: BNA e FMI.

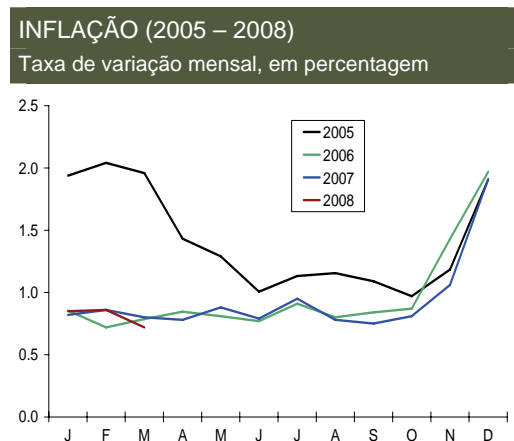
Para a trajectória de crescimento acelerado que a economia angolana vem evidenciando tem contribuído, com um peso cada vez mais significativo, o sector não petrolífero. Este facto é particularmente importante para garantir a sustentabilidade do crescimento económico a médio prazo, dada a relativa incerteza quanto à evolução do sector petrolífero — onde necessariamente existe sempre uma margem de instabilidade, não só relativamente à evolução futura dos preços internacionais, mas também relativamente à oferta, cuja expansão depende, em cada vez maior medida, da exploração em águas ultra-profundas.

Gráfico II.1.2.



Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.3.



Em termos de distribuição sectorial, a indústria transformadora e a construção têm tido um desempenho particularmente favorável, esta última relacionada com a necessidade de reabilitação de infra-estruturas após o fim da guerra civil. O sector agrícola também deu um contributo importante para o crescimento económico, tendo beneficiado de condições climatéricas favoráveis, de uma maior disponibilidade de matérias-primas e do aumento da área cultivável. A evolução destes sectores reflecte também o efeito induzido sobre a procura interna provocado pelo aumento das receitas petrolíferas e as possibilidades de expansão da oferta interna proporcionadas pelo fim da guerra civil. O crescimento pronunciado da economia não-petrolífera é, aliás, particularmente relevante para Angola, entre cujos objectivos de longo prazo necessariamente figura a maior diversificação da economia e a consequente redução da dependência face ao seu principal sector de actividade (responsável por cerca de 60% do PIB).

Igualmente essencial para preservar as perspectivas de crescimento sustentável a prazo é a consolidação da estabilidade nominal, claramente assumida como prioritária pelas autoridades angolanas. O sucesso da estratégia de desinflação posta em prática a partir de 2003 tem sido, de facto, neste contexto, particularmente relevante. A taxa de inflação média anual vem registando quebras mensais consecutivas desde Junho daquele ano (quando ascendeu a 109.7%), acabando por cair para 12.2% em Dezembro de 2007 e 12.1% em Março último (cf. Gráfico II.1.2). Tem sido também notória, por outro lado, uma certa desaceleração desta tendência, principalmente a partir do início de 2007, não obstante o recente aperto da política monetária.

II.1.3. Contas Externas

As contas externas angolanas têm sido, ao longo dos últimos anos, caracterizadas por avultados excedentes ao nível da balança comercial e, por arrastamento, da balança corrente, não obstante uma deterioração pronunciada da balança de serviços e rendimentos. O substancial reforço das reservas cambiais e a redução drástica da dívida externa são consequências adicionais do comportamento das contas externas (cf. Quadro II.1.2).

Quadro II.1.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS					
Em percentagem do PIB					
	2004	2005	2006	2007	2008
			Est.	Proj.	Proj.
Balança corrente	3.5	15.7	23.3	6.4	8.7
Balança comercial	38.6	48.0	49.3	40.8	42.8
Exportações	68.1	73.5	70.6	66.4	66.3
dq: Exp. petrolíferas	63.7	69.7	67.5	63.3	63.8
Importações	-29.4	-25.5	-21.2	-25.6	-23.5
Serviços e rendimentos	-35.2	-32.4	-25.7	-34.1	-33.8
dq: Juros da dívida	-2.0	-1.7	-1.2	-1.1	-0.9
Transferências correntes	0.0	0.1	-0.3	-0.3	-0.3
Bal. de capital e financeira	-0.1	-11.2	-7.9	-0.2	-1.8
dq: Inv. Dir. Estrangeiro	7.1	5.0	5.0	-1.7	-3.6
Balança global	3.3	4.4	15.4	6.3	6.9

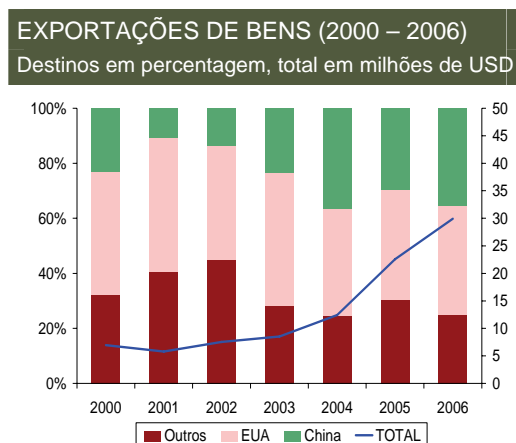
Fontes: BNA e FMI.

Estes desenvolvimentos são resultantes do excepcional desempenho que vêm evidenciando as exportações petrolíferas ao longo dos últimos anos, que representando cerca de 97% das exportações totais de mercadorias, registaram, em 2007, um aumento, em termos absolutos, de 22% face ao ano anterior – tendo, no entanto, o seu peso relativo em termos do PIB vindo a diminuir. Este aumento continuou a ser impulsionadas pela conjugação de um efeito-quantidade (prevê-se que o volume de petróleo extraído em 2007 ascenda a 590 milhões de barris, contra um montante de 488

milhões no ano anterior) e de um efeito-preço (o barril de petróleo angolano atingiu um valor médio de USD 64 em 2007, contra USD 61.4 em 2006) bastante favoráveis.

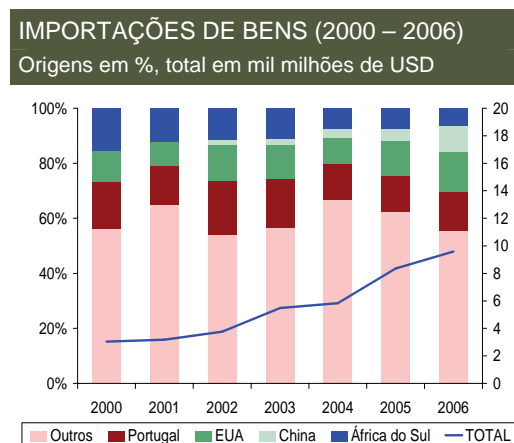
Em termos da distribuição geográfica das exportações, os EUA permanecem como principal cliente, seguidos cada vez mais de perto pela China (cf. Gráfico II.1.4). Relativamente ao perfil geográfico das importações, para além dos EUA e China, destaca-se ainda Portugal entre os principais fornecedores da economia angolana (cf. Gráfico II.1.5).

Gráfico II.1.4.



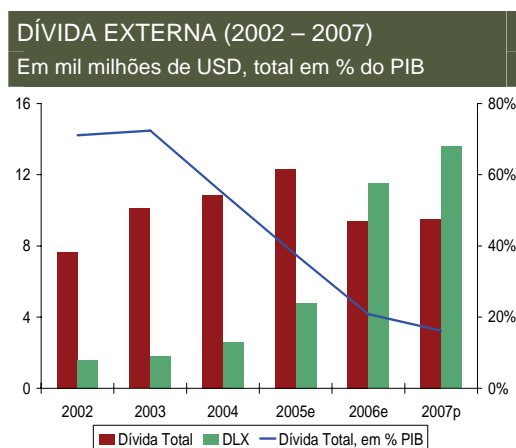
Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.5.



Note-se contudo que o saldo da balança comercial em 2007 (41% do PIB) ficou bastante aquém do observado no ano anterior, para o que contribuíram tanto a redução do peso das exportações no PIB, como o aumento das importações. No entanto, a redução do excedente da balança corrente (6.4% do PIB em 2007, face a 23.3% em 2006) ficou a dever-se principalmente à deterioração da balança de serviços e rendimentos.

Gráfico II.1.6.



Fonte: BNA e FMI.

As reservas cambiais continuaram a registar uma evolução positiva em 2007, embora com uma taxa de crescimento inferior à do ano anterior. Relativamente à dívida externa observou-se uma redução considerável, tendo o seu valor absoluto diminuído quase ¼ em 2006 (para USD 9.4 mil milhões). Este resultado reflectiu o empenho das autoridades angolanas na respectiva consolidação (que envolveu, em particular, uma substancial liquidação de atrasados para com credores do

Clube de Paris). Mais notável ainda é a redução da dívida em termos relativos ao longo dos últimos anos: de valores superiores a 70% do PIB ainda em 2003 para os 20.8% contabilizados em 2006 — ou seja já abaixo do patamar alcançado pelas disponibilidades líquidas sobre o exterior (25.5% do PIB). Não foram ainda disponibilizados os valores definitivos da dívida para 2007, projectando-se, no entanto, para 16% do PIB, confirmando a trajectória de declínio (cf. Gráfico II.1.6)

II.1.4. Finanças Públicas

A consolidação das contas públicas angolanas tem vindo a ser sustentada essencialmente pelas receitas petrolíferas. Embora se preveja para 2007 um saldo global positivo equivalente a 0.9% do PIB, este valor fica bastante aquém dos 14.8% do PIB registados em 2006. (cf. Quadro II.1.3). À semelhança dos anos precedentes, o saldo terá sido mais modesto na óptica de caixa (-2.1% do PIB), devido ao esforço em curso para a regularização total dos atrasados.

A redução do excedente orçamental resultou, em primeiro lugar, de uma diminuição significativa das receitas totais, que se terão cifrado no equivalente a 34.5% do PIB em 2007, contra 46.4% no ano anterior — principalmente atribuída à diminuição da rubrica receitas petrolíferas, consequência das práticas adoptadas para contabilização das receitas provenientes do petróleo no orçamento (cf. Gráfico II.1.7) — mas também, de um aumento das despesas, transversal à generalidade das rubricas (cf. Gráfico II.1.8).

Quadro II.1.3.

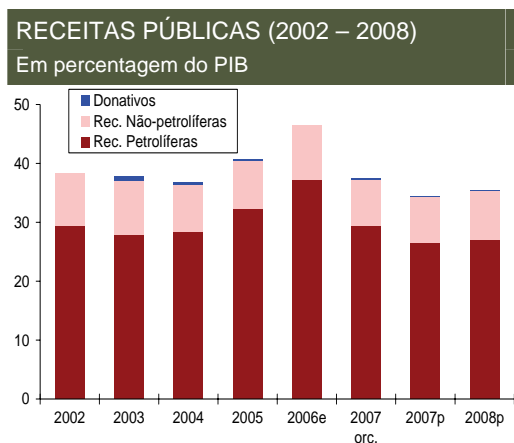
FINANÇAS PÚBLICAS						
Em percentagem do PIB						
	2004	2005	2006	2007	2007	2008
			Est.	Orç.	Proj.	Proj.
Receitas totais	36.9	40.7	46.4	37.4	34.5	35.4
d.q.: Receitas petrolíferas	28.4	32.3	37.2	29.5	26.6	27.1
Despesas totais	38.5	33.3	31.6	40.7	33.6	31.4
Despesas correntes	30.6	26.9	22.7	26.2	24.5	21.7
d.q.: Pessoal	10.3	9.2	8.5	8.8	8.8	8.8
Bens e serviços	9.5	9.2	7.6	9.1	8.4	8.4
Juros	2.3	1.8	1.5	2.2	1.2	1.1
Despesas de investimento	4.9	5.0	8.9	14.5	9.1	9.7
Saldo (base compromissos)	-1.6	7.4	14.8	-3.3	0.9	3.9

Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

A sustentabilidade das finanças públicas a médio prazo depende essencialmente da forma como as receitas petrolíferas forem geridas, nomeadamente no que respeita a promoção de investimentos em sectores prioritários de modo a atrair uma maior participação do sector privado. Por outro lado, a contenção das despesas não prioritárias é necessária a fim de evitar pressões inflacionistas e de apreciação cambial, em termos reais, o que prejudicaria a competitividade da economia.

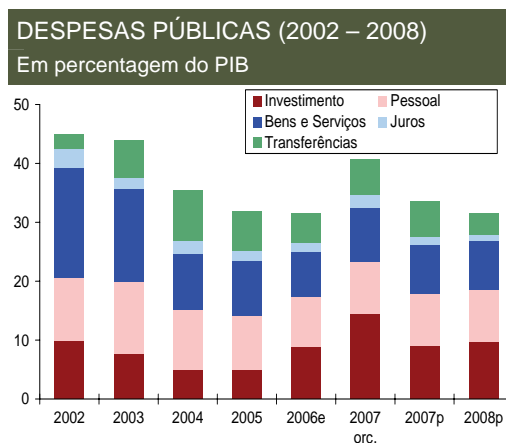
Neste sentido, as autoridades angolanas tomaram, desde 2006, a opção deliberada de assumir um preço do petróleo prudente aquando da preparação do orçamento. De acordo com esta prática o preço atribuído ao petróleo para efeitos orçamentais (e que serve de guia para as despesas públicas) foi de USD 45 em 2007, sendo a diferença entre este preço e o preço internacional do petróleo revertida para o fundo de reserva criado em 2006.

Gráfico II.1.7.



Fontes: BNA, Min. Finanças de Angola e FMI.

Gráfico II.1.8.

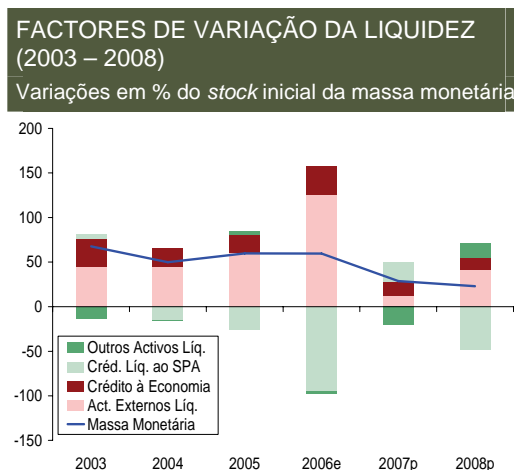


II.1.5. Situação Monetária e Cambial

As políticas monetária e cambial têm sido genericamente bem sucedidas ao longo dos últimos anos. Com efeito, estas políticas — apoiadas também pela política orçamental — permitiram a redução substancial da taxa de inflação, de níveis na ordem dos 100% em 2003, para um valor de cerca de 12% em 2007. A estratégia seguida baseia-se no controlo da base monetária como objectivo intermédio, recorrendo à colocação de Títulos do Banco Central (TBC) e à intervenção no mercado cambial (sustentada pelo afluxo de receitas petrolíferas) como instrumentos principais.

Dada a sua importância para as perspectivas de desenvolvimento sustentado a prazo — tanto por razões de eficiência económica como de equidade social — o processo de desinflação necessita de ser ainda prolongado e consolidado. Encontra-se, aliás, numa fase em que os avanços são mais difíceis de concretizar, devido a um contexto onde se conjugam elementos como a acelerada expansão económica, um nível de dolarização ainda elevado e um sistema financeiro relativamente incipiente. Tais dificuldades fizeram-se sentir em meados de 2006 — em consequência de uma expansão mais rápida da liquidez — tendo tido como consequência um abrandamento mais lento da taxa de inflação em 2007, quando comparado com os progressos registados nos anos anteriores.

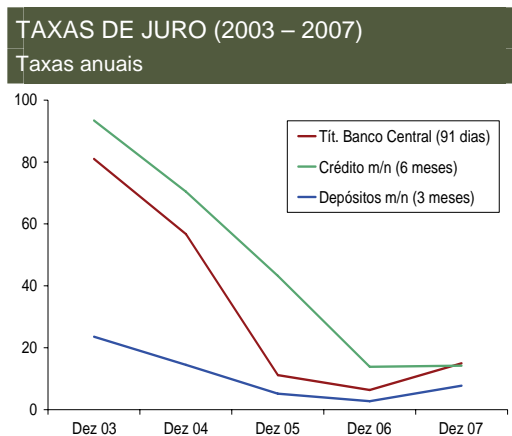
Gráfico II.1.9.



Fonte: BNA e FMI.

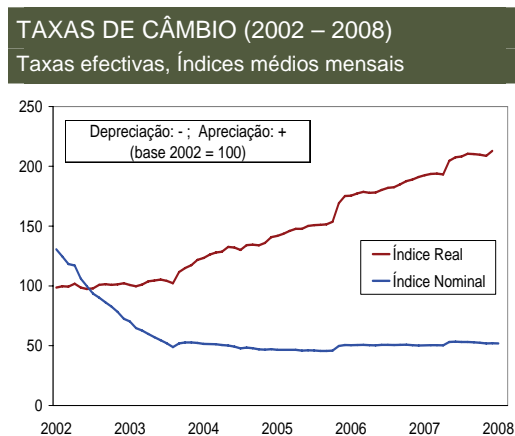
Face a esta evolução as autoridades tomaram, ao longo do ano de 2007, medidas de contenção. A referida actuação do banco central traduziu-se na intensificação das emissões de TBC e das intervenções no mercado cambial, assim como na alteração da base de incidência das reservas obrigatórias e no aumento da taxa de redesconto por diversas vezes entre Outubro de 2006 e Agosto de 2007 (de 11% para 19.57%). Daí resultaria um maior controlo na evolução da base monetária, ao mesmo tempo que as taxas de juro tendiam a aumentar (cf. Gráfico II.1.10). Estas medidas tiveram também como consequência uma apreciação da taxa de câmbio nominal em 2007.

Gráfico II.1.10.



Fontes: BNA e FMI.

Gráfico II.1.11.



Importa salientar que a recente evolução cambial demonstra também a intenção das autoridades monetárias de permitirem uma maior flexibilização da taxa de câmbio, ao contrário do sucedido nos anos mais recentes em que intervenções frequentes nos mercados cambiais mantinham a taxa nominal relativamente constante. Face às recentes pressões no sentido da apreciação, decorrentes da evolução das contas externas, a maior flexibilidade cambial permitirá mais facilmente a contenção de pressões inflacionistas e proporcionará um mecanismo de ajustamento mais adequado face a choques externos.

Quadro A.II.1.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2008

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	UNIDADES					Est.	Proj.	Proj
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de EUR	11.4	12.3	15.9	26.3	36.0	43.7	...
	mil milhões de USD	10.8	14.0	19.8	32.8	45.2	58.7	84.3
PIB real	taxa de variação anual	14.4	3.4	11.2	20.6	18.6	23.4	26.6
VAB real do sector petrolífero	taxa de variação anual	20.6	-2.1	13.9	26.0	13.1	22.3	32.7
VAB real dos outros sectores	taxa de variação anual	7.9	9.8	8.8	14.1	25.7	25.1	19.6
Inflação (IPC-Luanda)	t. v. homóloga anual	105.6	76.6	31.0	18.5	12.2	11.8	8.0
	t. v. média anual	119.1	109.0	43.5	23.0	13.3	12.2	8.9
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	percentagem do PIB	38.3	37.9	36.9	40.7	46.4	34.5	35.4
Receitas petrolíferas	percentagem do PIB	29.4	27.9	28.4	32.3	37.2	26.6	27.1
Despesas totais	percentagem do PIB	47.2	44.3	38.5	33.3	31.6	33.6	31.4
Despesas correntes	percentagem do PIB	35.0	36.3	30.6	26.9	22.7	24.5	21.7
Despesas de investimento	percentagem do PIB	9.9	7.6	4.9	5.0	8.9	9.1	9.7
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	-8.9	-6.4	-1.6	7.4	14.8	0.9	3.9
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	-1.5	-5.7	-3.7	6.5	6.6	-2.1	3.9
MOEDA E CRÉDITO								
Activos externos (líq.), em USD	taxa de variação anual	6.1	13.4	45.0	73.4	139.7	8.8	36.8
Crédito à economia	taxa de variação anual	201.2	134.7	64.2	57.3	93.2	38.5	28.9
Massa monetária (M3)	taxa de variação anual	158.0	67.6	49.8	59.7	59.5	28.8	23.0
Depósitos totais	taxa de variação anual	159.3	65.5	39.3	67.1	64.1	29.3	22.4
TAXAS DE JURO								
Crédito em m/n (a 180 dias)	taxa anual	99.7	93.4	70.4	43.2	13.8	14.2	...
Depósitos em m/n (a 180 dias)	taxa anual	59.7	41.1	28.2	15.6	2.8	7.8	...
Depósitos em m/e (a 180 dias)	taxa anual	0.6	2.9	3.6	4.3	...
Redesconto do BNA	taxa anual	150.0	150.0	95.0	18.0	14.0	19.6	19.6
Títulos do Banco Central (a 91 dias)	taxa anual	109.2	81.0	56.7	11.2	6.3	15.0	14.1
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Importações (em USD correntes)	taxa de variação anual	18.3	45.7	6.4	43.3	14.8	57.0	31.6
Exportações (em USD correntes)	taxa de variação anual	25.5	14.2	41.7	78.9	32.2	22.4	43.4
Export. petrolíferas (em USD correntes)	percentagem do PIB	70.9	62.2	63.7	69.7	67.5	63.3	63.8
Balança comercial	percentagem do PIB	42.3	28.9	38.6	48.0	49.3	40.8	42.8
Balança corrente	percentagem do PIB	-1.4	-5.2	3.5	15.7	23.3	6.4	8.7
Reservas externas (líquidas)	mil milhões de USD	0.32	0.62	1.36	3.19	8.59	10.52	16.36
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total	mil milhões de EUR	8.1	8.9	8.7	9.9	7.5	7.1	...
	mil milhões de USD	7.7	10.1	10.8	12.3	9.4	9.5	...
	percentagem do PIB	71.1	72.4	54.8	37.6	20.8	16.2	...
Serviço da dívida	perc. das exportações	21.6	16.9	16.7	10.9	9.1	4.5	...
TAXAS DE CÂMBIO²								
Tx. nominal KZ / EUR	taxa média anual	41.3	84.4	103.9	108.6	100.9	105.1	117.3
Tx. nominal KZ / USD	taxa média anual	43.7	74.7	83.5	87.2	80.4	76.7	75.0
ITCE nominal [apreciação: +] ¹	taxa de variação anual	-51.2	-43.4	-13.4	-4.6	8.0	2.7	1.3
ITCE real [apreciação: +] ¹	taxa de variação anual	2.7	7.3	22.8	15.7	19.5	12.0	18.0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais.

² Os dados de 2008 referem-se ao mês de Abril.

Quadro A.II.1.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008

Preços correntes, em milhares de milhões de Kwanzas

	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.	2008 Proj.
Sector primário	311.6	709.8	1 131.3	2 130.5	2 564.2
Agricultura, silvicultura e pesca	38.1	86.7	142.5	206.8	322.9
Indústria extractiva	273.5	623.1	988.8	1923.7	2241.3
Petróleo e gás (LPG)	251.0	563.9	903.0	1 800.1	2 120.7
Outros (incl. diamantes)	22.5	59.2	85.8	123.6	120.6
Sector secundário	34.2	78.7	128.8	193.3	287.3
Indústria transformadora	17.6	40.4	66.1	102.3	154.4
Electricidade e água	0.2	0.4	0.6	0.9	1.2
Construção	16.4	37.9	62.1	90.1	131.7
Sector terciário	117.4	252.2	391.1	534.7	776.5
Comércio e serviços transaccionáveis	67.1	165.5	263.1	353.9	566.1
Serviços não-transaccionáveis	50.3	86.7	128.0	180.8	210.4
PRODUTO INTERNO BRUTO (custo de factores)	463.2	1 040.7	1 651.2	2 858.5	3 628.0
Tributação aduaneira	8.5	0.5	0.9	1.2	1.6
PRODUTO INTERNO BRUTO (preços de mercado)	471.7	1 041.2	1 652.1	2 859.7	3 629.6	4 491.0	5 800.0
Por memória:							
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de EUR)</i>	11.4	12.3	15.9	26.3	36.0	43.7	...
<i>PIBpm nominal (em mil milhões de USD)</i>	10.8	14.0	19.8	32.8	45.2	58.7	84.3
<i>PIBpm nominal (em kwanzas, variação anual em %)</i>	139.4	120.7	58.7	73.1	26.9	23.7	29.1
<i>PIB real (variação anual em %)</i>	14.4	3.4	11.2	20.6	18.6	23.4	26.6
Sector petrolífero	20.6	-2.1	13.9	26.0	13.1	22.3	32.7
Sectores não-petrolíferos	7.9	9.8	8.8	14.1	25.7	25.1	19.6

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1991 - 2008 (*)

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (4)	Var. homóloga (2)	Var. média (3)
1991	Dezembro	...	175.7	175.7	...
1992	Dezembro	...	495.8	495.8	290.4
1993	Dezembro	...	1837.7	1837.7	1210.9
1994	Dezembro	...	971.9	971.9	1308.9
1995	Dezembro	...	3783.2	3783.2	2148.1
1996	Dezembro	...	1650.1	1650.1	6181.7
1997	Dezembro	...	147.7	147.7	708.0
1998	Dezembro	...	134.8	134.8	116.2
1999	Dezembro	...	329.0	329.0	242.7
2000	Dezembro	...	268.4	268.4	371.9
2001	Dezembro	...	116.1	116.1	191.7
2002	Dezembro	...	105.6	105.6	119.1
2003	Dezembro	...	76.6	76.6	109.0
2004	Dezembro	...	31.0	31.0	43.5
2005	Dezembro	...	18.5	18.5	23.0
2006	Dezembro	...	12.2	12.2	13.3
2007	Dezembro	...	11.8	11.8	12.2
2005	Janeiro	1.9	1.9	29.6	40.6
	Fevereiro	2.0	4.0	28.5	38.0
	Março	2.0	6.1	28.2	35.9
	Abril	1.4	7.6	27.0	34.1
	Mai	1.3	9.0	23.1	32.0
	Junho	1.0	10.1	22.0	30.2
	Julho	1.1	11.3	21.6	28.7
	Agosto	1.2	12.6	21.1	27.5
	Setembro	1.1	13.8	20.5	26.3
	Outubro	1.0	14.9	19.8	25.1
	Novembro	1.2	16.3	19.0	24.0
	Dezembro	1.9	18.5	18.5	23.0
2006	Janeiro	0.9	0.9	17.2	22.0
	Fevereiro	0.7	1.6	15.7	20.9
	Março	0.8	2.4	14.4	19.8
	Abril	0.8	3.2	13.7	18.7
	Mai	0.8	4.1	13.2	17.9
	Junho	0.8	4.9	12.9	17.1
	Julho	0.9	5.8	12.7	16.4
	Agosto	0.8	6.7	12.3	15.7
	Setembro	0.8	7.6	12.0	15.0
	Outubro	0.9	8.5	11.9	14.3
	Novembro	1.4	10.1	12.2	13.8
	Dezembro	2.0	12.2	12.2	13.3
2007	Janeiro	0.8	0.8	12.2	12.9
	Fevereiro	0.9	1.7	12.3	12.6
	Março	0.8	2.5	12.4	12.5
	Abril	0.8	3.3	12.3	12.4
	Mai	0.9	4.2	12.4	12.3
	Junho	0.8	5.0	12.4	12.3
	Julho	1.0	6.0	12.4	12.3
	Agosto	0.8	6.9	12.4	12.3
	Setembro	0.8	7.7	12.3	12.3
	Outubro	0.8	8.5	12.3	12.3
	Novembro	1.1	9.7	11.8	12.3
	Dezembro	1.9	11.8	11.8	12.2
2008	Janeiro	0.9	0.9	11.8	12.2
	Fevereiro	0.9	1.7	11.8	12.2
	Março	0.7	2.5	11.7	12.1
	Abril	0.9	3.4	11.9	12.1

Fontes: Banco Nacional de Angola e cálculos do Banco de Portugal.

(*) Índice total para a região de Luanda (inclui as tarifas dos serviços públicos); não existe um índice disponível para o conjunto do país
 (1) mês n / mês n-1; (2) mês n / mês n do ano anterior; (3) últimos 12 meses / 12 meses anteriores; (4) mês n / Dezembro anterior.

Quadro A.II.1.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2008

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
					Est.	Proj.	Proj.
1. Balança Corrente	-150	-720	686	5 135	10 538	3 784	7 339
Mercadorias	4 568	4 027	7 643	15 753	22 277	23 949	36 114
Exportações (f.o.b.)	8 328	9 507	13 474	24 106	31 863	38 997	55 916
Sector petrolífero	7 653	8 684	12 619	22 854	30 483	37 141	53 790
Diamantes	638	788	790	1 089	1 155	1 552	1 736
Outras	37	35	65	163	225	303	391
Importações (f.o.b.)	-3 760	-5 480	-5 831	-8 353	-9 586	-15 048	-19 801
Sector petrolífero	-1 393	-2 022	-2 184	-3 110	-3 484	-4 171	-4 588
Outras	-2 367	-3 458	-3 647	-5 557	-6 102	-10 877	-15 213
Serviços e rendimentos	-4 750	-4 846	-6 964	-10 645	-11 591	-20 005	-28 535
Serviços (líq.)	-3 115	-3 120	-4 480	-6 614	-6 087	-8 573	-11 123
Rendimentos (líq.)	-1 635	-1 726	-2 484	-4 031	-5 504	-11 432	-17 412
dos quais: Juros da dívida pública	-354	-243	-399	-555	-548	-665	-759
Sector petrolífero	...	-1 378	-2 105	-3 404	-4 696	-10 650	-16 570
Transferências correntes (líq.)	32	99	7	27	-148	-160	-240
2. Balança de Capital e Operações Financeiras	-401	821	-28	-3 690	-3 563	-108	-1 503
Transferências de capital (líq.)	0	22	11	8	0	0	0
Endividamento a médio e longo prazo	-162	179	907	1 558	-1 154	1 922	1 827
Desembolsos	1 279	1 538	2 764	3 641	1 206	3 030	3 131
Amortizações programadas	-1 441	-1 359	-1 857	-2 083	-2 360	-1 108	-1 304
Investimento directo estrangeiro (líq.)	1 643	1 652	1 414	1 639	2 237	-1 020	-3 026
Outros capitais (incl. Erros e Omissões)	-1 882	-1 032	-2 360	-6 895	-4 646	-1 010	-303
3. Balança Global: (1) + (2)	-551	101	658	1 445	6 975	3 676	5 836
4. Financiamento	551	-101	-658	-1 445	-6 975	3 676	5 836
Variação das Reservas oficiais líq. [aumento: -]	207	-263	-780	-1 817	-5 402	-1 924	-5 836
Financiamento excepcional	344	162	122	372	-1 573	-1 752	0
do qual: Var. de Atrasados [aumento: +]	...	-135	-1 132	117	-1 608	-1 752	0

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.5.

RESERVAS EXTERNAS E DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA, 2002 - 2007

Em milhares de milhões de USD

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
					Est.	Proj.
Disponibilidades Líquidas sobre o Exterior	1.6	1.8	2.6	4.8	11.5	13.6
Reservas externas oficiais (líquidas)	0.3	0.6	1.4	3.2	8.6	10.5
Dívida Total (incl. Juros em atraso)	7.7	10.1	10.8	12.3	9.4	9.5
da qual: Atrasados	4.1	4.3	3.1	2.7	0.9	...
Juros em atraso	...	1.7	1.8	1.9	1.5	...
Dívida Total excl. Juros em atraso)	7.7	8.4	9.0	10.4	7.9	...
Dívida junto de Bancos Comerciais	1.9	2.4	3.5	4.9	3.5	...
dos quais: Empr. c/garantia de petróleo	1.1	1.8	3.4	5.3	2.9	...
Atrasados	0.4	0.5	0.1	0.0	0.0	...
Credores multilaterais	0.3	0.3	0.4	0.4	0.4	...
dos quais: Atrasados	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	...
Credores oficiais bilaterais	4.5	4.7	4.3	4.4	3.3	...
Clube de Paris	2.4	2.5	2.6	2.4	0.6	...
dos quais: Atrasados	1.8	2.1	2.3	2.1	0.3	...
Outros	2.2	2.1	1.7	1.9	2.7	...
dos quais: Atrasados	1.3	1.0	0.1	0.1	0.1	...
Fornecedores	1.0	1.0	0.8	0.8	0.7	...
dos quais: Atrasados	0.6	0.7	0.6	0.5	0.5	...
Por memória:						
DLX (em % do PIB)	14.7	12.9	13.2	14.6	25.5	23.2
Dívida total (em % do PIB)	71.1	72.4	54.8	37.6	20.8	16.2

Fontes: Banco Nacional de Angola e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.1.6.

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1999 - 2007

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por destino (em percentagem do total)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
								Est.	Proj.
Exportações totais (em milhões de USD)	5156	7921	6636	8328	9507	13474	24106	31863	38997
Exportações por tipos de bens									
Petróleo bruto (crude)	4406	6951	5792	7539	8533	12441	22583	29929	36417
Produtos refinados de petróleo e gás	84	169	113	106	154	178	271	554	724
Diamantes	629	739	689	638	788	790	1092	1155	1552
Café	4	1	1	0	1	0	0	0	0
Outras exportações	33	61	42	45	31	65	160	224	304
Exportações por destinos									
África	1.0	0.2	0.2	0.4	0.1	2.3	1.5	1.4	...
da qual: África do Sul	0.7	0.1	0.0	0.2	0.0	2.3	1.5	1.3	...
União Europeia	17.0	17.3	26.4	26.5	13.6	9.6	14.7	8.9	...
da qual: Portugal	0.2	0.6	1.7	0.8	0.0	0.0	0.1	0.2	...
EUA	53.2	44.6	47.9	40.9	48.2	37.8	39.8	39.6	...
China	...	22.8	10.6	13.6	23.6	35.7	29.6	35.6	...
Outros	28.8	15.1	14.9	18.6	14.5	14.6	14.4	14.5	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.7.

IMPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, 1999 - 2007

Por tipo de bens (em milhões de USD correntes) e por origem (em percentagem do total)

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
								Est.	Proj.
Importações totais (em milhões de USD)	3109	3040	3179	3760	5480	5831	8353	9586	15048
Importações por tipos de bens									
Bens de consumo	2077	1950	2174	2193	2928	3305	5101	5 229	6 308
Bens intermédios	182	245	304	437	671	856	867	1 027	1 608
Bens de investimento	850	845	701	1131	1881	1670	2386	2 522	3 786
Importações por origens									
África	11.5	19.5	13.8	15.3	12.8	9.1	8.7	7.5	...
da qual: África do Sul	9.4	15.6	12.1	11.5	11.0	7.5	7.4	6.4	...
União Europeia	44.1	46.6	38.7	47.5	53.1	31.6	33.8	35.7	...
da qual: Portugal	14.4	17.1	14.2	19.4	18.1	13.1	13.4	14.3	...
EUA	12.4	11.0	8.8	13.4	12.1	9.3	12.5	14.6	...
China	1.6	2.3	3.3	4.5	9.3	...
Outros	32.0	22.9	38.8	22.2	19.7	46.7	40.5	32.9	...

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2008

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Orç.	2007 Proj.	2008 Proj.
1. Receitas Totais	38.3	37.9	36.9	40.7	46.4	37.4	34.5	35.4
Receitas petrolíferas	29.4	27.9	28.4	32.3	37.2	29.5	26.6	27.1
Receitas não-petrolíferas	8.9	9.2	8.0	8.2	9.2	7.7	7.7	8.2
Donativos	0.0	0.8	0.5	0.2	0.0	0.2	0.1	0.1
2. Despesas Totais	47.2	44.3	38.5	33.3	31.6	40.7	33.6	31.4
Despesas correntes	35.0	36.3	30.6	26.9	22.7	26.2	24.5	1.8
Despesas com o pessoal	10.7	12.4	10.3	9.2	8.5	8.8	8.8	8.8
Bens e serviços	18.7	15.7	9.5	9.2	7.6	9.1	8.4	8.4
Juros da dívida	3.1	1.8	2.3	1.8	1.5	2.2	1.2	1.1
Transferências	2.5	6.4	8.5	6.7	5.1	6.1	6.1	3.6
Despesas de investimento	9.9	7.6	4.9	5.0	8.9	14.5	9.1	9.7
Outras despesas ¹	2.3	0.4	3.0	1.4	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Saldo Global (base compromissos) [1+2]	-8.9	-6.4	-1.6	7.4	14.8	-3.3	0.9	3.9
4. Variação de Atrasados (líq.)	7.4	0.7	-2.1	-0.9	-8.2	1.3	-3.0	0.0
Internos	6.4	0.5	-2.2	-1.4	-8.2	-0.2	-0.9	0.0
Juros externos	1.0	0.2	0.1	0.5	0.0	1.4	-2.1	0.0
5. Saldo Global (base caixa) [3+4]	-1.5	-5.7	-3.7	6.5	6.6	-2.1	-2.1	3.9
6. Financiamento	1.5	5.7	3.7	-6.5	-6.6	2.1	2.1	3.9
Bónus da exploração de petróleo	2.7	0.0	1.1	0.0	2.2	0.0	0.0	0.0
Financiamento Externo (líquido)	-4.9	3.5	5.4	-3.4	-0.9	4.5	-0.2	3.7
Endividamento (líquido)	-4.9	1.6	-1.1	-4.0	-0.9	4.5	-0.2	3.7
Desembolsos	8.2	11.3	11.5	1.5	7.2	13.2	5.2	3.7
Amortizações	-13.1	-9.7	-12.6	-5.5	-8.1	-8.7	-5.4	0.0
Alívio da dívida	0.0	1.9	6.5	0.6	0.0	0.0	0.0	0.0
Financiamento Interno (líquido)	3.7	2.2	-2.8	-3.1	-7.9	-2.5	2.3	-7.7
<i>Por memória:</i>								
Saldo primário	-5.8	-4.6	0.7	9.2	16.3	-1.1	2.1	5.0
Saldo global (excl. Receitas petrolíferas)	-38.3	-34.3	-30.0	-24.9	-22.4	-32.8	-25.7	-23.1

Fontes: Banco Nacional de Angola, Ministério das Finanças de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui o défice operacional do BNA, assim como erros e omissões.

Quadro A.II.1.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2008

Em milhares de milhões de Kwanzas

	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez Est.	2007 Dez Proj.	2008 Dez Proj.
Activos Externos (líquidos)	93.5	142.2	223.1	386.9	927.4	1 008.7	1 379.5
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	1.6	1.8	2.6	4.8	11.5	13.6	...
Banco Nacional de Angola							
Reservas externas oficiais (líquidas)	19.0	49.3	116.3	257.6	689.3	746.5	1 090.9
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	0.3	0.6	1.4	3.2	8.6	10.1	
Reservas Brutas	22.0	50.1	117.3	258.2	690.1	747.1	1 091.4
Responsabilidades de curto prazo	-3.0	-0.8	-1.0	-0.6	-0.9	-0.6	0.6
Outros activos externos (líquidos)	-3.3	-1.5	-1.4	-1.5	-1.4	-1.3	-1.2
Bancos Comerciais	77.8	94.4	108.2	130.8	239.5	263.5	289.0
<i>idem, em mil milhões de USD</i>	1.3	1.2	1.3	1.6	2.9	3.6	...
Activos Internos (líquidos)	14.1	38.1	47.0	44.5	-239.2	-122.2	-289.3
Crédito Interno (líquido)	26.8	65.0	75.0	60.7	-210.7	47.4	-265.9
Crédito ao SPA (líquido)	2.1	7.0	-20.2	-89.0	-499.9	-353.0	-782.0
Crédito à economia	24.7	58.0	95.2	149.7	289.2	400.4	516.1
Outros activos internos (líquidos)	-12.7	-26.9	-28.0	-16.2	-28.5	-169.6	-23.4
Activos Totais	107.6	180.3	270.1	431.4	688.2	886.4	1 090.2
Massa Monetária (M3)	107.6	180.3	270.1	431.4	688.2	886.4	1 090.2
Moeda e Quase-Moeda (M2)	107.0	177.9	244.5	391.3	615.6	799.1	978.4
Moeda	69.5	127.0	190.1	313.7	474.1	625.3	779.4
Circulação Monetária	20.9	35.4	46.0	59.7	71.6	95.5	117.0
Depósitos à ordem	48.6	91.6	144.1	254.0	402.5	529.8	662.4
em moeda nacional	11.1	33.9	52.3	94.7	124.8	229.8	319.8
em moeda estrangeira	37.4	57.7	91.8	159.3	277.7	300.0	342.6
Quase-Moeda	37.5	50.9	54.4	77.6	141.5	173.8	199.0
Depósitos a prazo em moeda nacional	9.4	3.8	5.0	17.9	18.3	85.2	104.7
Depósitos a prazo em moeda estrangeira	28.1	47.1	49.4	59.7	123.2	88.6	94.3
Títulos do banco central - acordos de recompra	0.6	2.4	25.6	40.1	72.6	87.4	111.7

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.1.10.

TAXAS DE JURO, 2000 - 2008									
Taxas anuais									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Dez.	Dez.	Dez	Dez.	Dez	Dez	Dez	Dez	Abril
Taxas de Depósitos									
<i>(em Moeda Nacional)</i>									
Depósitos à ordem	15.81	10.18	10.02	10.02	9.99	9.95	2.76	3.02	
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	45.96	56.05	40.96	23.57	14.48	5.15	2.73	7.74	
91-180 dias	55.00	50.00	59.65	41.06	28.19	15.64	2.82	7.84	
181-365 dias	57.00	57.00	41.56	24.10	3.24	8.16	
Mais de 1 ano	27.14	...	30.00	9.00	...	
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>									
Depósitos à ordem	0.86	0.97	0.64	0.79	
Depósitos a prazo									
Até 90 dias	1.02	1.61	1.31	5.11	
91-180 dias	0.56	2.85	3.58	4.27	
181-365 dias	0.83	1.53	4.02	3.56	
Mais de 1 ano	1.53	1.89	6.05	2.96	
Taxas de Crédito									
<i>(em Moeda Nacional)</i>									
Até 180 dias	89.56	97.63	99.66	93.41	70.42	43.23	13.83	14.20	
181-365 dias	102.77	91.70	104.55	68.82	74.77	67.58	6.01	12.44	
Mais de 1 ano	120.00	110.00	102.84	75.69	73.38	54.88	10.18	8.77	
<i>(em Moeda Estrangeira)</i>									
Até 180 dias	9.82	8.43	8.11	8.64	
181-365 dias	9.73	8.90	4.27	8.55	
Mais de 1 ano	8.58	9.52	4.53	8.36	
Taxa de Redesconto do BNA	150.00	150.00	150.00	150.00	95.00	18.00	14.00	19.57	19.57
Títulos do Banco Central									
a 14 dias	112.50	115.86	12.99	...
a 28 dias	115.21	120.79	102.74	45.80	46.44	4.29	...	12.84	12.44
a 63 dias	122.64	127.00	107.90	56.10	50.37	7.51	...	14.65	13.25
a 91 dias	...	128.00	109.16	81.00	56.70	11.17	6.33	14.99	14.13
a 182 dias	113.00	...	60.48	11.06	7.36	14.99	13.85
a 364 dias	9.53	15.00	13.87
Bilhetes do Tesouro									
a 63 dias	5.20	14.00	13.75
a 91 dias	57.21	11.17	...	14.97	14.89
a 182 dias	60.52	11.06	...	14.95	14.62
Obrigações do Tesouro									
em Moeda Nacional	4.00
em Moeda Estrangeira	2.80
<i>Por memória:</i>									
Inflação (t.v. homóloga anual)	268.35	116.14	105.60	76.58	31.02	18.50	12.22	11.80	12.38

Fonte: Banco Nacional de Angola.

Quadro A.II.1.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1996 - 2008

Taxas médias do período

		Kz / EUR	Kz / USD		ITCE ^{1,3}	
			Merc. Oficial ²	Merc. Paralelo	Nominal	Real
	1996	--	0.13	0.17	31 370.32	69.63
	1997	--	0.23	0.30	18 235.83	126.40
	1998	--	0.39	0.61	10 623.26	150.21
	1999	2.66	2.79	3.16	1 510.96	72.90
	2000	9.15	10.04	10.55	435.83	86.68
	2001	19.77	22.02	23.95	204.98	97.32
	2002	41.27	43.70	45.27	100.00	100.00
	2003	84.39	74.69	77.84	56.64	107.26
	2004	103.87	83.54	85.02	49.08	131.69
	2005	108.60	87.16	88.81	46.83	152.36
	2006	100.85	80.37	...	50.56	182.06
	2007	105.05	76.71	...	51.94	203.83
2005	Janeiro	114.79	86.67	88.44	46.53	141.84
	Fevereiro	113.36	87.12	87.68	46.56	143.58
	Março	114.86	87.09	88.51	46.53	145.98
	Abril	113.02	87.36	88.46	46.53	147.71
	Mai	112.76	88.84	88.86	45.94	147.72
	Junho	108.41	89.13	89.44	46.20	150.10
	Julho	107.36	89.19	90.45	46.10	150.87
	Agosto	109.63	89.19	90.78	45.70	150.99
	Setembro	109.31	89.20	90.94	45.64	151.51
	Outubro	106.90	88.98	91.00	45.95	153.68
	Novembro	97.05	82.36	86.77	49.78	169.11
	Dezembro	95.78	80.79	84.44	50.53	175.19
2006	Janeiro	97.38	80.54	...	50.43	175.44
	Fevereiro	96.09	80.36	...	50.54	177.32
	Março	95.98	80.36	...	50.74	178.63
	Abril	98.35	80.37	...	50.41	177.80
	Mai	102.54	80.37	...	50.31	178.12
	Junho	101.90	80.37	...	50.63	180.29
	Julho	101.93	80.37	...	50.69	182.01
	Agosto	102.90	80.37	...	50.55	182.52
	Setembro	102.34	80.37	...	50.74	185.01
	Outubro	101.41	80.37	...	50.83	187.56
	Novembro	103.37	80.36	...	50.52	188.97
	Dezembro	106.01	80.19	...	50.27	191.03
2007	Janeiro	104.55	80.28	...	50.28	192.56
	Fevereiro	104.60	80.06	...	50.37	193.75
	Março	105.86	79.96	...	50.42	193.87
	Abril	107.74	79.85	...	50.28	193.28
	Mai	101.95	75.42	...	53.04	204.54
	Junho	100.54	74.97	...	53.42	207.54
	Julho	102.82	74.97	...	53.05	208.28
	Agosto	102.12	74.97	...	53.16	210.56
	Setembro	104.18	74.98	...	52.84	210.21
	Outubro	106.70	75.00	...	52.45	209.73
	Novembro	110.13	75.01	...	51.94	208.71
	Dezembro	109.37	75.02	...	52.05	212.97
2008	Janeiro	110.43	75.03	...	51.89	212.65
	Fevereiro	110.35	75.04	...	51.90	231.94
	Março	117.26	75.05	...	50.94	227.19
	Abril	117.25	75.04	...	50.95	228.12

Fontes: Banco Nacional de Angola, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva (ITCE), calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro maiores parceiros comerciais.² Taxa de referência do BNA, correspondente (desde Maio de 1999) à taxa média praticada no mercado cambial interbancário.³ Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação do Kwanza.



CABO VERDE

Área: 4 033 Km²

Capital: Praia

População: 507 milhares (2005)

Moeda: Escudo CV

II.2.1. Síntese

A manutenção da estabilidade económica de Cabo Verde em resultado da gestão macroeconómica efectuada, potenciou elevados níveis de crescimento da actividade económica (impulsionada pelos sectores da construção e dos transportes e comunicações), possibilitou alterações estruturais positivas no seu contexto internacional no início de 2008 (integração no grupo de Países de Rendimento Médio das Nações Unidas, adesão à Organização Mundial do Comércio e assinatura da Parceria Especial com a União Europeia) e permitiu o cumprimento do programa acordado com o FMI em 2006, ao abrigo do *Policy Support Instrument* (PSI), com 4 avaliações globalmente favoráveis, apesar de interrogações pontuais. O bom desempenho foi particularmente evidente na esfera orçamental em 2007, com graus elevados de consolidação orçamental, consubstanciados na redução do peso das despesas correntes no produto interno (de 21.8% em 2006 para 19.0% no ano seguinte) e na maior arrecadação de receitas fiscais (de 21.6% para 22.5%). A melhoria das contas públicas traduziu-se numa redução significativa do défice orçamental global, que atingiu 0.6% do PIB em 2007, e na menor necessidade de financiamento do Estado (contando com receitas de privatizações e com a alienação de terrenos), com reflexo também na diminuição do stock nominal de dívida interna (-4.7 p.p. do PIB face a 2006).

Quadro II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2005	2006	2007	2008
		Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	6.5	10.8	6.9	7.2
Inflação (<i>t.v. média</i>)	0.4	4.8	4.4	3.6
(<i>t.v. homóloga</i>)	1.8	5.8	4.0	2.6
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	15.6	18.7	9.7	11.8
Saldo Bal. Corrente (%PIB)	-4.0	-6.8	-9.1	-9.3
Reservas Camb. (<i>meses imp</i>)	3.5	3.6	4.1	4.3
Saldo orçamental (%PIB)	-3.6	-4.2	-0.6	-4.1
Dívida pública (%PIB)	94.6	83.0	75.0	--
Externa	50.5	44.9	41.5	--
Interna	44.1	38.2	33.5	--
dq: TCMF*	12.8	10.8	9.8	--

Fontes: FMI, BCV e Min. Fin. e Admin. Pública e INE de Cabo Verde

* Títulos Consolidados de Mobilização Financeira

A conseqüente diminuição do crédito líquido ao sector público determinou o abrandamento da expansão da massa monetária em 2007 (face aos anos anteriores), tendo continuado a ser marcada pela dinâmica do crédito ao sector privado e pelo reforço das reservas externas do Banco de Cabo Verde (BCV). Este esforço do banco central, necessário para defender e credibilizar o regime de câmbio fixo vigente, foi efectuado num contexto de abrandamento das pressões inflacionistas, apesar da subida dos preços dos produtos alimentares e petrolíferos, com a inflação média a registar uma redução de 0.4 p.p. ao longo do ano (tendência entretanto invertida em 2008).

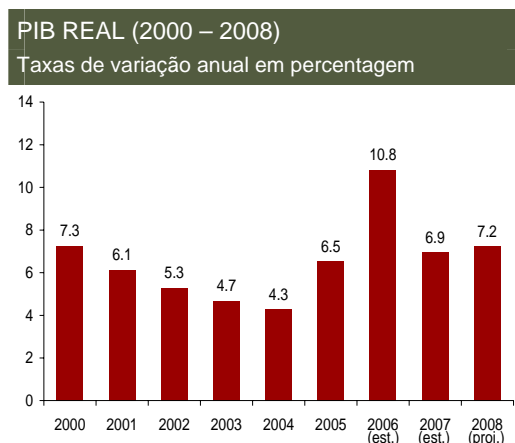
O incremento dos activos líquidos sobre o exterior foi possibilitado pela subida do investimento de carteira e pelo aumento do endividamento externo das empresas (sobretudo públicas) e dos bancos nacionais, conduzindo a um aumento do excedente da balança de pagamentos (para 5.8% do PIB), apesar da degradação da conta corrente externa (chegando a 9.1% do produto interno). Numa economia em crescimento, a dependência de produtos oriundos do exterior reflecte-se na aceleração das importações e conseqüente degradação da balança comercial, mais significativa

em 2007 porque acompanhada por uma redução das exportações. O expressivo e continuado crescimento das receitas de turismo, chegando a 23% do PIB no final de 2007, tem contribuído ainda assim para atenuar aquele efeito negativo.

II.2.2. Procura, Produção e Preços

Apesar de evidenciar uma redução face ao valor sem precedentes de 2006 (10.8%), o crescimento real da actividade económica de Cabo Verde, em 2007, deverá ter-se mantido a um nível elevado (6.9%), conjugando a boa dinâmica sobretudo dos sectores da construção e dos transportes e comunicações (os quais, à semelhança do sucedido no ano anterior, se mantiveram como os principais impulsionadores do crescimento económico).

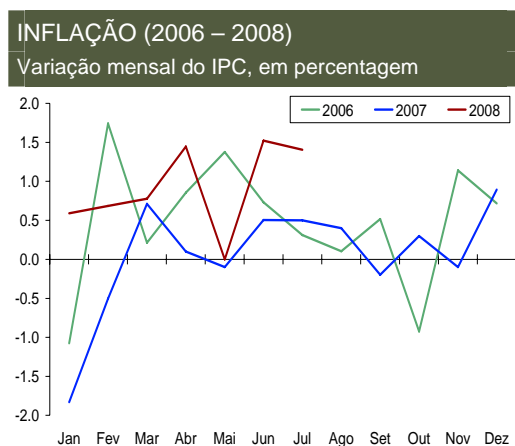
Gráfico II.2.1.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde e FMI

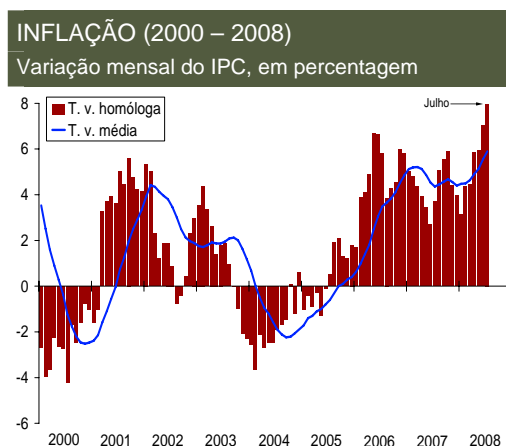
Em termos reais, na óptica da despesa, o abrandamento do ritmo de crescimento do produto interno deverá ter ficado a dever-se ao menor dinamismo do investimento (tanto público como privado), embora parcialmente compensado pela aceleração registada pelo consumo privado.

Gráfico II.2.2.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde

Gráfico II.2.3.



Fonte: Banco de Cabo Verde, INE de Cabo Verde

As projecções existentes para 2008 apontam para uma ligeira aceleração do ritmo de crescimento económico para 7.2%, para a qual deverá contribuir principalmente a esperada subida do investimento (com o impulso previsto no orçamento de estado para as despesas de capital).

A inflação registou ao longo de 2007 um comportamento oscilatório¹, apresentando uma trajectória descendente no primeiro semestre, invertendo no terceiro trimestre e finalmente voltando a evoluir em queda nos últimos meses do ano. Em termos comparativos, o final de 2007 acabou por evidenciar uma redução do ritmo de crescimento dos preços face a Dezembro do ano anterior, quer em termos médios (-0.4 p.p.) quer em termos homólogos (-1.8 p.p.).

Nos primeiros meses de 2008 tem vindo a verificar-se uma trajectória ascendente do nível de preços, com a inflação média a crescer 1.5 p.p. e a homóloga 4 p.p. entre o final de 2007 e Julho de 2008, repercutindo subidas nos preços dos bens alimentares, da energia e dos transportes (impulsionados pelo aumento dos preços internacionais dos produtos alimentares e petrolíferos). A esperada reversão de algumas destas tendências poderá ainda induzir alguma inversão do comportamento dos preços, com as projecções a apontarem para que, no corrente ano, a inflação homóloga se venha a situar nos 2.6% (-1.4 p.p. que em 2007) e a inflação média nos 3.6% -0.8 p.p.).

II.2.3. Contas Externas

Os valores apurados para a balança de pagamentos de 2007 denotam a continuação da tendência de degradação da conta corrente externa iniciada no ano anterior. O défice corrente registou um agravamento nominal elevando-se a 9.1% do PIB (+2.3 p.p. do que em 2006), confirmando as previsões iniciais.

Quadro II.2.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS				
Em percentagem do PIB				
	2005	2006	2007	2008
		Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-4.0	-6.8	-9.1	-9.3
Balança Comercial	-34.7	-38.5	-46.0	-47.7
Exportações	8.8	8.0	5.3	5.4
Importações	-43.5	-46.5	-51.3	-53.0
Balança Serviços	6.1	11.0	17.4	21.2
dq: Receitas Turismo	11.6	16.6	23.1	27.1
Balança Rendimentos	-3.4	-3.3	-1.8	-1.7
Transferências Unilat.	28.0	24.0	21.3	18.8
dq: Remessas Emig.	12.3	10.3	8.7	8.0
Bal. Capitais e Financ.	9.7	12.3	16.6	13.5
Balança Capitais	2.1	1.5	1.9	2.6
Balança Financeira	7.6	10.9	14.6	10.9
Erros e Omissões	0.0	-0.7	-1.6	0.0
Balança Global	5.7	4.8	5.8	4.2

Fontes: FMI e Banco de Cabo Verde

Esta deterioração da conta corrente decorreu principalmente do crescimento do défice da balança comercial, ascendendo a 46% do PIB (+7.5 p.p. que em 2006). Para esta subida concorreu a expansão das importações (em 21%, resultante da aquisição de dois aviões por parte dos TACV e da subida dos preços petrolíferos) e a redução das exportações (de 27%, para a qual contribuiu o impacto sobre as reexportações de combustíveis do desvio de rota da companhia aérea sul-africana). Consequentemente, o grau de cobertura das importações pelas exportações registou uma diminuição significativa, chegando aos 10% em 2007, face aos 17% do ano anterior.

¹ A série do Índice de Preços no Consumidor foi revista em Janeiro de 2008, tendo sido adoptada uma nova estrutura de consumo e um novo cabaz de bens e serviços, inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002.

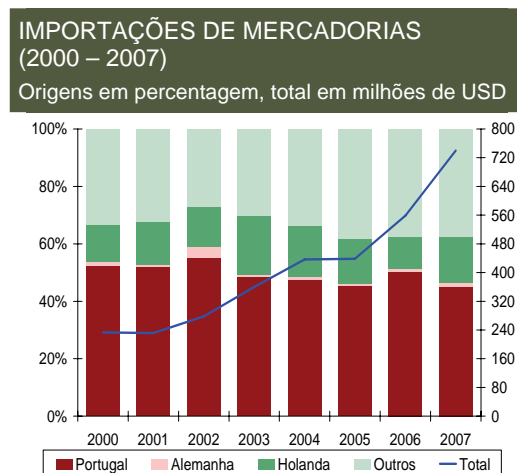
O aumento do défice corrente foi fruto ainda da redução das transferências correntes privadas (em 3.1 p.p.), reflectindo a diminuição das remessas de emigrantes, que passaram a representar 8.7% do PIB, valor bastante abaixo dos quase 13% registados no início da década.

Gráfico II.2.4.



Fonte: Banco de Cabo Verde

Gráfico II.2.5.



Fonte: Banco de Cabo Verde

Estes comportamentos foram parcialmente compensados pela melhoria da balança de serviços, em resultado principalmente da contínua expansão das receitas de turismo (+ 53% em 2007), as quais se elevaram a 23% do produto interno no final do ano (em 2000 não ultrapassavam 7.5%). No mesmo sentido, a balança de rendimentos apresentou em 2007 uma diminuição do seu défice de 39%, decorrente não só da subida dos créditos (juros de aplicações no exterior por parte do BCV) como da redução dos débitos (dividendos e lucros distribuídos pelas empresas estrangeiras e juros pagos ao exterior pelos bancos e pelo sector empresarial).

A conta de capital e de operações financeiras reforçou o seu saldo positivo em 2007, reflectindo o aumento do investimento de carteira (sobretudo títulos de participação) e o acréscimo do endividamento externo por parte do sector empresarial (nomeadamente empresas públicas) e dos bancos nacionais (destacando-se as operações de curto prazo). Este acréscimo dos fluxos de operações financeiras verificou-se num contexto de redução do investimento directo estrangeiro (nomeadamente dos fluxos de endividamento das empresas junto dos seus investidores estrangeiros, bastante significativos ao longo de 2006) e do endividamento externo por parte do Estado (dadas as menores necessidades de financiamento).

A melhoria da conta de capital e de operações financeiras mais que compensou a degradação da conta corrente, tendo a balança global evidenciado uma nova melhoria do seu saldo positivo em 2007, elevando-se a 5.8% do PIB. Esta evolução permitiu uma acumulação de reservas cambiais em mais de CVE 7 mil milhões, fazendo subir as disponibilidades líquidas sobre o exterior do BCV a 4.1 meses das importações de bens e serviços no final do ano (3.6 meses em 2006).

As projecções para 2008 apontam para nova degradação do défice corrente (para 9.3% do PIB), conjugando o aumento do défice comercial (subida das importações) com a redução das transferências correntes. A manutenção de um bom comportamento da conta de capital e de operações financeiras deverá compensar o défice corrente, deixando margem para nova acumulação de reservas externas (para 4.3 meses de importações de bens e serviços).

II.2.4. Finanças Públicas

O ano de 2007 caracterizou-se pela melhoria substancial das contas públicas, com a execução orçamental do final do ano a apontar para uma redução do saldo global para 0.6% do PIB e com a manutenção da tendência de reforço do saldo corrente, atingindo 6% do produto interno.

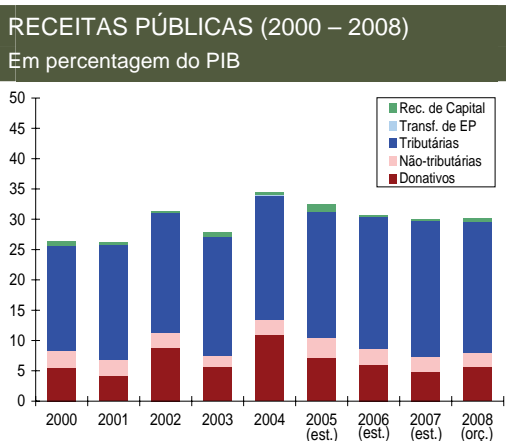
Quadro II.2.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				
Em percentagem do PIB				
	2005	2006	2007	2008
		Est.	Est.	Orç.
Receitas totais	32.5	30.6	30.0	30.1
Receitas correntes	24.0	24.4	25.0	24.0
Receitas de capital	1.3	0.3	0.3	0.5
Donativos	7.2	6.0	4.8	5.6
Transferências de EP	0.0	0.0	0.0	0.0
Despesas totais	36.1	34.8	30.6	34.2
Despesas correntes	22.3	21.8	19.0	20.7
Juros da dívida prog.	1.6	1.3	1.2	1.1
Desp. de capital	13.9	13.0	11.6	13.5
Saldo corrente	1.8	2.5	6.0	3.3
Saldo global	-3.6	-4.2	-0.6	-4.1

Fontes: FMI e Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde.

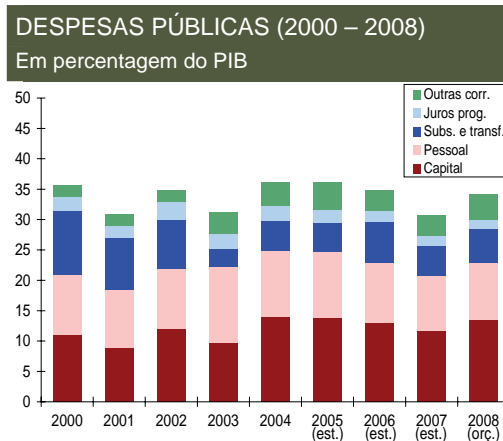
Esta evolução decorreu sobretudo da diminuição das despesas totais (em 4.2 p.p. em relação ao peso no PIB), com a redução dos subsídios (sobretudo combustíveis), a contenção dos encargos com o pessoal (-0.8 p.p.) e o decréscimo das despesas de capital (em 1.4 p.p., ainda assim ficando a 83% do orçamentado, nível bastante elevado tendo em conta as execuções habituais).

Gráfico II.2.6.



Fonte: Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde e FMI

Gráfico II.2.7.

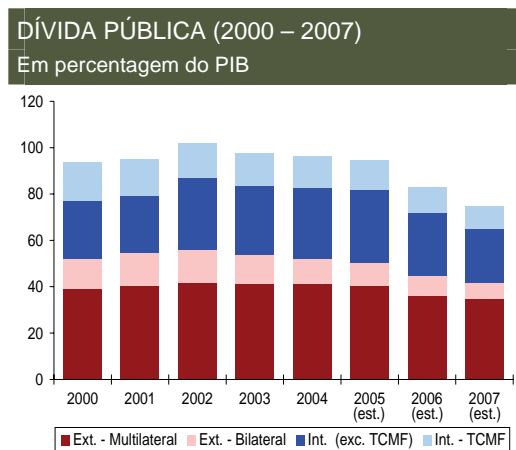


Fonte: Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde e FMI

Destaque para a boa arrecadação de receitas fiscais, que aumentaram 1 p.p. o seu peso no PIB, metade do qual respeitante ao crescimento das receitas de IVA (aliado principalmente a uma maior eficiência da máquina fiscal quanto à aplicação deste imposto). Os donativos continuaram a trajetória decrescente que têm vindo a evidenciar desde 2004, tendo atingido um montante correspondente a 4.8% no final de 2007.

A boa execução orçamental permitiu que as receitas relativas às operações de privatização parcial da Sociedade Caboverdiana de Tabacos e da Enacol e da venda de terrenos do estado fossem canalizadas para a diminuição do stock de dívida pública interna (em 3.3% face a 2006).

Gráfico II.2.8.



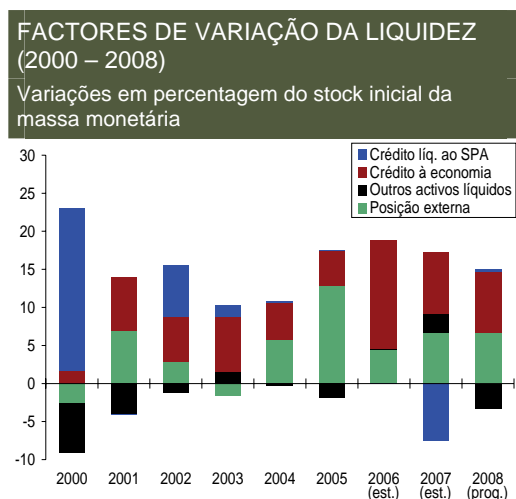
Fonte: BCV, Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde e FMI

O orçamento para 2008 aponta para um aumento do défice global (para 4.1% do PIB) por efeito do crescimento das despesas correntes (sobretudo salários e ordenados e subsídios e transferências) e das despesas de investimento, a par de algum abrandamento na dinâmica de subida das receitas fiscais.

II.2.5. Situação Monetária e Cambial

Invertendo a tendência do passado recente, o crescimento da massa monetária em Cabo Verde, em 2007, foi inferior ao programado (acréscimo de 9.7% em relação a 2006, abaixo dos 13.2% da programação revista em Setembro).

Gráfico II.2.9.



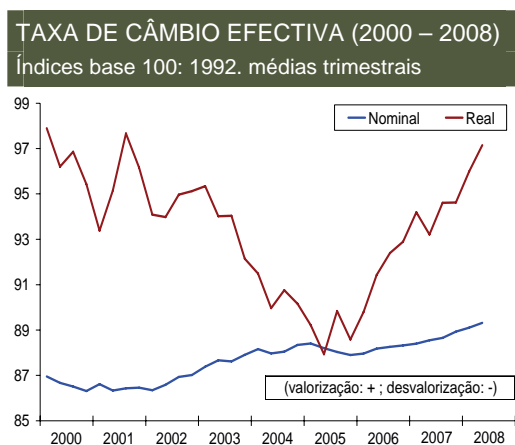
Fonte: Banco de Cabo Verde e FMI

A evolução dos factores de variação da liquidez, no entanto, situou-se dentro do cenário previsto, com subidas dos activos externos líquidos do BCV (que ultrapassaram pela primeira vez o valor da base monetária) e do crédito ao sector privado, repercutindo aumentos no crédito a particulares (habitação e outros fins) e a empresas (nos ramos comércio, restaurantes e hotéis e serviços sociais e pessoais). Destaca-se ainda a diminuição do crédito líquido ao sector público administrativo, conjugando o decréscimo do crédito ao governo central e o aumento dos seus depósitos, em especial junto do BCV.

Os bancos comerciais voltaram a reduzir os seus activos externos líquidos em 2007, aumentando a procura de moeda nacional tendo em vista as operações realizadas na Bolsa de Valores (oferta pública de venda de acções da Enacol e de subscrição de obrigações da Electra). Estas oportunidades de investimento, conjugadas com os esforços de esterilização da autoridade monetária (com a colocação de títulos do banco central) e a contínua expansão do crédito à economia, contribuíram para atenuar o excesso de liquidez.

Condicionada pela subida da inflação (que se traduziu na apreciação da taxa de câmbio efectiva real em 1.7% em 2007), a política monetária seguida pelo BCV continuou a assentar na gestão da liquidez do sistema e dos diferenciais de taxa de juro face à área do euro. Em Janeiro de 2008, o BCV alterou a metodologia de fixação das taxas das suas facilidades permanentes, passando a fazê-las depender da evolução da taxa dos Títulos de Regulação Monetária (instrumento regular de intervenção), com a de cedência 3 p.p. acima e a de absorção 2.5 p.p. abaixo (assimetria justificada pelo cariz estrutural de liquidez excedentária do mercado).

Gráfico II.2.10.



Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do BP

Para 2008, a programação elaborada de acordo com o PSI do FMI e as metas financeiras que o integram, aponta para uma aceleração da expansão da massa monetária para 11.8%, com a recuperação do crédito líquido ao SPA.

A manutenção da tendência para a diminuição do peso da circulação monetária (apenas 8.9% do total) caracterizou a evolução da estrutura dos meios de pagamento em 2007. A dinâmica dos depósitos à ordem em moeda nacional foi significativa (subindo 13.6% e aumentando o peso relativo para 34% do total), tendo-se mantido a tendência de redução do ritmo de constituição de depósitos de emigrantes, os quais cresciam, em termos homólogos, apenas a 4% em Julho de 2008, contra 11.4% em Outubro de 2006.

Quadro A.II.2.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2003 - 2008

	Unidades	2003	2004	2005	2006	2007		2008	
						Est.	Proj.	Est.	Proj.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB p.m.	milhões de EUR	717	739	809	958	992	1055	1182	
	t. var. real	4.7	4.3	6.5	10.8	6.9	6.9	7.2	
Inflação (IPC)	t. var. homóloga	-2.3	0.6	1.8	5.8	5.7	4.0	2.6	8.0 Jul.
	t. var. média	1.2	-1.9	0.4	4.8	4.9	4.4	3.6	5.9 Jul.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	27.8	34.5	32.5	30.6	30.4	30.0	30.1	
Donativos	% PIB	5.6	11.0	7.2	6.0	7.2	4.8	5.6	
Despesas totais	% PIB	31.2	36.8	36.1	34.8	34.7	30.6	34.2	
Saldo global (base compromissos)	% PIB	-3.4	-2.3	-3.6	-4.2	-4.4	-0.6	-4.1	
Sem donativos	% PIB	-9.0	-13.3	-10.8	-10.1	-11.5	-5.4	-9.7	
Dívida interna	% PIB	43.8	44.1	44.1	38.2		33.5		
dq: TCMF ¹	% PIB	14.2	13.7	12.8	10.8		9.8		
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito ao SPA (líq.)	t. var. anual	3.1	0.5	0.0	-0.3	-14.6	-25.5	1.9	-3.3 Jul.
Crédito à economia	t. var. anual	15.1	9.3	9.1	30.1	13.1	15.5	14.6	15.3 Jul.
Massa monetária (M3)	t. var. anual	8.6	10.5	15.6	18.7	13.2	9.7	11.8	4.6 Jul.
TAXAS DE JURO²									
Depósitos a 1 ano (média das OIM)	taxa anual	5.69	5.69	4.44	4.28		4.16	4.22 Jun.	
Redesconto	taxa anual	8.50	8.50	8.50	8.50		8.50	6.00 Jun.	
Cedência de liquidez	taxa anual	8.50	8.50	7.50	7.50		7.50	7.00 Jun.	
Bilhetes do Tesouro, a 91 dias	taxa anual	7.60	5.60		3.00			3.43 Jun.	
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Exportações (em USD correntes)	t. var. anual	25.8	9.0	55.1	7.7	-19.7	-20.6	22.4	
Importações (em USD correntes)	t. var. anual	29.5	21.3	0.4	27.5	30.9	32.4	24.6	
Balança corrente	% PIB	-11.2	-14.4	-4.0	-6.8	-9.4	-9.1	-9.3	
Excluindo transferências oficiais	% PIB	-17.3	-20.2	-10.9	-12.2	-14.2	-13.5	-12.1	
Balança corrente e de capital	% PIB	-8.1	-11.9	-1.9	-5.4	-7.5	-7.2	-6.7	
Reservas cambiais	meses import. ⁴	2.0	2.4	3.5	3.6	4.3	4.1	4.3	3.9 Jun.
DÍVIDA EXTERNA									
Valor total	milhões de EUR	385.0	386.3	409.1	429.9		437.2		
	% PIB	53.7	52.3	50.5	44.9		41.5		
	% exportações ⁴	170.2	162.1	141.5	113.0		96.1		
Serviço da dívida	% exportações ⁴	8.3	9.1	8.0	5.9		4.7		
TAXAS DE CÂMBIO (médias)									
Nominal CVE/EUR	t. média	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3	110.3 Jul.
Nominal CVE/USD	t. média	97.8	88.7	88.6	87.9	83.8	80.6	75.0	69.9 Jul. ⁵
ITCE nominal (base 100: 1992) ³	t. var. anual	1.1	0.6	0.0	0.1		0.5	0.5 Jul. ⁵	
ITCE real (base 100: 1992) ³	t. var. anual	-0.7	-3.5	-1.9	3.1		2.8	4.7 Jul. ⁵	

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. das Finanças e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira; ² Médias mensais (correspondentes a Dezembro para os valores anuais); ³ Índice da taxa de câmbio efectiva, calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -); ⁴ Importações e exportações de bens e serviços; ⁵ Variação face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.2.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008

Preços correntes, em milhões de CVE

	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Est.	2008 Proj.
Sector primário	7546	8083	8113	8095	8809	9107	9949
Agricultura, pecuária e silvicultura	6606	7078	7056	7088	7619	7866	8641
Pesca	940	1005	1057	1007	1190	1241	1308
Sector secundário	10711	11685	12344	14538	16981	19297	22348
Indústria e energia	4814	5580	6032	6600	7617	8218	9224
Construção	5898	6105	6312	7938	9364	11079	13124
Sector terciário	48344	53078	55300	59148	71259	78260	87548
Comércio	13860	15196	15858	17610	20141	22166	24811
Hotéis e restaurantes	1612	1745	1869	2141	3076	3687	4372
Transportes e comunicações	15101	17222	17343	17367	21941	24215	27181
Banca e seguros	3298	3258	3260	3256	4270	4541	5025
Habitação	4028	4146	4664	4968	5661	6195	6921
Administração pública	9367	10322	11106	11975	14103	15215	16758
Outros serviços	1078	1189	1200	1831	2067	2241	2480
Serviços bancários ¹	-2209	-2510	-2578	-2662	-3392	-3607	-3916
Impostos sobre importações	7912	8676	8334	10116	11968	13219	14383
PRODUTO INTERNO BRUTO (p. m.)	72304	79011	81512	89235	105625	116276	130311
Consumo	77832	84698	86166	86623	100540	114996	124478
Público	13410	15947	17472	19132	21388	22554	27886
Privado	64422	68751	68694	67491	79152	92442	96592
Investimento	26062	24672	32396	36593	45375	49504	59720
Formação bruta de capital fixo	26151	24735	31962	36593	45375	49504	59720
Variação de existências	-89	-63	434	0	0	0	0
Procura interna	103894	109370	118562	123216	145915	164500	184198
Exportações de bens e serviços	15209	11607	11364	14084	19012	21691	26223
Procura global	119103	120977	129926	137300	164927	186191	210420
Importações de bens e serviços	46345	41450	47840	48065	59302	69915	80109
<i>Pro memória:</i>							
Poupança interna bruta	-5527	-5687	-4654	2612	5085	1280	5834
PIBpm nominal (milhões de EUR)	655.7	716.6	739.2	809.3	957.9	1054.5	1181.8
PIBpm nominal (milhões de USD)	616.6	807.9	918.5	1006.6	1201.3	1442.4	1738.3
Deflador do PIB (variação anual em %)	-0.3	4.4	-1.1	2.8	6.8	2.9	4.5
PIB nominal (variação anual em %)	4.9	9.3	3.2	9.5	18.4	10.1	12.1
PIB real (variação anual em %)	5.3	4.7	4.3	6.5	10.8	6.9	7.2

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Estimativa correspondente ao valor dos serviços bancários intermédios utilizados pelos restantes ramos de actividade.

Quadro A.II.2.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1993 - 2008¹

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1993	Dezembro	--	4.37	4.37	5.81
1994	Dezembro	--	4.10	4.10	3.44
1995	Dezembro	--	5.62	5.62	8.37
1996	Dezembro	--	9.06	9.06	5.96
1997	Dezembro	--	6.72	6.72	8.56
1998	Dezembro	--	8.32	8.32	4.39
1999	Dezembro	--	-1.55	-1.55	4.35
2000	Dezembro	--	-1.03	-1.03	-2.47
2001	Dezembro	--	4.14	4.14	3.35
2002	Dezembro	--	2.98	2.98	1.88
2003	Dezembro	--	-2.28	-2.28	1.19
2004	Dezembro	--	0.61	0.61	-1.89
2005	Dezembro	--	1.80	1.80	0.40
2006	Janeiro	-1.08	-1.08	1.70	0.63
	Fevereiro	1.74	0.65	3.90	0.98
	Março	0.21	0.86	4.10	1.40
	Abril	0.85	1.72	4.88	1.83
	Maio	1.38	3.12	6.68	2.49
	Junho	0.73	3.88	6.63	3.05
	Julho	0.31	4.20	5.79	3.49
	Agosto	0.10	4.31	3.86	3.66
	Setembro	0.52	4.84	4.28	3.84
	Outubro	-0.92	3.88	4.55	4.11
	Novembro	1.14	5.06	5.97	4.51
	Dezembro	0.72	5.81	5.81	4.85
	<i>Dezembro (proj.rev.)</i>	--	5.50	5.50	6.20
2007	Janeiro	-1.83	0.81	5.01	5.12
	Fevereiro	-0.50	0.31	4.81	5.19
	Março	0.71	1.02	4.38	5.21
	Abril	0.10	1.12	3.92	5.13
	Maio	-0.10	1.02	3.44	4.86
	Junho	0.50	1.53	2.69	4.53
	Julho	0.50	2.03	3.72	4.36
	Agosto	0.40	2.44	5.06	4.46
	Setembro	-0.20	2.24	5.54	4.57
	Outubro	0.30	2.54	5.91	4.68
	Novembro	-0.10	2.44	4.41	4.55
	Dezembro	0.89	3.36	3.97	4.40
	<i>Dezembro (proj.rev.)</i>	--	5.70	5.70	4.90
2008	Janeiro	0.59	0.59	3.13	4.48
	Fevereiro	0.68	1.28	4.36	4.50
	Março	0.78	2.07	4.43	4.64
	Abril	1.45	3.54	5.84	4.90
	Maio	0.00	3.54	5.94	5.13
	Junho	1.52	5.12	7.01	5.55
	Julho	1.40	6.59	7.98	5.90
	<i>Dezembro (proj.)</i>	--	2.60	2.60	3.60

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Série revista, a partir de Julho de 2000, para incorporar uma nova ponderação das propinas escolares. Foi adoptada, em Janeiro de 2008, uma nova estrutura de consumo e um novo cabaz de bens e serviços no cálculo do IPC, inferidos com base no Inquérito às Despesas e Rendimentos das Famílias realizado entre Outubro de 2001 e Outubro de 2002.

(¹) mês n / mês n-1; (²) mês n / Dezembro anterior; (³) mês n / mês n do ano anterior; (⁴) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.2.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2003 - 2008

Em milhões de CVE

	2003	2004	2005	2006	2007		2008	
					Est.	Proj.	Est.	Proj.
1. CONTA CORRENTE	-8866	-11762	-3568	-7214	-10964	-10630	-12150	-5340
Balança comercial	-30065	-33656	-30960	-40694	-54809	-53501	-62113	-23292
Exportações (f.o.b.) ¹	5150	5093	7891	8429	6454	6134	6981	4652
Importações (f.o.b.)	-35215	-38749	-38851	-49123	-61263	-59635	-69094	-27944
Balança de serviços (líq.)	1404	2826	5438	11612	21244	20195	27689	9189
Exportações	19793	21178	23977	33534	43578	44011	53638	21317
dos quais: Transportes	8109	8792	9379	10838		10365		4215
Turismo	8358	8578	10351	17495	26249	26851	35345	14004
Importações	-18389	-18353	-18539	-21922	-22334	-23816	-25949	-12128
dos quais: Transportes	-8787	-8083	-8700	-11175		-11296		-4681
Turismo	-4439	-3913	-3490	-4141		-4986		-3076
Balança de rendimentos (líq.)	-1419	-1616	-2995	-3515	-3149	-2128	-2243	-1991
Exportações	1516	1594	1679	1675	1923	1953	2228	1186
dos quais: Juros extraord. das contribuições p/ TF ²	0	0	0	0		0		0
Rendimento do TF ² (ano anterior)	508	639	363	344	384	384	398	398
Importações	-2935	-3211	-4674	-5190	-5072	-4081	-4471	-3178
dos quais: Juros da dívida pública programados	-514	-549	-551	-522	-531	-520	-566	-240
Transferências correntes ²	21214	20685	24949	25383	25750	24804	24516	10754
Transferências oficiais	4776	4697	4273	4184	5565	5083	3847	4060
Transferências privadas	16438	15989	20676	21199	20185	19721	20669	6694
das quais: Remessas de emigrantes	9514	8751	11002	10887	11593	10159	10374	4568
2. CONTA DE CAPITAL E DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	9814	14230	8619	13015	19178	19254	17624	9131
Conta de Capital	2481	2089	1852	1540	2199	2243	3418	712
Transferências de capital	2481	2089	1852	1540	2199	2243	3418	712
das quais: Perdão de dívida	0	0	0	0		0		0
Donativos para o TF ²	537	0	200	0		0		0
Conta de Operações Financeiras	7333	12141	6767	11476	16979	17011	14206	8418
Investimento directo	3276	6038	7231	11484	10164	10378	10996	8043
do qual: Receitas de privatizações para o TF ²	0	0	0	0		0		0
Investimento de carteira	0	0	0	13	400	561	550	0
Outras operações	4057	6103	-465	-22	6415	6073	2660	375
das quais: Desembolsos de empréstimos ao SPA	2999	2371	4314	4240	4176	3779	5204	616
Desembolsos para o TF ²	0	0	0	0	0	0	0	0
Amortizações programadas	-1551	-1853	-2014	-1974	-1947	-1820	-1931	-846
Alimentação do TF ²	-537	0	-200	0	0	0	0	0
3. ERROS E OMISSÕES	-1121	655	30	-758	0	-1908	0	-1152
4. BALANÇA GLOBAL: (1) + (2) + (3)	-174	3123	5080	5044	8214	6716	5474	2639
5. FINANCIAMENTO	174	-3123	-5080	-5044	-8214	-6716	-5474	-2639
Variação das DLX (aumento: -)	-258	-3134	-4970	-5044	-8214	-7120	-5474	-2639
Financiamento excepcional	432	11	-110	0	0	404	0	0
do qual: Saques sobre a Facilidade do ACC ³	550	550	0	0	0	0	0	0
Reembolso progr. da Facilidade do ACC	-550	-550	-110	0	0	0	0	0
Variação de atrasados (aumento: +)	432	18	0	0	0	404	0	0
6. DIFERENCIAL DE FINANCIAMENTO ⁴: (4) + (5)	0	0	0	0	0	0	0	0
<i>Pro memoria:</i>								
Conta Corrente (em percentagem do PIB)	-11.2	-14.4	-4.0	-6.8	-9.4	-9.1	-9.3	--
Conta Corrente e de Capital (em percentagem do PIB)	-8.1	-11.9	-1.9	-5.4	-7.5	-7.2	-6.7	--
Reservas oficiais (em meses de importações) ⁵	2.0	2.4	3.5	3.6	4.3	4.1	4.3	3.9

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Inclui vendas de combustível a navios e reexportações; ² Fundo estabelecido off-shore para suporte à conversão da dívida interna; ³ Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde; ⁴ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento; ⁵ Activos Externos líquidos do BCV e importações de bens e serviços do ano.

Quadro A.II.2.5.
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1999 - 2007

Em percentagem do total

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
Alemanha	0.0	2.3	0.7	1.6	1.1	0.1	0.1	0.0	0.0	0.5
Espanha	2.9	3.5	0.2	0.8	0.0	0.3	21.3	27.3	20.9	12.1
Guiné-Bissau	0.0	0.0	0.0	2.3	0.7	0.6	0.4	4.2	0.1	1.1
Holanda	0.8	0.3	0.2	0.2	0.4	0.2	0.6	0.6	0.2	0.4
Portugal	89.7	80.1	90.7	88.4	70.8	78.3	51.6	49.8	58.3	68.4
E.U.A.	0.0	11.4	6.3	4.4	22.5	19.4	12.3	1.4	1.4	8.2
Outros	6.6	2.5	2.0	2.3	4.5	1.0	13.7	16.8	19.1	9.4
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.6.
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1999 - 2007

Em percentagem do total

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
Alemanha	2.0	1.5	0.6	3.9	1.0	1.0	0.7	1.1	1.4	1.6
Brasil	0.0	0.0	2.3	3.5	2.6	5.1	8.0	6.4	6.2	4.4
Espanha	2.4	2.5	3.6	3.8	2.6	4.3	7.6	5.6	4.4	4.3
E.U.A.	3.4	3.6	2.3	3.3	3.4	2.8	2.7	1.4	1.2	2.6
Holanda	17.8	13.0	14.9	13.7	20.3	17.6	15.7	11.2	16.2	15.1
Portugal	52.7	52.4	52.1	55.3	48.4	47.6	45.6	50.2	45.0	48.8
Outros	21.7	27.0	24.1	16.5	21.5	21.5	19.6	24.1	25.5	23.3
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.2.7.
DÍVIDA PÚBLICA, 2001 - 2007

Em milhões de CVE

	2001	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Est.	
DÍVIDA EXTERNA TOTAL	37604	40373	42449	42591	45107	47398	48209	
Credores Multilaterais	27840	30328	32609	33771	36210	38115	40306	
Credores Bilaterais	9765	10045	9840	8820	8897	9283	7904	
Governo	5263	5072	4959	4623	5383	6363	5238	
Outros	4502	4973	4881	4197	3515	2920	2665	
DÍVIDA INTERNA TOTAL	27815	33229	34627	35980	39309	40311	38991	
da qual: Bilhetes do Tesouro	4415	5713	5594	6462	7162	7351	4285	
Obrigações do Tesouro	10464	15321	15330	17199	19897	20578	21207	
Sector Bancário	13139	16546	17097	17488	20044	19543	16082	
Sector Não-Bancário	3925	5933	6342	7304	7877	9379	11520	
TCMF ¹	10750	10750	11189	11189	11389	11389	11389	
				(em % do PIB)				
Dívida externa total		54.6	55.8	53.7	52.3	50.5	44.9	41.5
Dívida interna total (exc. TCMF)		24.8	31.1	29.7	30.4	31.3	27.4	23.7
TCMF		15.6	14.9	14.2	13.7	12.8	10.8	9.8
Dívida interna total (inc. TCMF)		40.4	46.0	43.8	44.1	44.1	38.2	33.5
				(em % das exportações de bens e serviços)				
Dívida externa total		181.8	170.5	170.2	162.1	141.5	113.0	96.1
Serviço da dívida de médio e longo prazo		12.0	9.9	8.3	9.1	8.0	5.9	4.7

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Fin. e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Quadro A.II.2.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2004 - 2008

Em milhões de CVE

	2004	2005	2006	2007			2008		
				Est.	Orç.	Est.	g.e. ¹	Orç.	Trim. I
1. RECEITAS TOTAIS	28108	28995	32357	35300	34926	98.9	39222	9120	23.3
1.1. Receitas orçamentais	18986	22555	26065	26969	29353	108.8	31957	7676	24.0
1.1.1. Receitas correntes	18681	21420	25725	26731	29056	108.7	31255	7643	24.5
Receitas não-tributárias	2045	2880	2919	2553	2842	111.3	3196	657	20.6
Receitas tributárias	16636	18539	22806	24178	26214	108.4	28059	6986	24.9
Impostos sobre o rendimento	5395	5815	6921	7497	7656	102.1	8462	2212	26.1
Impostos sobre a despesa dos quais: IVA	11241	12724	15885	16681	18558	111.3	19597	4774	24.4
dos quais: IVA	5592	6552	8439	8610	9917	115.2	11360	2684	23.6
1.1.2. Receitas de capital	305	1136	341	238	297	124.9	702	33	4.8
1.2. Donativos	8946	6439	6291	8332	5572	66.9	7265	1443	19.9
1.3. Transferências de empresas públicas ²	177	0	0	0	0	--	0	0	--
2. DESPESAS TOTAIS³	30006	32236	36749	40381	35613	88.2	44595	6926	15.5
2.1. Despesas correntes ⁴	18007	19857	23046	24041	22111	92.0	27014	5267	19.5
Salários e ordenados	8868	9690	10546	11314	10634	94.0	12285	2596	21.1
Bens e serviços	1287	1606	1776	2113	1858	87.9	2348	232	9.9
Subsídios e transferências dos quais: Combustíveis ⁵	3982	4258	7084	5958	5708	95.8	7210	1427	19.8
Bolsas de estudo	0	450	1866	0	429	--	360	0	--
Juros da dívida	292	282	317	447	356	--	475	116	--
Interna	2056	1927	1920	1883	1879	99.8	2053	434	21.2
Externa	1506	1384	1398	1360	1360	100.0	1487	306	20.6
Outras despesas	550	543	522	523	519	99.3	566	128	22.7
Outras despesas	1814	2376	1720	2774	1848	66.6	3118	318	10.2
2.2. Despesas de investimento	11435	12379	13703	16340	13501	82.6	17581	1660	9.4
3. SALDO CORRENTE: (1.1.1) - (2.1)	674	1562	2679	2690	6945	--	4241	2376	--
4. SALDO CORRENTE ALARGADO: (1.1) - (2.1)	979	2698	3020	2928	7242	--	4943	2410	--
5. SALDO GLOBAL (sem Donativos): (1) - (2) - (1.2)	-10843	-9681	-10683	-13412	-6259	--	-12638	750	--
6. SALDO GLOBAL (base compromissos): (1) - (2)	-1897	-3241	-4392	-5081	-687	--	-5373	2193	--
7. VARIAÇÃO DE ATRASADOS	-125	-562	0	0	0	--	0	0	--
7.1. Externos	0	0	0	0	0	--	0	0	--
7.2. Internos	-125	-562	0	0	0	--	0	0	--
8. ALÍVIO DA DÍVIDA	0	0	0	0	0	--	0	0	--
9. SALDO GLOBAL (base caixa): (6) + (7) + (8)	-2023	-3803	-4392	-5081	-687	--	-5373	2193	--
10. FINANCIAMENTO	2023	3803	4392	4854	687	--	5373	-1899	--
10.1. Interno (líq.)	1387	1019	2094	1811	-113	--	2214	-1677	--
do qual: Sistema bancário	124	13	-65	-3743	-6529	--	-1883	-1839	--
Privatizações	0	0	0	1215	2141	--	622	--	--
10.2. Externo (líq.)	636	2784	2298	3043	800	--	3159	-222	--
Desembolsos	2930	4826	4272	5156	2619	--	5204	161	--
Amortizações	-2294	-2041	-1974	-2113	-1819	--	-2045	-383	--
11. DIF. DE FINANC. / DISCREPÂNCIA⁶: (9) + (10)	0	0	0	-227	0	--	0	294	--

Fontes: Banco de Cabo Verde, Min. Finanças e Admin. Pública de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Parcela das despesas de investimento que cabe às empresas públicas suportar (trata-se normalmente de financiar infraestruturas ligadas à actividade dessas mesmas empresas); ³ Inclui despesas relativas a atrasados identificados pelo FMI nas suas missões e despesas não discriminadas; ⁴ Em 2007, inclui valores a regularizar; ⁵ Indemnizações compensatórias às empresas importadoras de combustíveis; ⁶ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.2.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2003 - 2008

Em milhões de CVE

	2003	2004	2005	2006		2007		2007e/2006e (%)		2008		2008p/2007e (%)		Jul08/2007e (%)	
				est.	prog.	est.	prog.	(A)	(B)	Jul.	prog.	(A)	(B)	(A)	(B)
POSIÇÃO EXTERNA	10456	13782	21889	25138	33892	30879	22.8	6.7	30264	20.4	6.7	-2.0	-0.7		
Activos externos (líq.)	11266	14818	24127	27361	31999	32984	20.6	6.5	32373	--	--	-1.9	-0.6		
Banco de Cabo Verde	8818	11521	16523	21536	30236	28632	32.9	8.2	34106	19.1	5.8	7.3	2.2		
Disp. líq. sobre o exterior	8173	11290	16260	21304	30021	28424	33.4	8.3	33898	19.3	5.8	7.4	2.2		
Outros activos (líq.)	645	231	262	232	215	208	-10.3	0.0	208	0.0	0.0	-5.8	0.0		
Bancos comerciais	2448	3297	7604	5825	1763	4353	-25.3	-1.7	1651	--	--	-62.1	-2.9		
Responsabilidades de m/l prazo	-810	-1036	-2238	-2223	-1893	-2105	-5.3	0.1	-2109	--	--	0.2	0.0		
ACTIVOS INTERNOS (líq.)	46428	49067	50751	61078	63676	63729	4.3	3.1	68553	7.6	5.1	7.7	5.2		
Crédito interno total	54503	57319	60193	70487	72627	70909	0.6	0.5	78821	11.2	8.4	10.3	7.7		
Crédito líquido ao S.P.A.	25561	25684	25697	25632	21889	19103	-25.5	-7.6	19460	18477	1.9	0.4	-3.3	-0.7	
dq: Crédito líq. ao Gov. central	14858	15066	15207	15393	10226	8887	-42.3	-7.5	8698	8096	-2.1	-0.2	-8.9	-0.8	
Crédito s/ o Trust Fund ¹	11038	11038	11038	11038	11038	11038	0.0	0.0	11038	11038	0.0	0.0	0.0		
Crédito à economia	28906	31591	34471	44839	50730	51800	15.5	8.1	59355	59719	14.6	8.0	15.3	8.4	
Empresas públicas	180	161	431	634	725	543	-14.4	-0.1	563	285	3.7	0.0	-47.5	-0.3	
Sector privado	28726	31430	34040	44205	50005	51257	16.0	8.2	58793	59434	14.7	8.0	16.0	8.6	
Crédito às IFNM	37	44	26	16	8	6	-63.2	0.0	6	1	0.0	0.0	-75.2	0.0	
Outras rubricas (líq.)	-8076	-8253	-9442	-9409	-8951	-7180	23.7	2.6	-10269	-9537	-43.0	-3.3	-32.8	-2.5	
TOTAL DO ACTIVO	56883	62848	72640	86216	97568	94608	9.7	--	105729	98924	11.8	--	4.6		
MASSA MONETÁRIA	56883	62848	72640	86216	97568	94608	9.7	9.7	105729	98924	11.8	11.8	4.6		
pro memoria: Base monetária	17288	18467	21134	21842	21436	23948	--	--	27019	26757	--	--	--		
Circulação monetária	6516	6765	7634	7731	7612	8399	8.6	--	9246	7772	10.1	--	--		
Depósitos à ordem em m/n	16473	17640	21082	28123	33291	31940	13.6	--	35833	34560	12.2	--	--		
Quase-moeda	33894	38444	43925	50362	56666	54268	7.8	--	60650	56592	11.8	--	--		
TOTAL DO PASSIVO	56883	62848	72640	86216	97568	94608	9.7	--	105729	98924	22.6	--	--		

Fontes: Banco de Cabo Verde, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Fundo estabelecido off-shore para apoio à conversão da dívida interna, dando lugar à emissão de Títulos Consolidados de Mobilização Financeira (TCMF).

(A) Variação face ao final do ano anterior; (B) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do ano anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.2.10.

TAXAS DE JURO, 2004 - 2008

	Dez 04	Dez 05 ¹	Dez 06 ²	Dez 07				Dez 08			
				Mar 07	Jun 07	Set 07	Mar 08	Abr 08	Mai 08	Jun 08	
Taxas activas											
De 7 a 30 dias			8.53	12.83	12.47	12.77	12.84	12.99	12.92	12.98	12.76
De 31 a 90 dias	12.69	12.63	9.64	9.12	11.73	12.38	9.79	11.41	11.53	11.77	12.33
De 91 a 180 dias	13.06	12.88	10.51	10.66	11.01	9.59	10.78	10.65	10.45	10.45	10.32
De 181 dias a 1 ano	13.44	13.00	8.14	8.21	9.04	9.35	9.83	9.41	9.33	9.49	9.47
De 1 a 2 anos	14.19	13.25	12.43	12.49	12.34	12.12	11.81	11.75	11.85	11.76	11.62
De 2 a 5 anos	13.56	13.50	12.29	11.83	11.95	11.47	12.03	11.95	11.97	11.98	11.95
De 5 a 10 anos	13.63		11.35	11.37	10.70	10.74	10.71	10.65	10.67	10.73	10.69
Superior a 10 anos	13.63		10.92	10.91	10.86	10.55	10.77	10.65	10.65	10.65	10.60
Descoberto		10.94	15.34	14.28	12.37	15.93	16.04	15.84	15.69	15.67	15.60
Taxas passivas											
Residentes											
De 7 a 30 dias	3.59		4.28	4.31	3.94	3.76	4.10	2.81	2.82	2.65	2.68
De 31 a 90 dias	3.59	2.87	3.15	3.08	3.09	3.12	3.05	2.94	2.89	2.85	2.86
De 91 a 180 dias	4.44	4.14	3.81	3.51	3.54	3.62	3.69	3.76	3.65	3.76	3.78
De 181 dias a 1 ano	5.69	4.44	4.28	4.17	4.15	4.16	4.16	4.16	4.36	4.23	4.22
De 1 a 2 anos	5.88	5.00	4.29	4.08	4.11	4.14	4.17	4.20	4.32	4.22	4.22
Não Residentes											
De 7 a 30 dias			2.86	3.05	3.08	3.40	2.25	3.32	3.26	3.31	3.26
De 31 a 90 dias			3.36	3.44	3.36	3.29	3.56	3.52	3.66	3.69	3.78
De 91 a 180 dias			3.63	3.75	3.78	3.86	3.99	3.93	4.02	4.07	4.09
De 181 dias a 1 ano			4.12	4.17	4.14	4.23	4.31	4.30	4.27	4.30	4.29
De 1 a 2 anos			4.23	4.18	4.10	4.06	4.08	4.09	4.11	4.11	4.09
Emigrantes											
De 7 a 30 dias	4.83		3.28	3.26	3.42	3.42	3.70	3.53	3.53	3.51	3.47
De 31 a 90 dias	4.75	3.62	3.48	3.50	3.50	3.41	3.41	3.43	3.42	3.44	3.43
De 91 a 180 dias	5.50	4.58	4.14	4.21	4.19	4.23	4.20	4.24	4.22	4.20	4.21
De 181 dias a 1 ano	6.63	5.13	4.56	4.44	4.32	4.32	4.33	4.32	4.32	4.32	4.32
De 1 a 2 anos	7.83	5.00	4.53	4.38	4.35	4.36	4.36	4.36	4.21	4.36	4.37
Taxas de referência											
Instrumentos do BCV											
Redesconto	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	8.50	6.00	6.00	6.00	6.00
Cedência de liquidez	8.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.50	7.00	7.00	7.00	7.00
Absorção de liquidez	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.00	1.50	1.50	1.50	1.50
Bilhetes do Tesouro											
91 dias	5.600		3.000	3.414	3.402	3.367		3.313	3.313	3.292	3.425
182 dias			2.998	3.275	3.546	3.438	3.492	3.375	3.313	3.404	3.438
364 dias	5.528		3.063			3.438	3.492		3.375	3.375	
<i>Para memória:</i>											
<i>Inflação (t.v. homóloga no mês)</i>	<i>0.61</i>	<i>1.80</i>	<i>5.81</i>	<i>4.38</i>	<i>2.69</i>	<i>5.54</i>	<i>3.97</i>	<i>4.43</i>	<i>5.84</i>	<i>5.94</i>	<i>7.01</i>

Fonte: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ O BCV reformulou, com referência a Dezembro de 2005, a estrutura de taxas activas e passivas publicada, pelo que há quebra em algumas séries, principalmente nas activas onde passou a apresentar subdivisões entre empresas e particulares; ² A partir de Junho de 2006 são apresentados os valores das taxas de juro efectivas, resultantes do cálculo das taxas médias ponderadas pelos montantes dos créditos/aplicações relativos às operações activas/passivas praticadas para os residentes, não residentes e emigrantes.

Quadro A.II.2.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1988 - 2008

Taxas médias

	CVE/USD	CVE/PTE	CVE/EUR	ITCE ¹ (base 100: 1992)	
				Nominal	Real
1988	72.07	0.501	--	101.55	--
1989	77.98	0.496	--	101.35	--
1990	70.03	0.491	--	101.60	--
1991	71.41	0.494	--	101.17	--
1992	68.02	0.504	--	100.00	100.00
1993	80.43	0.501	--	97.50	97.82
1994	81.90	0.494	--	97.94	97.18
1995	76.85	0.512	--	94.55	98.10
1996	82.59	0.535	--	90.32	96.47
1997	93.19	0.532	--	90.90	103.17
1998	97.99	0.544	--	88.60	103.60
1999	102.70	--	110.27	87.34	103.86
2000	115.88	--	110.27	86.60	96.58
2001	123.21	--	110.27	86.46	95.59
2002	117.26	--	110.27	86.72	94.54
2003	97.80	--	110.27	87.64	93.89
2004	88.74	--	110.27	88.13	90.59
2005	88.65	--	110.27	88.14	88.90
2006	87.93	--	110.27	88.18	91.63
2007	80.62	--	110.27	88.63	94.16
2006					
Janeiro	91.09	--	110.27	88.00	89.72
Fevereiro	92.27	--	110.27	87.93	89.69
Março	91.80	--	110.27	87.96	89.96
Abril	90.14	--	110.27	88.07	90.87
Mai	86.42	--	110.27	88.27	91.45
Junho	87.15	--	110.27	88.22	91.95
Julho	86.96	--	110.27	88.24	92.23
Agosto	86.07	--	110.27	88.29	93.03
Setembro	86.58	--	110.27	88.25	91.94
Outubro	87.45	--	110.27	88.21	91.83
Novembro	85.73	--	110.27	88.32	93.32
Dezembro	83.45	--	110.27	88.45	93.54
2007					
Janeiro	85.00	--	110.27	88.36	94.67
Fevereiro	84.40	--	110.27	88.39	94.12
Março	83.30	--	110.27	88.46	93.79
Abril	81.73	--	110.27	88.57	93.22
Mai	81.55	--	110.27	88.56	92.93
Junho	82.20	--	110.27	88.53	93.48
Julho	80.43	--	110.27	88.64	94.39
Agosto	80.91	--	110.27	88.61	94.97
Setembro	79.50	--	110.27	88.71	94.49
Outubro	77.57	--	110.27	88.83	94.50
Novembro	75.11	--	110.27	89.00	94.28
Dezembro	75.67	--	110.27	88.95	95.09
2008					
Janeiro	74.95	--	110.27	89.01	95.72
Fevereiro	74.78	--	110.27	89.02	96.24
Março	71.14	--	110.27	89.29	96.00
Abril	69.94	--	110.27	89.36	97.11
Mai	70.88	--	110.27	89.30	96.62
Junho	70.96	--	110.27	89.29	97.70
Julho	69.90	--	110.27	89.37	99.55

Fontes: Banco de Cabo Verde e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais cabo-verdianos no período 2000/04 (valorização: +; desvalorização: -).



GUINÉ-BISSAU

Área: 36 125 Km²

Capital: Bissau

População: 1.6 milhões (2005)

Moeda: Franco CFA

II.3.1. Síntese

A normalização da situação socio-política na Guiné-Bissau prosseguiu ao longo de 2007, permitindo a recuperação e estabilização orçamental, com a implementação de um programa de emergência para as contas públicas, o qual recebeu apoio generalizado nomeadamente de uma larga maioria do parlamento, da comunidade de doadores e dos parceiros de desenvolvimento.

Na sequência do bom desempenho desse programa, o FMI aprovou em Janeiro de 2008 a concessão de fundos ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito (EPCA, da terminologia inglesa), reconhecendo o elevado grau de dificuldade do país em implementar outro tipo de acordo com aquela instituição. A Guiné-Bissau acedeu assim a um total de cerca de USD 2.8 milhões (correspondentes a 12.5% da quota), destinado à recuperação da estabilidade orçamental, a criar capacidades para a implementação de políticas e a regularizar as relações com os doadores. O programa de 2008 apoiado pela EPCA inclui sobretudo medidas estruturais orientadas para o reforço institucional nas áreas da administração tributária e da gestão da despesa pública.

Quadro II.3.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	3.8	1.8	2.7	3.3
Inflação (<i>t.v. média</i>)	3.3	2.0	4.6	6.3
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	20.4	4.8	25.9	20.8
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i>)	-10.7	-19.9	-7.2	4.0
Saldo orçamental (% <i>PIB</i>)	-11.7	-9.5	-10.1	0.7
Dívida externa (% <i>PIB</i>)	436.3	427.4	379.5	--

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

A evolução macroeconómica da Guiné-Bissau em 2007 foi afectada mais uma vez pela elevada dependência do sector primário (o qual representa cerca de 56% do total da produção) das vicissitudes climáticas. Em 2007, a ocorrência tardia das chuvas induziu um crescimento económico aquém do esperado.

No entanto, o escoamento de stocks acumulados de castanha de caju permitiu o aumento das exportações, repercutindo-se na melhoria significativa dos desequilíbrios externos, com o défice corrente a reduzir-se para 7.2% do PIB. Apesar dessa diminuição, a dificuldade de acesso a fundos de origem externa acabou por se traduzir em nova acumulação de atrasados externos, os quais em termos acumulados representavam cerca de 102% do PIB no final de 2007.

Na esfera orçamental, o plano de emergência implementado pelo novo governo em Abril de 2007 reverteu o mau início desse ano, conseguindo fazer aumentar o grau de execução no segundo semestre. Ainda assim, para o total do ano, o adiamento da compensação da UE relativa às pescas acabou por determinar um agravamento do saldo global das contas públicas para 10.1% do PIB (+0.6 p.p. que em 2006).

A integração na União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) e a inexistência de pressões significativas da procura interna têm ajudado a manter a inflação a níveis baixos. No entanto, o efeito exercido sobretudo pelos preços dos bens alimentares ao longo de 2007 conduziu a uma

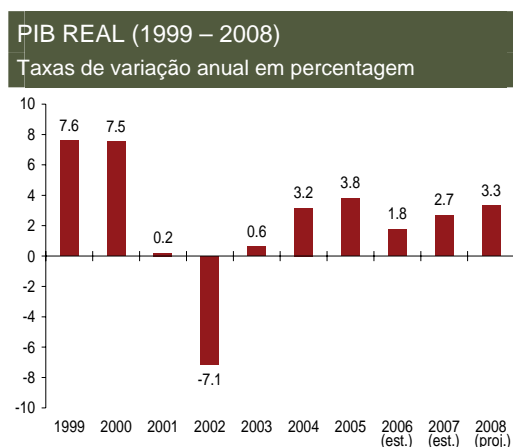
subida da inflação para 4.6% em termos médios em Dezembro e continua a condicionar, em conjunto com a tendência altista do petróleo, o comportamento do nível de preços em 2008.

Em termos monetários, o país mantém um baixo nível de intermediação financeira, como atesta o elevado peso da circulação no total da massa monetária (63% no final de 2007). A continuidade do processo de estabilização sócio-económica tem vindo a permitir a expansão do papel do sistema bancário no financiamento da economia, como atesta o crescimento do crédito à economia ao longo de 2007 (65.4%).

II.3.2. Procura, Produção e Preços

Dadas as dificuldades existentes e as condicionantes que têm marcado a evolução da estrutura produtiva guineense, os ritmos de crescimento da actividade económica no país têm-se mostrado bastante limitados, atingindo em média 2.4% nos últimos 5 anos. Em 2007, o aumento real do produto ficou nos 2.7%, aquém dos 3.7% inicialmente programados, o que terá ficado a dever-se ao facto da produção de castanha de caju do ano ter sido inferior às projecções (apesar da normalização dos mecanismos de distribuição, o que permitiu escoar stocks acumulados) e do impacto da ocorrência tardia das chuvas nas colheitas de arroz e de outros cereais.

Gráfico II.3.1.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Em termos sectoriais, o crescimento económico registado resultou da actividade dos sectores primário (incluindo agropecuária, silvicultura e pescas) e terciário (com destaque para o comércio, restaurantes e hotéis e para a administração pública – na sequência do pagamento de salários em atraso). Na óptica da despesa, o principal dinamismo da actividade económica terá decorrido da execução de alguns projectos de investimento e da exportação de castanha de caju (principalmente do escoamento dos stocks acumulados no ano anterior).

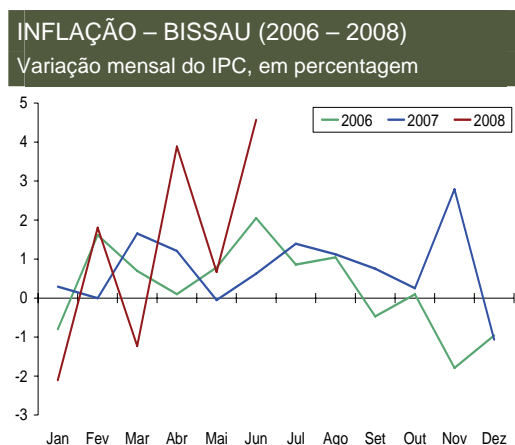
Para 2008 espera-se uma ligeira aceleração do crescimento em termos reais, para 3.3%, como resultado de algum aumento da produção de castanha de caju, da recuperação dos níveis das colheitas de cereais e do impulso ao investimento público (possibilitado com a contínua reanimação do apoio externo por parte dos doadores).

A integração na UEMOA e a limitada pressão da procura interna têm mantido as taxas de inflação contidas na Guiné-Bissau (bem como em toda a zona do Franco CFA). Contudo, a pressão exercida pelos preços dos bens alimentares em 2007 acabou por determinar um aumento do ritmo de crescimento dos preços relativamente ao ano anterior, terminando o ano em 4.6%, em termos

médios (face a 2.0% em 2006). Esta aceleração da inflação decorreu no contexto de repetidos episódios de escassez de alguns produtos alimentares, tendo sido mitigada pela descida das tarifas de transporte ao longo do ano.

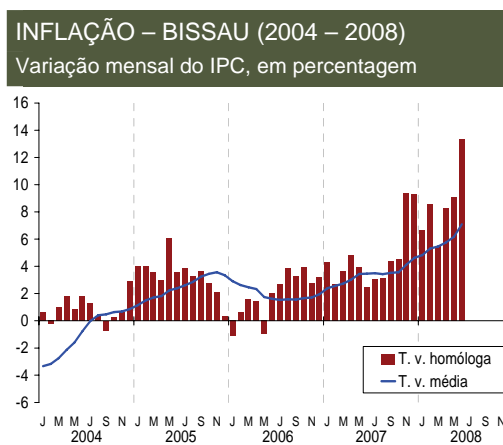
Face à manutenção da escalada dos preços dos bens alimentares e petrolíferos as previsões para 2008 apontam para a aceleração da inflação ao longo do ano, prevendo-se que em termos médios anuais termine em 6.3%. Esta tendência levou à adopção, em Março de 2008, de medidas excepcionais e temporárias por parte das autoridades nacionais, introduzindo isenções de impostos às importações de arroz e reduzindo as taxas alfandegárias que recaíam sobre os produtos petrolíferos importados.

Gráfico II.3.2.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.3.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

II.3.3. Contas Externas

O bom comportamento das exportações de caju em 2007 acabou por se reflectir na redução dos desequilíbrios das contas externas. O défice corrente externo evidenciou uma redução significativa, atingindo 7.2% do PIB, inclusivamente aquém dos 11.7% projectados no início do ano.

A fraca dinâmica da actividade económica sentida ao longo de 2007 terá determinado o baixo ritmo das importações, num contexto de fraca pressão da procura interna. O défice da balança comercial atingiu 17.1% do PIB, ou seja uma diminuição de 8.5 p.p.. Note-se que esta evolução da balança comercial corresponderá a um retorno a valores mais habituais para a economia guineense, face à recuperação das exportações de caju em relação a um ano de 2006 excepcionalmente difícil para o sector.

Determinante no comportamento positivo da balança corrente terá sido a redução das importações de serviços, traduzidas na diminuição do défice de serviços e rendimentos em 7.5 p.p. em relação a 2006. As transferências correntes denotaram uma queda de 3.3 p.p., como reflexo do adiamento da compensação da UE em relação às pescas. Note-se no entanto que, ainda assim, este tipo de fluxos externos representou 19.2% do PIB em 2007.

Quadro II.3.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS				
Em percentagem do PIB				
	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-10.7	-19.9	-7.2	3.9
Balança Comercial	-11.0	-25.6	-17.1	-15.3
Exportações	29.2	19.3	20.7	27.6
Importações	-40.2	-44.8	-39.0	-45.2
Balança Serv. e Rend.	-15.1	-16.8	-9.3	-10.0
Transferências Corr.	15.5	22.5	19.2	29.1
Bal. Capitais e Financ.	-1.9	7.6	5.2	-12.6
Endividamento Líq.	-7.3	-2.8	-0.3	0.2
Transf. Cap. e IDE	14.7	10.7	7.4	10.0
Cap. C-P, Erros e Om.	-9.1	-0.3	-1.6	-24.6
Balança Global	-12.5	-12.3	-1.9	-8.7

Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

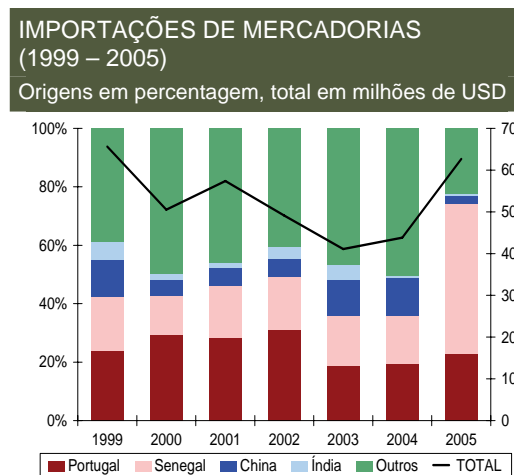
O excedente verificado em 2007 na balança de capitais e financeira apresentou uma ligeira diminuição para 5.2% do PIB (-1.4 p.p. em relação a 2006), para a qual contribuiu sobretudo a descida evidenciada pelas transferências de capital e pelo investimento directo estrangeiro. Apesar deste decréscimo, a melhoria do défice corrente acabou por determinar uma substancial diminuição do défice global, o qual passou a representar 1.9% do PIB no final de 2007 (face a 12.3% em 2006).

Gráfico II.3.4.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.5.

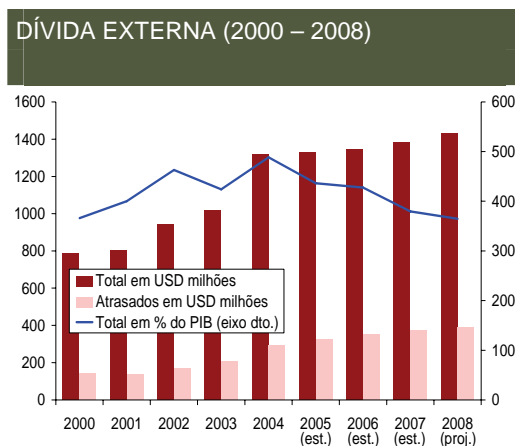


Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Tal como nos anos anteriores, a dificuldade de acesso a fundos externos (resultado dos constrangimentos resultantes da não existência de programas económicos e financeiros apoiados pelo FMI ou pelo Banco Mundial) redundaram em nova acumulação de atrasados externos (a qual atingiu cerca de 5.8% do PIB em 2007).

Para 2008, prevê-se que a disponibilização de apoio externo por parte do Banco Mundial e do Banco Africano para o Desenvolvimento (adiada de 2007) e a entrada da compensação da UE relativamente às pescas (também relativa a 2007) possam determinar um forte crescimento das transferências oficiais, induzindo um excedente na conta corrente que se prevê possa atingir 3.9% do PIB.

Gráfico II.3.6.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

II.3.4. Finanças Públicas

As contas públicas da Guiné-Bissau atravessaram em 2007 um período conturbado. Após a deterioração pronunciada da situação orçamental no início do ano (consequência do enfraquecimento do controlo por parte da administração fiscal), o governo empossado em Abril desse ano fez executar um programa de emergência destinado a restaurar a estabilidade no sector público (incluindo medidas destinadas a aumentar receitas, a conter despesas, a melhorar a gestão financeira, a reforçar o controlo e supervisão e a debelar as dificuldades de financiamento). O programa acabou por ter resultados bastante positivos, com o grau de execução a subir significativamente no segundo semestre do ano, aproximando-se dos valores orçamentados.

Quadro II.3.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
Em percentagem do PIB

	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Receitas totais	29.8	30.8	30.8	41.6
Receitas correntes	17.3	19.2	15.2	20.1
Receitas não-trib.	6.0	7.9	4.5	9.0
Receitas tributárias	11.3	11.3	10.8	11.1
Donativos	12.5	11.6	15.6	21.6
Despesas totais	41.5	40.4	41.0	40.9
Despesas correntes	27.2	28.4	27.2	26.1
Juros da dívida prog.	4.2	3.1	2.2	2.6
Desp. de capital	14.3	12.0	13.8	14.8
Saldo corrente	-9.9	-9.2	-11.9	-6.0
Saldo global	-11.7	-9.5	-10.1	0.6

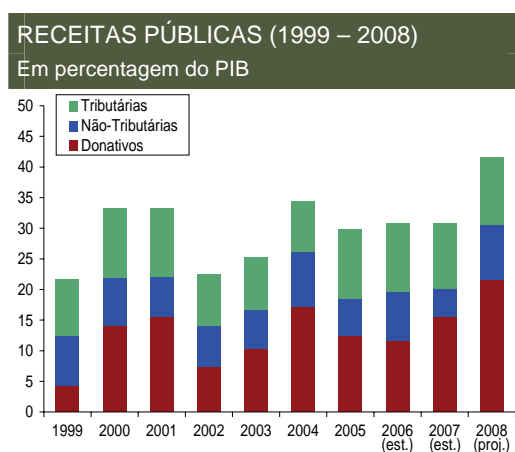
Fontes: FMI e Agência do BCEAO na Guiné-Bissau.

Ainda assim, no cômputo geral o défice global acabou por evidenciar um aumento de 0.6 p.p., para 10.1% do PIB. Para tal concorreu principalmente a quebra de receitas não-tributárias de 3.4 p.p., resultante principalmente do adiamento da compensação da UE relativa à actividade pesqueira em águas territoriais guineenses.

Do lado das despesas, os valores de final de 2007 apresentam alguma redução nominal face a 2006, decorrente principalmente da contenção efectuada na aquisição de bens e serviços (denotando a quebra no consumo público). A despesa com o pessoal reforçou em 2007 o seu peso nas contas públicas, passando a representar mais de 46% do total das despesas correntes.

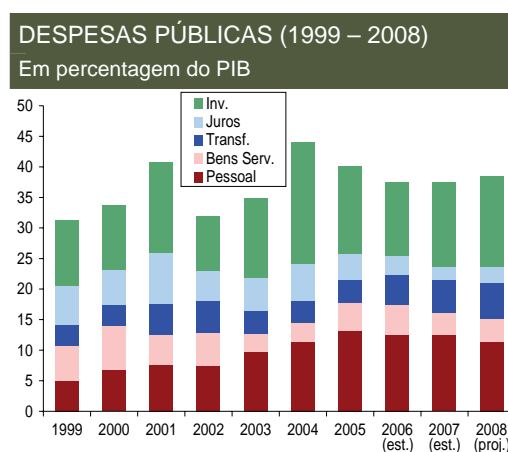
Com uma evolução semelhante à registada pelo défice global, o défice corrente acabou por evidenciar uma deterioração em 2007 (de 2.7 p.p. em relação ao produto interno), conjugando uma redução superior das receitas correntes. Como habitualmente, as necessidades de financiamento do Estado foram supridas sobretudo com recurso a fundos externos.

Gráfico II.3.7.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.8.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

A ajuda orçamental adiada de 2007 e a compensação da UE relativa às pescas (que inclui os valores de 2007 e os donativos esperados para o ano) deverão conduzir, em 2008, a um excedente global de 0.6% do PIB. Note-se que esta melhoria abrange o crescimento das despesas de capital para quase 15% do PIB. De entre as fontes de financiamento identificadas para fechar o diferencial existente a nível orçamental contam-se os fundos da assistência de emergência pós-conflito assinada no início do ano e medidas extraordinárias entretanto apresentadas pelas autoridades nacionais, destinadas principalmente a potenciar a arrecadação de receitas fiscais.

II.3.5. Situação Monetária e Cambial

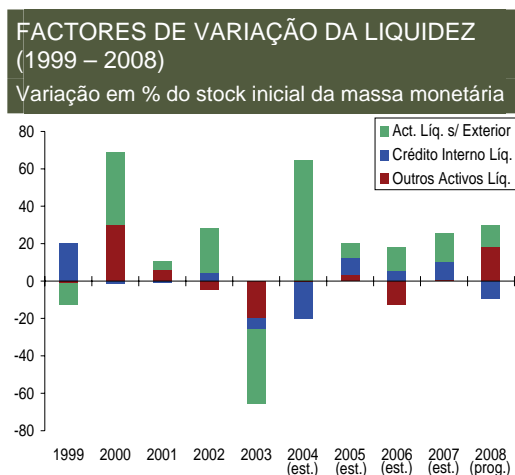
O ritmo de crescimento da massa monetária denotou em 2007 uma aceleração significativa, elevando-se a 25.9% (face a 5.4% no ano anterior, o qual se revelou atípico face aos valores normalmente registados). Esta evolução da massa monetária na Guiné-Bissau ficou ligeiramente acima do registado para o conjunto da UEMOA (+19%, no que constituiu igualmente um aumento face a 2006).

A expansão monetária decorreu sobretudo do aumento da posição externa líquida do banco central e do crescimento patenteado pelo crédito à economia.

Embora mantendo alguma tendência de quebra ao longo dos últimos anos, a circulação mantém-se preponderante na estrutura dos meios de pagamento, representando cerca de 63% do total, o que revela o baixo nível de intermediação financeira.

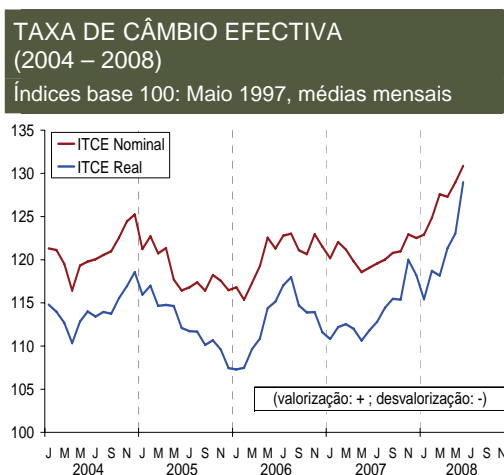
Esta característica do sector financeiro guineense é comum a toda a zona da UEMOA, tendo o recente *Financial Sector Assessment Program* (FSAP) efectuado pelo FMI à União mostrado que o nível de intermediação financeira é dos mais baixos da África Subsariana. Aquele exercício salientou ainda a limitada integração financeira da região, a excessiva segmentação dos sistemas bancários, a pouca profundidade do mercado monetário interbancário, a vulnerabilidade a choques externos, a elevada exposição ao sector público e o baixo nível de cumprimento das normas prudenciais.

Gráfico II.3.9.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

Gráfico II.3.10.



Fonte: Agência do BCEAO em Bissau e FMI

A abertura de três instituições bancárias entre 2006 e 2007 elevou para quatro o total de bancos comerciais presentes na Guiné-Bissau, o que deverá ter estado na base do elevado dinamismo apresentado pelos depósitos à ordem pelo segundo ano consecutivo, tendo aumentado 52.6% em termos nominais em 2007, passando a representar 30% dos meios de pagamento.

Para o ano de 2008, a programação existente aponta para um crescimento de 20.8% da massa monetária (abaixo do verificado no ano anterior), para o qual deverá contribuir a subida dos activos externos líquidos, prevendo-se uma diminuição do crédito líquido ao SPA.

A valorização do Euro, e por consequência do franco CFA, face à rupia indiana (moeda do principal destino das exportações guineenses) conduziu à apreciação sustentada da taxa de câmbio efectiva do CFA a partir de Maio de 2007, tanto em termos nominais como reais.

Quadro A.II.3.1.
PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2008

	Unidades	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Proj.	Est.	Proj.	Est.
PRODUTO E PREÇOS										
PIB nominal	milhões de EUR	216.4	211.7	217.0	246.6	261.9	261.0	266.1	278.4	
PIB real	t. var. anual	-7.1	0.6	3.2	3.8	4.2	3.7	2.7	3.3	
Inflação (I.P.Consumidor)	t. var. homóloga	2.5	0.7	2.9	0.3	2.5	2.8	9.3	3.5	13.4 Jun.
	t. var. média anual	3.3	-3.5	0.9	3.3	2.2	3.0	4.6	6.3	7.1 Jun.
FINANÇAS PÚBLICAS										
Receitas totais	% PIB	22.6	25.3	34.5	29.8	41.8	23.1	30.8	42.8	
Despesas totais	% PIB	32.7	38.0	49.5	41.5	39.5	40.8	41.0	42.1	
Défice global	% PIB	-10.1	-12.7	-15.0	-11.7	2.3	-17.7	-10.1	0.7	
Défice global sem donativos	% PIB	-17.4	-23.0	-32.2	-24.2	-18.2	-25.6	-25.7	-21.5	
MOEDA E CRÉDITO										
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	22.1	-19.4	-35.8	28.2	-48.7	-35.0	9.8	-63.7	16.0 Mar. ⁴
Crédito à economia	t. var. anual	-5.3	-36.9	-15.1	49.7	72.1	70.6	65.4	20.4	58.4 Mar. ⁴
Massa monetária (M ₂)	t. var. anual	23.9	-65.4	44.0	20.4	7.3	22.1	25.9	20.8	5.4 Mar. ⁴
TAXAS DE JURO										
Passiva, a 1 ano	t. anual	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0			
Activa, a 1 ano	t. anual	15.0	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0			
BALANÇA DE PAGAMENTOS										
Exportações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	6.4	16.6	21.8	17.2	24.8	52.1	17.3	37.8	
Importações f.o.b. (em USD)	t. var. anual	-10.5	0.6	16.9	47.5	5.9	-12.1	-5.2	19.9	
Balança corrente	% PIB	-10.7	-2.8	2.4	-10.7	-19.9	-11.9	-7.2	4.0	
Bal. corrente s/ transf. Oficiais ¹	% PIB	-12.8	-6.1	-6.1	-15.2	-30.1	-14.0	-16.9	-10.4	
DÍVIDA EXTERNA										
Stock total	milhões de EUR	999	899	1 060	1 068	1 069	1 010			
	% PIB	463	424	488	436	427	379			
	% exportações ³	1 352	1 200	1 440	1 411	1 494	1 216			
Serviço da dívida	% exportações ³	37.0	31.1	27.2	25.8	20.4	13.5			
TAXAS DE CÂMBIO										
Nominal XOF/USD (mercado oficial)	t. média	695.9	579.3	527.5	531.2	521.9	478.7		421.8 Jun.	
ITCE Nominal (base 100: Maio/97) ²	t. variação	3.9	9.4	4.1	-2.4	2.0	0.2		6.8 Jun. ⁴	
ITCE Real (base 100: Maio/97) ²	t. variação	4.2	3.3	1.3	-1.9	0.8	0.9		9.1 Jun. ⁴	

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné - Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não inclui as receitas das pescas; ² ITCE Real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04; ³ De bens e serviços; ⁴ Variação face a Dezembro anterior.

Quadro A.II.3.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008

Preços correntes, em mil milhões de francos CFA

	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Est.	2008 Proj.
Sector primário	80.0	77.9	76.6	89.3	89.7	95.3	
Agropecuária, silvicultura e pesca	80.0	77.9	76.6	89.3	89.7	95.3	
Sector secundário	18.4	17.5	18.0	19.7	20.7	22.0	
Indústria *	14.8	14.3	14.7	15.9	16.7	18.0	
Construção	3.5	3.2	3.4	3.7	4.0	4.1	
Sector terciário	41.3	40.9	44.6	49.4	50.1	53.5	
Comércio, restaurantes e hotéis	23.6	23.3	25.2	28.4	28.9	31.5	
Transportes e comunicações	5.7	5.9	6.3	6.9	7.0	7.5	
Administração pública	11.5	11.1	12.6	13.5	13.5	13.8	
Banca, seguros e outros serviços	0.5	0.5	0.6	0.6	0.7	0.7	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	139.7	136.3	139.3	158.4	160.5	170.9	
Impostos indirectos	2.2	2.6	3.1	3.4	3.5	3.7	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	141.9	138.9	142.4	161.8	164.0	174.6	187.9
Consumo	143.6	137.8	145.2	161.2	191.3	185.9	
Público	25.9	21.5	42.1	44.0	44.9	43.5	
Privado	117.7	116.3	103.1	117.2	146.4	142.4	
Investimento	15.7	18.8	20.3	28.5	19.3	27.3	
Público	12.7	15.3	15.8	22.5	11.3	18.8	
Privado	3.0	3.5	4.5	6.0	8.0	8.5	
Procura interna	159.3	156.6	165.5	189.7	210.5	213.2	
Exportações	43.9	44.0	44.0	52.2	44.8	51.3	
Procura global	203.3	200.6	209.5	241.9	255.3	264.5	
Importações	61.4	61.7	67.1	80.2	91.3	89.9	
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	-1.7	1.0	-2.8	0.6	-27.3	-11.4	
PIBpm nominal (milhões de USD)	203.9	239.7	269.9	304.5	314.2	364.7	392.6
Deflator do PIBpm (var. anual em %)	4.8	-2.8	-0.6	9.5	-0.4	3.7	4.2
PIBpm nominal (variação anual em %)	-2.7	-2.2	2.5	13.6	1.4	6.5	7.6
PIBpm real (variação anual em %)	-7.1	0.6	3.2	3.8	1.8	2.7	3.3

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

* Inclui electricidade e água.

Quadro A.II.3.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR¹, 1997 - 2008

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1997	Dezembro	-8.6	16.8	16.8	49.1
1998	Dezembro	-11.0	7.9	7.9	8.0
1999	Dezembro	0.3	-7.9	-7.9	-2.1
2000	Dezembro	3.5	16.7	16.7	8.6
2001	Dezembro	-2.2	-1.9	-1.9	3.3
2002	Dezembro	-2.5	2.5	2.5	3.3
2003	Dezembro	-1.8	0.7	0.7	-3.5
2004	Dezembro	0.4	2.9	2.9	0.9
2005	Dezembro	-1.4	0.3	0.3	3.3
2006	Dezembro	-1.0	3.2	3.2	2.0
2007	Janeiro	-1.1	9.3	9.3	4.6
2006	Janeiro	-0.8	-0.8	-1.1	2.9
	Fevereiro	1.6	0.8	0.6	2.6
	Março	0.7	1.5	1.6	2.5
	Abril	0.1	1.6	1.4	2.3
	Maio	0.8	2.4	-1.0	1.7
	Junho	2.0	4.5	2.0	1.6
	Julho	0.9	5.4	2.7	1.5
	Agosto	1.0	6.5	3.9	1.6
	Setembro	-0.5	6.0	3.3	1.6
	Outubro	0.1	6.1	3.9	1.7
	Novembro	-1.8	4.2	2.8	1.7
	Dezembro	-1.0	3.2	3.2	2.0
2007	Janeiro	0.3	0.3	4.3	2.4
	Fevereiro	0.0	0.3	2.7	2.6
	Março	1.7	1.9	3.7	2.7
	Abril	1.2	3.2	4.8	3.0
	Maio	-0.1	3.1	3.9	3.4
	Junho	0.6	3.8	2.5	3.5
	Julho	1.4	5.2	3.0	3.5
	Agosto	1.1	6.4	3.1	3.4
	Setembro	0.8	7.2	4.4	3.5
	Outubro	0.2	7.5	4.5	3.6
	Novembro	2.8	10.5	9.4	4.1
	Dezembro	-1.1	9.3	9.3	4.6
2008	Janeiro	-2.1	-2.1	6.7	4.8
	Fevereiro	1.8	-0.3	8.6	5.3
	Março	-1.2	-1.6	5.5	5.5
	Abril	3.9	2.3	8.3	5.8
	Maio	0.7	2.9	9.1	6.2
	Junho	4.6	7.6	13.4	7.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e cálculos do BP.

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

¹ A partir de Janeiro de 2003, a Guiné-Bissau, no âmbito da UEMOA, passou apenas a divulgar o Índice Harmonizado de Preços.

Quadro A.II.3.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2008

Em mil milhões de Francos CFA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-15.2	-3.9	3.4	-17.3	-32.6	-20.4	-12.5	7.3
<i>Excluindo transferências oficiais¹</i>	<i>-18.1</i>	<i>-8.5</i>	<i>-8.6</i>	<i>-24.6</i>	<i>-49.4</i>	<i>-23.9</i>	<i>-29.5</i>	<i>-18.9</i>
Balança comercial	-11.9	-5.0	-3.8	-17.9	-41.9	-17.4	-29.9	-28.7
Exportações (f.o.b.)	37.2	36.1	40.0	47.2	31.6	45.9	34.0	45.3
das quais: Castanha de caju	32.9	32.3	38.4	44.7	29.0	43.3	31.2	42.6
Importações (f.o.b.)	-49.1	-41.1	-43.8	-65.0	-73.5	-63.3	-63.9	-74.1
Balança de serviços e rendimentos	-24.6	-21.7	-25.3	-24.4	-27.6	-22.0	-16.3	-18.7
dos quais: Juros programados	-6.1	-7.3	-6.0	-6.3	-4.9	-4.4	-3.2	-3.5
Transferências Correntes	21.3	22.8	32.5	25.0	36.9	19.0	33.6	54.7
Públicas	11.4	9.4	16.8	12.1	21.6	3.5	17.0	36.0
das quais: Ajuda à balança de pagamentos	1.9	4.8	12.0	5.1	10.2	3.5	17.0	26.1
das quais: Receitas das pescas	8.5	4.8	4.8	4.8	4.8	0.0	0.0	9.8
Privadas	9.9	13.4	15.7	12.9	15.3	15.5	16.6	18.7
Balança de Capitais e Financeira	4.3	-66.3	-9.0	-3.0	12.4	-9.4	9.1	-23.7
Endividamento	-14.8	-11.0	-5.1	-11.8	-4.6	-1.1	-0.6	0.3
Desembolsos	4.9	8.0	13.8	6.2	8.8	11.6	11.6	11.4
Apoio à balança de pagamentos	0.0	2.3	7.6	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Projectos	4.9	5.7	6.2	6.2	8.8	11.6	11.6	11.4
Amortizações programadas	-19.7	-19.0	-18.9	-18.0	-13.4	-12.7	-12.2	-11.1
Transf. de capital e invest. directo estrangeiro (líq.)	27.2	9.4	15.4	23.7	17.6	12.3	12.2	16.4
Capitais de curto prazo, erros e omissões	-8.1	-64.8	-19.3	-14.8	-0.5	-20.7	-2.6	-40.4
Balança Global	-10.9	-70.2	-5.7	-20.3	-20.2	-29.8	-3.4	-16.4
Financiamento	10.9	70.2	5.7	12.3	20.3	-2.5	3.4	1.8
Variação das reservas oficiais ²	-14.0	43.5	-18.9	-10.3	3.0	-17.0	-10.5	-7.2
Variação de atrasados (redução: -)	17.2	21.6	20.0	17.2	11.9	10.6	10.2	8.4
Alívio da dívida	7.7	5.1	4.5	5.3	5.4	3.8	3.6	0.6
Diferencial de Financiamento ³	0.0	0.0	0.0	-8.0	0.1	-32.3	0.0	-14.6

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não inclui as receitas das pescas; ² Inclui a contrapartida de flutuações cambiais; ³ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.3.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2005

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1998 a 2005
Cabo Verde	0.2	0.0	0.0	0.0	0.3	0.3	0.2	0.5	0.2
China	---	0.0	0.0	0.0	2.6	1.1	0.0	0.0	0.4
Espanha	0.0	1.7	0.0	0.1	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3
França	0.0	0.0	0.0	1.7	0.0	2.2	0.0	0.0	0.4
Gâmbia	0.0	0.1	0.0	0.0	0.3	0.4	0.1	0.0	0.1
Holanda	0.0	0.0	2.3	0.0	0.0	0.0	0.6	0.1	0.4
Índia	97.0	85.2	52.3	41.7	65.5	50.4	82.5	69.8	67.7
Portugal	1.5	0.1	3.1	3.8	4.2	2.7	0.6	1.5	2.1
Senegal	0.8	0.1	2.3	2.5	4.0	5.3	2.0	2.3	2.3
Singapura	---	10.5	29.9	43.8	20.6	34.9	12.9	12.5	20.7
Outros	0.5	2.3	10.2	6.4	2.6	2.5	1.1	13.2	5.2
Exportações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2005

Em percentagem do total

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	1998 a 2005
China	6.3	12.9	5.4	6.3	6.2	12.4	13.0	2.5	8.9
Espanha	---	1.0	3.6	4.1	3.9	2.2	2.5	1.2	2.4
França	2.5	2.3	3.4	2.7	3.5	7.4	2.3	4.9	3.3
Gâmbia	---	0.6	2.7	3.3	3.4	2.8	2.6	1.5	2.1
Holanda	14.5	6.7	10.1	9.3	7.6	7.7	7.4	8.6	9.0
Índia	---	5.9	2.1	1.5	4.0	5.0	0.5	0.9	2.8
Japão	---	8.1	7.6	8.7	3.6	4.5	5.0	0.8	5.6
Portugal	32.0	24.0	29.3	28.3	31.0	19.0	19.4	22.7	26.4
Senegal	7.5	18.2	13.4	17.7	18.2	16.8	16.5	51.6	15.5
Outros	37.2	20.3	22.4	18.2	18.5	22.2	30.6	5.4	23.9
Importações Totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2001 - 2008								
Em milhões de USD								
	2001	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007 Est.	2008 Proj.
Dívida de médio ou longo prazo	801.2	943.3	1 015.5	1 316.5	1 326.2	1 340.2		
Credores multilaterais	441.3	450.3	491.5	549.0	527.5	516.6		
Credores bilaterais	359.9	493.0	524.0	767.5	798.7	823.6		
Clube de Paris	246.5	345.4	375.6	559.8	575.4	589.7		
Outros países	113.4	147.6	148.4	207.7	223.3	233.9		
Dívida de curto prazo	0.6	0.6	0.7	1.6	2.6	2.6		
Dívida Externa Total	801.8	943.9	1 016.2	1 318.1	1 328.8	1 342.8	1 383.7	1 432.0
dq: Atrasados	137.5	169.1	206.4	294.1	326.7	349.4	371.0	392.0
<i>Dívida de médio ou longo prazo</i>	<i>137.1</i>	<i>168.5</i>	<i>205.7</i>	<i>293.3</i>	<i>325.4</i>	<i>348.1</i>		
<i>Credores multilaterais</i>	<i>17.5</i>	<i>22.2</i>	<i>28.5</i>	<i>31.8</i>	<i>33.8</i>	<i>35.8</i>		
<i>Credores bilaterais</i>	<i>119.6</i>	<i>146.3</i>	<i>177.2</i>	<i>261.5</i>	<i>291.6</i>	<i>312.3</i>		
<i>Clube de Paris</i>	<i>65.2</i>	<i>90.3</i>	<i>113.7</i>	<i>193.3</i>	<i>213.4</i>	<i>224.8</i>		
<i>Outros países</i>	<i>54.4</i>	<i>56.0</i>	<i>63.5</i>	<i>68.2</i>	<i>78.2</i>	<i>87.5</i>		
<i>Dívida de curto prazo</i>	<i>0.4</i>	<i>0.6</i>	<i>0.7</i>	<i>0.8</i>	<i>1.3</i>	<i>1.3</i>		
Serviço de dívida de m/l prazo programado	29.0	25.8	26.3	24.9	24.3	18.3	15.4	14.6
Capital	17.4	19.7	19.0	18.9	18.0	13.4	12.2	11.1
Juros	11.6	6.1	7.3	6.0	6.3	4.9	3.2	3.5
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>								
Dívida externa total	1 138.4	1 352.1	1 200.4	1 439.9	1 411.0	1 494.0	1 215.5	1 330.8
Serviço de dívida de m/l prazo programado								
Capital	24.7	28.2	22.4	20.6	19.1	14.9	10.7	10.3
Juros	16.5	8.7	8.6	6.6	6.7	5.5	2.8	3.3
<i>(em % do PIB)</i>								
Dívida externa total	400.3	462.8	423.9	488.4	436.3	427.4	379.5	364.7

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.3.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2008

Em mil milhões de francos CFA

	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008	
	Est.	Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est. g.e. ¹	Proj.	
1. Receitas Totais	32.0	35.1	49.0	48.2	50.6	39.6	53.8	135.9	78.1
1.1. Receitas correntes	21.7	20.8	24.5	28.0	31.5	26.0	26.6	102.3	37.6
Receitas não-tributárias	9.7	8.9	12.7	9.6	13.0	5.9	7.8	132.2	16.9
dq: Sector das pescas	8.5	8.0	9.0	7.5	7.2	---	---	---	---
Receitas tributárias	11.9	11.9	11.8	18.3	18.5	20.1	18.8	93.5	20.8
dq: Imp. s/ comércio intern.	3.8	3.8	4.0	6.4	6.8	---	---	---	---
dq: Imp. s/ consumo	5.9	5.0	4.6	7.8	6.6	---	---	---	---
1.2. Donativos	10.3	14.3	24.5	20.2	19.1	13.6	27.2	200.0	40.5
dq: Projectos	7.1	9.5	12.5	15.2	8.9	10.1	---	---	---
dq: Ajuda orçamental	3.2	4.8	12.0	5.1	10.2	3.5	17.0	---	26.1
2. Despesas Totais	46.4	52.8	70.4	67.1	66.2	69.9	71.5	102.3	76.9
2.1. Despesas correntes	33.7	34.9	42.1	44.0	46.6	46.0	47.4	103.0	49.0
Despesas c/ pessoal	10.5	13.6	16.2	21.3	20.5	21.3	21.9	102.8	21.3
Bens e serviços	7.7	3.9	4.5	7.6	7.9	6.5	6.2	95.4	7.1
Transferências	7.4	5.1	5.0	6.1	8.3	8.9	9.4	105.6	11.2
Juros da dívida programados	6.9	7.7	8.7	6.7	5.0	5.1	3.9	76.5	4.8
Outras despesas	1.2	4.5	7.7	2.4	4.9	4.2	6.0	142.9	4.6
2.2. Despesas de capital	12.7	17.9	28.3	23.1	19.7	23.9	24.1	100.8	27.8
Financiamento Interno	0.7	0.1	2.0	1.7	2.7	2.1	2.3	109.5	2.1
Financiamento Externo	12.0	17.9	26.3	21.4	17.0	21.8	21.8	100.0	25.7
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	-12.0	-14.1	-17.5	-16.1	-15.2	-20.0	-20.8	---	-11.4
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-24.7	-32.0	-45.9	-39.1	-34.7	-43.9	-44.9	---	-39.3
5. Saldo Global: (1.) - (2.) <i>(base compromissos)</i>	-14.4	-17.7	-21.4	-18.9	-15.6	-30.3	-17.7	---	1.2
6. Variação de Atrasados	4.2	20.6	6.0	3.7	8.7	-1.7	6.9	---	-1.5
6.1. Internos	1.4	14.8	1.5	-0.1	5.5	-4.5	4.2	---	-3.6
6.2. Externos	2.8	5.8	4.5	3.8	3.2	2.8	2.7	---	2.1
7. Valores em trânsito, Erros e Omissões	-0.2	-6.9	2.0	-1.0	-0.6	0.0	-1.1	---	-0.3
8. Saldo Global: (5.) + (6.) + (7.) <i>(base caixa)</i>	-10.3	-4.0	-13.3	-16.2	-7.5	-32.0	-11.9	---	-0.6
9. Financiamento	10.3	4.0	13.3	16.2	7.5	-0.3	11.9	---	-14.0
9.1. Interno (líq.)	3.6	-5.4	-1.6	9.3	-1.8	-1.6	1.2	-75.0	-21.1
dq: Sistema bancário	3.2	-4.5	-1.2	9.2	-0.5	-0.7	2.3	-328.6	-21.1
9.2. Externo (líq.)	6.7	9.4	14.9	6.9	9.3	1.3	10.7	823.1	7.1
dq: Desembolsos	4.9	8.0	13.8	6.2	8.8	11.6	11.6	100.0	11.4
dq: Amortizações	-19.7	-19.0	-18.9	-18.0	-13.4	-12.7	-12.2	96.1	-11.1
dq: Alívio de Dívida	7.1	4.7	4.5	5.3	5.4	3.8	3.6	94.7	0.6
10. Diferencial de Financiamento ²	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	-32.3	0.0	---	-14.6

Fontes: Ministério das Finanças da Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.3.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2005 - 2008

Em mil milhões de francos CFA

	2005	2006	2007		2007e/2006e (em %)		2008		2008p/2007e (em %)		Mar08/2007e (em %)	
	Est.	Est.	Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Mar.	(1)	(2)	(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	36.7	43.2	53.2	51.5	19.2	15.1	59.6	47.7	15.8	11.7	-7.4	-5.5
Banco Central	36.9	33.9	50.9	44.4	31.0	19.1	51.6	46.4	16.2	10.4	4.5	2.9
Activos	44.6	40.6	--	49.9	23.0	16.9	--	54.1	--	--	8.6	6.2
Passivos	-7.7	-6.7	--	-5.5	-18.1	2.2	--	-7.7	--	--	41.3	-3.3
Bancos Comerciais	-0.2	9.3	2.3	7.1	-23.9	-4.0	8.0	1.2	13.4	1.4	-82.4	-8.4
Crédito Interno Total	15.7	18.6	18.8	24.0	28.7	9.7	17.5	32.2	-27.0	-9.3	34.5	12.0
Crédito líquido ao SPA	12.5	12.3	8.0	13.5	9.8	2.2	4.9	15.7	-63.7	-12.4	16.0	3.1
Crédito concedido	16.9	16.6	12.4	18.4	10.8	3.3	8.7	22.6	-52.7	-14.0	22.6	6.0
Depósitos da Admin. Central	-4.4	-4.3	-4.4	-4.9	14.0	-1.1	-3.8	-6.9	-22.4	1.6	40.6	-2.9
Crédito à economia	3.4	6.3	10.8	10.5	65.4	7.5	12.6	16.6	20.4	3.1	58.4	8.8
Outros Activos (líq.)	-0.2	-6.7	-4.9	-6.2	-7.5	0.9	6.5	-7.0	-204.8	18.4	12.6	-1.1
Total do Activo	52.4	55.0	67.1	69.2	--	--	83.6	72.9	--	--	--	--
Massa Monetária (M2)	52.4	55.0	67.1	69.2	25.9	25.9	83.6	72.9	20.8	20.8	5.4	5.4
<i>pro memoria: Base monetária</i>	50.1	44.5	--	53.8	20.9	16.9	--	55.6	--	--	3.3	2.6
Circulação monetária	40.5	39.7	42.6	43.8	10.4	7.5	54.1	45.8	23.5	14.9	4.7	3.0
Depósitos à ordem	11.0	13.5	13.9	20.6	52.6	13.5	24.0	20.9	16.5	6.5	1.2	0.5
Quase - moeda	0.8	1.9	10.5	4.8	153.7	5.5	5.5	6.3	14.6	1.3	30.2	2.8
Total do Passivo	52.4	55.0	67.1	69.2	--	--	83.6	72.9	--	--	--	--

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação face ao período anterior; (2) Variação relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contracção da liquidez).

Quadro A.II.3.10.

TAXAS DE JURO, 2000 - 2008

Taxas anuais

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mai.
Depósitos									
Depósitos à ordem	1.0	1.0	1.0
Depósitos a prazo:									
Até 90 dias	3.0	3.0	1.8	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5	1.5
91-180 dias	3.3	3.3	2.3	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8	1.8
181-365 dias	3.5	3.5	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0	3.0
Crédito									
Até 90 dias	14.0	14.0	13.0	14.0	14.0	12.0	14.0	14.0	14.0
90-180 dias	15.0	15.0	14.0	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0	15.0
181-365 dias	16.0	16.0	15.0	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0	16.0
Mais de 1 ano
Descoberto DO	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	18.0	19.0
Operações do Banco Central									
Tesouro									
Depósitos	6.0	6.0	6.0	4.5	4.0	4.0	4.3	4.3	4.3
Sistema bancário									
Taxa de desconto	6.5	6.5	6.5	5.0	4.5	4.5	4.8	4.8	4.8
Taxa do mercado monetário									
<i>Pro memoria:</i>									
Inflação (t.v.h. no mês)	16.7	-1.9	2.5	0.7	2.9	0.3	3.2	9.3	9.1

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.3.11.
TAXAS DE CÂMBIO, 1997 - 2008

Taxas médias

	XOF/USD (GWP/USD até Abril de 1997)			ITCE ¹	
	Mercado oficial	Mercado livre	Diferencial (%)	(base 100: Maio de 1997)	
	M.O.	M.L.	M.L./M.O.	Nominal	Real
1997	583.67	---	---	100.61	86.41
1998	589.95	---	---	108.23	111.87
1999	615.63	---	---	107.62	105.84
2000	711.58	---	---	100.55	103.64
2001	728.18	731.58	0.47	102.21	104.76
2002	695.86	714.09	2.62	106.19	109.11
2003	579.28	599.75	3.53	116.19	112.74
2004	527.53	546.79	3.65	120.96	114.25
2005	531.17	549.54	3.46	118.09	112.04
2006	521.92	529.50	1.45	120.46	112.89
2007	478.68	479.27	0.12	120.72	113.95
2006					
Janeiro	541.33	540.50	-0.15	116.80	107.29
Fevereiro	553.46	554.00	0.10	115.35	107.48
Março	541.93	553.50	2.13	117.28	109.63
Abril	534.50	533.50	-0.19	119.27	110.87
Maio	514.50	527.50	2.53	122.54	114.37
Junho	521.84	528.50	1.28	121.29	115.16
Julho	513.79	538.50	4.81	122.79	117.04
Agosto	510.43	525.00	2.85	123.01	117.96
Setembro	517.15	523.50	1.23	121.09	114.71
Outubro	515.81	521.50	1.10	120.63	113.88
Novembro	500.20	498.00	-0.44	122.95	113.94
Dezembro	498.07	510.00	2.40	121.52	111.59
2007					
Janeiro	506.37	503.00	-0.67	120.19	110.82
Fevereiro	495.81	504.68	1.79	122.05	112.20
Março	492.53	495.39	0.58	121.18	112.54
Abril	485.32	485.60	0.06	119.82	112.00
Maio	485.50	485.51	0.00	118.56	110.63
Junho	488.83	488.86	0.01	119.06	111.80
Julho	478.24	478.27	0.01	119.56	112.80
Agosto	481.54	481.46	-0.02	120.01	114.43
Setembro	472.05	471.12	-0.20	120.79	115.47
Outubro	461.06	461.07	0.00	120.97	115.38
Novembro	446.72	450.52	0.85	122.94	120.00
Dezembro	450.21	445.74	-0.99	122.50	118.21
2008					
Janeiro	445.68	445.33	-0.08	122.90	115.41
Fevereiro	444.78	445.71	0.21	124.83	118.71
Março	422.46	422.60	0.03	127.58	118.15
Abril	416.45	416.93	0.11	127.28	121.33
Maio	421.65	421.50	-0.03	128.96	123.03
Junho	421.76	---	---	130.87	128.97

Fontes: Agência do BCEAO na Guiné-Bissau, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais no período 2000/04.



MOÇAMBIQUE

Área: 799 380 Km²

Capital: Maputo

População: 20.4 milhões (2007)

Moeda: Metical

II.4.1. Síntese

Ao longo de 2007, a economia de Moçambique apresentou sinais claros de fortalecimento, com a manutenção de elevados níveis de crescimento económico, não obstante debater-se com as dificuldades impostas pela adversa condicionante externa, reflectida na subida do preço dos produtos petrolíferos e nas repercussões das condições climáticas extremas que têm assolado o território.

Mantém-se igualmente o envolvimento regular do FMI, o qual se tem mostrado determinante neste processo de estabilização e desenvolvimento económico, tendo terminado em Junho de 2007 um programa acordado ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility* (PRGF) com avaliação positiva. Foi então celebrado novo acordo com aquela instituição, através do *Policy Support Instrument* (sem acesso a fundos do FMI), para três anos, com os objectivos de manutenção da estabilidade macroeconómica num contexto de maior afluxo de ajuda externa e de apoio às reformas estruturais e à implementação da estratégia de redução da pobreza (Plano de Acção para Redução da Pobreza Absoluta – PARPA II). As avaliações deste programa têm vindo igualmente a ser positivas, apesar de derrogações pontuais quanto a metas quantitativas (relativa à base monetária na primeira avaliação e em relação ao crédito líquido ao governo central na segunda).

Quadro II.4.1.

	PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS			
	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
PIB real (<i>t.v. anual</i>)	8.4	8.7	7.0	7.0
Inflação (<i>t.v. homóloga</i>)	11.2	9.4	10.3	6.0
Massa monetária (<i>t.v.</i>)	27.0	23.3	24.2	17.0
Saldo Bal. Corrente (% <i>PIB</i>)	-9.7	20.0	-6.1	-8.0
Saldo orçamental (% <i>PIB</i>)	-2.3	-1.6	-3.8	-6.2
Dívida externa (% <i>PIB</i>)	70.3	46.1	40.5	--

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

Registando um abrandamento relativamente a 2006, a actividade económica manteve um ritmo de crescimento elevado (7.0%), apesar do impacto das cheias de final do ano e do contexto de escalada dos preços do petróleo. A prossecução de uma política monetária prudente contribuiu, por outro lado, para induzir uma descida da inflação (para 8.2%) em termos médios, embora em termos homólogos se venha já a notar a influência da pressão externa.

Ao nível das contas externas, o ano de 2007 foi caracterizado pela degradação do défice comercial, o qual foi no entanto compensado pela melhoria da balança de capitais e financeira (da qual se destaca o crescimento do investimento directo estrangeiro). Esta evolução possibilitou a acumulação de reservas externas, as quais chegaram aos 5 meses de importações de bens e serviços.

Na esfera orçamental, 2007 apresentou uma deterioração do défice global, o qual ascendeu a 3.8% do PIB, conjugando a redução do peso dos donativos com a subida patenteada pelas despesas correntes. Apesar de recorrer sobretudo a financiamento externo, o Estado moçambicano aumentou em 2007 o seu financiamento junto do sistema bancário, o que, a par do crescimento do

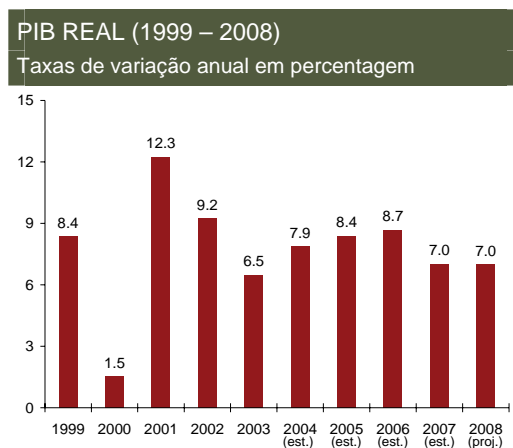
crédito ao sector privado e do aumento dos activos líquidos sobre o exterior, acabou por impulsionar a expansão da massa monetária para valores acima do programado (24.2% face a 20.0%).

As projecções para 2008 apontam para a manutenção do crescimento económico a níveis elevados (7.0%), para o prolongamento da trajectória descendente da inflação (para 7.3% em termos médios) e para o agravamento dos saldos globais das contas externas e das contas públicas (para 8.0% e 6.2%, respectivamente).

II.4.2. Procura, Produção e Preços

Tal como previsto, o ritmo de crescimento económico moçambicano registou alguma desaceleração em 2007 (7.0% face a 8.7% no ano anterior). Apesar do impacto das cheias de final do ano e do aumento dos preços das importações, a dinâmica da actividade económica ficou ao nível programado. A economia moçambicana tem vindo a evidenciar boa capacidade de resistência a choques, mantendo um ritmo de crescimento económico acima dos 6.5% desde 2003 (taxa média de 7.7% ao longo dos últimos 5 anos), para o qual concorreram os megaprojectos que entretanto arrancaram no território (nas área do alumínio – Mozal – e gás – Sasol).

Gráfico II.4.1.



Fonte: Banco de Moçambique, INE de Moçambique e FMI

O ritmo de crescimento económico real em 2007 resultou sobretudo da dinâmica da actividade do sector dos transportes e comunicações (no transporte rodoviário de carga, na sequência da reabilitação de estradas e pontes, no transporte aéreo e na oferta de comunicações), da agricultura (continuando, no entanto, o processo de redução do seu peso no total do PIB), do comércio e da construção.

As previsões para 2008 apontam para a continuação da boa dinâmica da actividade económica, 7.0% em termos reais, apesar do impacto negativo da condicionante externa (ao nível sobretudo dos preços internacionais). A nível sectorial destaca-se o contributo esperado da construção, como resultado de trabalhos no domínio das infra-estruturas, no âmbito do combate à pobreza.

Em 2007, a condução prudente da política monetária ajudou a induzir uma trajectória descendente da inflação média, a qual no final do ano se cifrava em 8.2% (-5.0 p.p. relativamente a 2006). A evolução da inflação homóloga (que após ter atingido um mínimo de 4.9% em Março, se acentuou ao longo do resto do ano, chegando aos 10.3% em Dezembro) espelha principalmente o impacto das cheias de final do ano sobre os produtos alimentares e a contínua subida dos preços dos produtos petrolíferos.

Gráfico II.4.2.

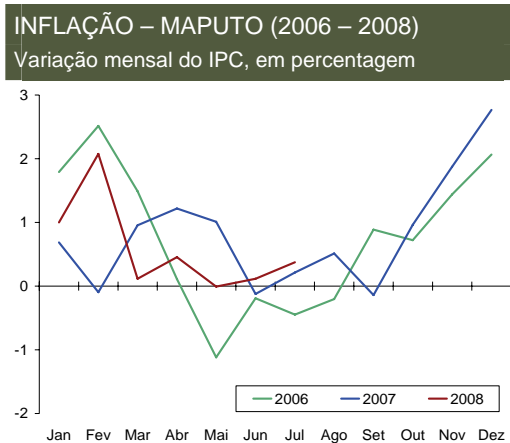
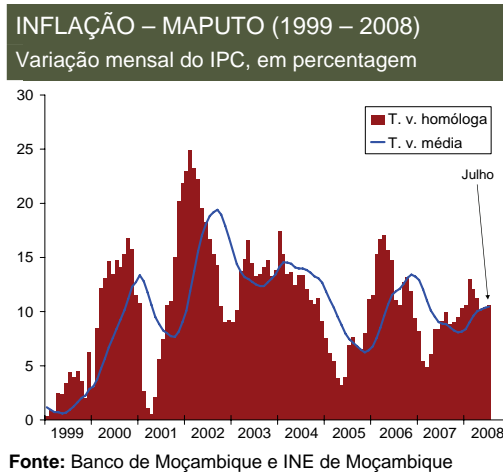


Gráfico II.4.3.



As pressões inflacionistas de origem externa (petróleo e seus derivados) e dos produtos alimentares deverão limitar a descida do nível da inflação em 2008, com as previsões mais actuais a apontarem para variações em torno dos 7.3% em termos médios. Os valores conhecidos para os primeiros meses do ano corrente – inflação média a manter a tendência de subida ao longo de 2008, chegando a 10.5% no final de Julho – fazem salientar a necessidade de manter a evolução do nível de preços sob apertado controlo por parte da política monetária.

II.4.3. Contas Externas

Em 2007, os valores apurados para as contas externas voltaram a apresentar um saldo negativo para a balança corrente (de 6.1% do PIB), após o excedente registado em 2006 como resultado da inclusão de Moçambique como beneficiário da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI, cujos fluxos provenientes do FMI, do Banco Mundial e do Banco Africano para o Desenvolvimento foram contabilizados nas transferências unilaterais¹). Em termos comparativos, descontando aquele efeito, o défice corrente terá registado uma diminuição de 0.3 p.p. do seu peso no PIB face a 2006.

Quadro II.4.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS

Em percentagem do PIB

	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Balança Corrente	-9.7	20.0	-6.1	-8.0
Balança Comercial	-10.9	-7.4	-8.4	-11.9
Exportações	26.4	33.0	29.7	28.2
Importações	-37.3	-40.4	-38.1	-40.1
Balança Serv. e Rend.	-5.8	-8.2	-7.5	-10.2
Transferências Unilat.	7.0	35.6	9.7	14.1
Bal. Capitais e Financ.	8.8	-18.1	9.6	9.0
Endividamento	3.2	-21.4	4.0	4.8
Invest. Dir. Est. (líq.)	1.6	2.1	5.3	5.2
Cap. Curto Prazo, err.	4.0	1.2	0.3	-1.0
Balança Global	-0.9	1.9	3.5	0.9

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

¹ Este impacto resulta da apresentação da balança de pagamentos de Moçambique seguir ainda o IV Manual da Balança de Pagamentos do FMI, influenciando assim o saldo da balança corrente.

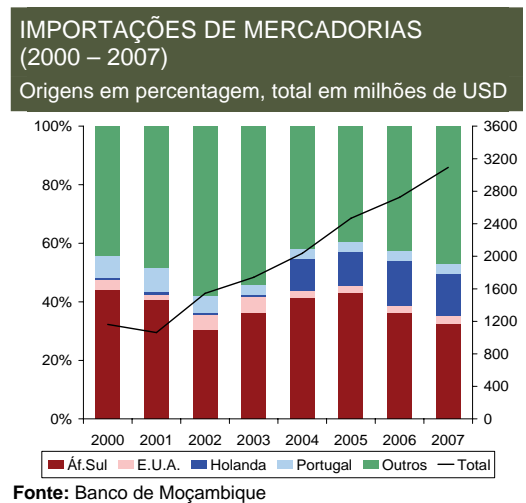
O contínuo crescimento dos rendimentos de investimentos pagos por Moçambique ao exterior tem vindo a contribuir para a degradação do saldo da balança de serviços e rendimentos. No entanto, em 2007, aqueles fluxos acabaram por crescer menos que o esperado, pelo que este défice acabou por registar uma diminuição do seu peso no produto (7.5% em 2007 face a 8.2% em 2006).

A balança comercial evidenciou alguma deterioração em 2007, tendo o respectivo défice aumentado 1 p.p. do PIB em relação a 2006. Esta evolução resultou da reduzida expansão das exportações (as quais não acompanharam a dinâmica dos produtos oriundos dos megaprojectos, em especial do alumínio), apesar do limitado acréscimo evidenciado pelas importações totais (reflexo de algum atraso na execução de investimentos públicos e de alguns projectos financiados com ajuda externa).

Gráfico II.4.4.

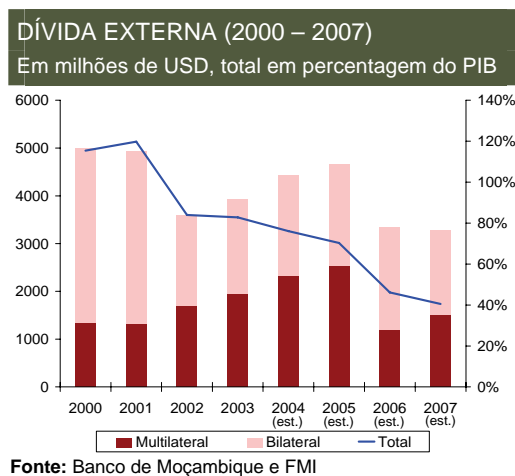


Gráfico II.4.5.



Como resultado do agravamento do défice comercial, e ao contrário do inicialmente projectado, o grau de cobertura das importações pelas exportações reduziu-se para 78% no final de 2007 (face a 82% no ano anterior).

Gráfico II.4.6.



O saldo da conta de capital e financeira registou um excedente de 9.6% do PIB em 2007, subindo relativamente a 2006, mesmo descontando o efeito da amortização de dívida resultante do acesso à MDRI verificado naquele ano. Destaca-se o aumento significativo do investimento directo estrangeiro, quase triplicando o seu valor face a 2006, atingindo 5.3% do PIB no final de 2007. O saldo da balança global reforçou o seu excedente relativamente ao ano anterior, chegando a 3.5% do PIB, o que possibilitou nova acumulação de reservas externas, as quais se elevaram a 5.0 meses das importações de bens e serviços (face a 4.4 no final de 2006).

Para 2008, projecta-se um novo agravamento do défice da balança corrente, para 8.0% do PIB, conjugando a recuperação do ritmo de crescimento das importações (algumas adiadas do ano transacto, às quais de junta o impacto da subida prevista dos preços dos produtos petrolíferos) e a contínua degradação do saldo da balança de serviços e rendimentos. As contas externas deverão beneficiar de comportamentos favoráveis das transferências unilaterais e de alguma melhoria do saldo da balança de capitais e financeira, os quais não serão suficientes para evitar uma redução do excedente global (para 0.9% do PIB).

II.4.4. Finanças Públicas

Os valores conhecidos para a execução orçamental de 2007 indiciam alguma deterioração das contas públicas, com o défice global a registar um aumento de 2.2 p.p., para 3.8% do PIB, ainda assim aquém dos 4.7% orçamentados.

Quadro II.4.3.

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL				
Em percentagem do PIB				
	2005	2006	2007	2008
	Est.	Est.	Est.	Proj.
Receitas totais	20.7	25.6	25.2	29.6
Receitas correntes	14.1	15.0	16.0	16.9
Donativos	6.6	10.6	9.3	12.8
Despesas totais	23.0	27.2	29.1	35.1
Despesas correntes	13.9	14.2	15.4	16.6
Juros da dívida prog.	0.8	0.8	0.6	0.7
Desp. de capital	8.4	11.8	11.7	16.6
Empréstimos Líquidos	0.4	1.0	1.1	2.0
Saldo corrente	0.2	0.8	0.6	0.2
Saldo global	-2.3	-1.6	-3.8	-5.5

Fontes: FMI e Banco de Moçambique

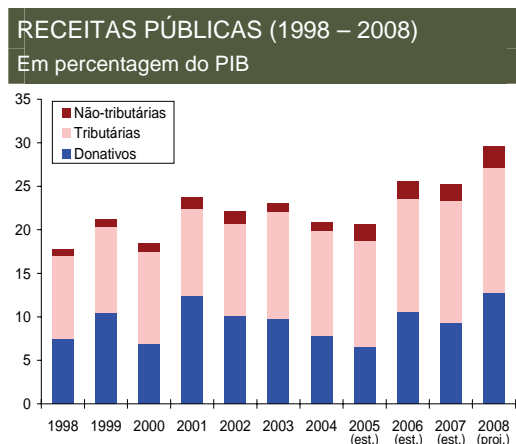
Esta evolução decorreu do crescimento das despesas totais: +1.9 p.p. em relação ao seu peso no PIB. Foram sobretudo as despesas correntes (onde se incluíram despesas de emergência relacionadas com as cheias) que aumentaram, tendo as despesas de capital evidenciado uma redução de 0.1 p.p. (com um grau de execução bastante reduzido face ao orçamentado). As receitas totais, por seu turno, conheceram uma redução de 0.4 p.p. em termos do PIB, decorrente da diminuição dos donativos em 1.3 p.p. (relacionado com os atrasos na implementação de projectos com ajuda externa) e apesar do bom comportamento das receitas tributárias.

O saldo corrente manteve-se positivo ao contrário dos valores orçamentados mas registou uma ligeira redução em 2007 (em 0.2 p.p.), atingindo 0.6% do PIB.

O défice global em 2007 foi financiado sobretudo com recurso à componente externa, na qual se incluiu uma pequena parte de fundos relativos à assistência do FMI por conta da Iniciativa HIPC.

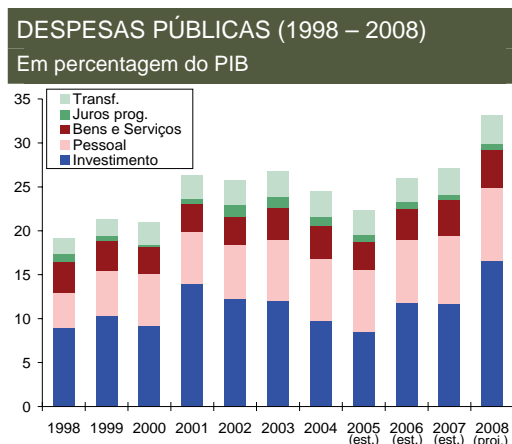
No entanto, ao invés do que vinha sucedendo nos anos anteriores, o recurso ao crédito interno junto do sistema bancário constituiu também uma importante fonte de financiamento do Estado.

Gráfico II.4.7.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Gráfico II.4.8.



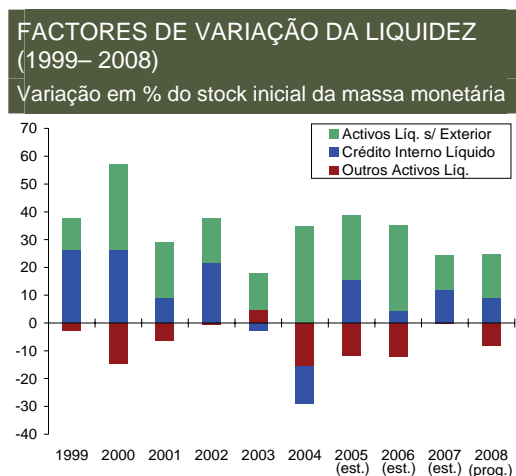
Fonte: Banco de Moçambique e FMI

As projecções para 2008 antecipam uma nova deterioração do saldo global (para 5.5% do PIB), como resultado do aumento previsto das despesas de capital (sobretudo das financiadas externamente) e das despesas correntes (onde se incluem custos relativos aos impactos das calamidades naturais e à introdução de um subsídio temporário aos transportes). Do lado das receitas, salienta-se a subida dos donativos (recuperação da ajuda externa adiada em 2007) e das receitas correntes (com destaque para o crescimento esperado das taxas relacionadas com as concessões relativas à Hidroeléctrica de Cahora-Bassa).

II.4.5. Situação Monetária e Cambial

À semelhança do que vem acontecendo nos anos mais recentes, a expansão da massa monetária em 2007 voltou a ficar acima do programado, tendo atingido 24.2% (face aos previstos 20.0%), o que constitui uma aceleração em relação a 2006 (ano em que registou 23.3%).

Gráfico II.4.9.



Fonte: Banco de Moçambique e FMI

Os principais factores de expansão da liquidez foram os activos líquidos sobre o exterior (com um impacto de 12.4% sobre o valor da massa monetária no início do ano) e o crédito interno (impacto expansionista de 12.1%). O acréscimo evidenciado pelo crédito interno incluiu não só algum crescimento do crédito à economia (impacto de 8.1%, continuando a reforçar-se o volume de crédito em moeda nacional) como também a subida do crédito líquido ao sector público administrativo (impacto de 3.9%).

A evolução da estrutura da massa monetária em 2007 manteve a tendência dos anos mais recentes, com alguma diminuição do peso da circulação monetária (que representava no final do ano 13.3% do total dos meios de pagamento) e dos depósitos à ordem (54.9% do total), para além do contínuo reforço da quase-moeda (31.8% do total, com destaque para o crescimento dos depósitos em moeda estrangeira).

Gráfico II.4.10.

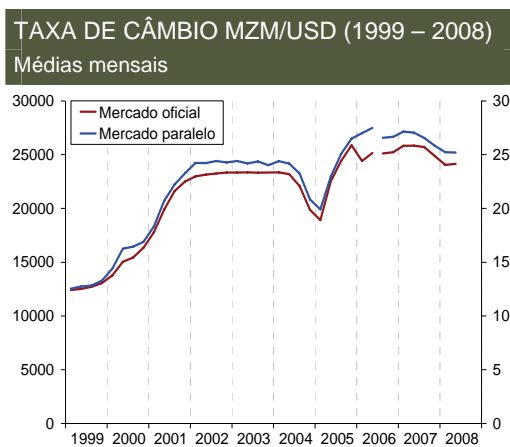
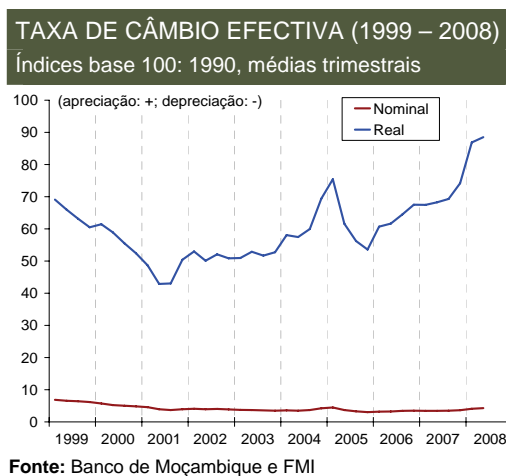


Gráfico II.4.11.



A desaceleração da inflação permitiu ao Banco de Moçambique reduzir, em Janeiro de 2008, as taxas de juro das suas facilidades permanentes em Janeiro de 2008, o que, por sua vez, conduziu a uma redução das taxas de juro praticadas pelo sistema, sobretudo nas taxas passivas.

Tal como anunciado, o Banco de Moçambique aumentou o recurso a intervenções no mercado cambial interbancário, vendendo moeda externa, como forma de esterilizar o excesso de liquidez ao longo do segundo semestre de 2007. Como consequência da adopção dessa medida, verificou-se uma valorização nominal do metical em relação à moeda sul-africana e ao USD e uma apreciação da taxa efectiva da moeda moçambicana em 2007, mais pronunciada em termos reais (face ao aumento da inflação).

Quadro A.II.4.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2003 - 2008

	Unidades	2003	2004	2005	2006	2007		2008	
		Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.	Est.	Proj.	Est.
PRODUTO E PREÇOS									
PIB nominal	milhões de EUR	4210	4686	5354	5601	6161	5827	6006	
PIB real	t. var. anual	6.5	7.9	8.4	8.7	7.0	7.0	7.0	
Inflação (I.P.Consumidor - Maputo)	t. var. homóloga	13.8	9.1	11.2	9.4	6.0	10.3	6.0	10.5 Jul.
	t. var. média	13.4	12.7	6.4	13.2	6.4	8.2	7.3	10.5 Jul.
FINANÇAS PÚBLICAS									
Receitas totais	% PIB	23.0	20.9	20.7	25.6	27.2	25.2	30.5	
Despesas totais	% PIB	27.6	25.6	23.0	27.2	31.9	29.1	36.7	
Défice global	% PIB	-4.6	-4.7	-2.3	-1.6	-4.7	-3.8	-6.2	
Défice global sem donativos	% PIB	-14.4	-12.5	-8.9	-12.2	-16.8	-13.1	-20.0	
MOEDA E CRÉDITO									
Crédito líquido ao SPA	t. var. anual	-23.1	-130.3	-15.0	-60.2	6.8	17.6	-20.1	
Crédito à economia	t. var. anual	-1.8	-4.4	46.9	32.6	25.3	16.6	26.4	
Massa monetária (M3)	t. var. anual	15.3	5.9	27.0	23.3	20.0	24.2	17.0	
TAXAS DE JURO									
Passiva, a 1 ano	t. anual	12.3	9.9	8.5	12.4		12.7	11.5 Abr.	
Activa, a 1 ano	t. anual	28.1	23.7	19.2	23.2		22.2	22.0 Abr.	
BALANÇA DE PAGAMENTOS									
Export. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	28.9	44.0	16.1	36.4	8.4	1.3	3.2	
Import. de mercadorias (em USD)	t. var. anual	12.8	16.9	21.2	18.1	7.0	6.1	14.5	
Balança corrente	% PIB	-9.3	-5.2	-9.7	20.0	-6.2	-6.1	-8.0	
Balança corrente s/ transf. oficiais	% PIB	-20.1	-14.3	-16.7	-15.6	-18.0	-15.9	-22.1	
Reservas cambiais	meses de import. ³	5.4	5.8	4.6	4.4	4.7	5.0	4.6	
DÍVIDA EXTERNA									
Stock total	milhões de EUR	3939	4427	4649	3330		3287		
	% PIB	82.8	76.1	70.3	46.1		40.5		
	% exportações ³	315.5	255.5	230.7	151.6		144.2		
Serviço da dívida	% exportações ³	4.0	3.3	3.3	2.8	0.7	1.1		
TAXAS DE CÂMBIO¹									
Nominal MZM/EUR (mercado oficial)	t. média	26360	27457	28337	32.18		35.57	37.76	37.90 Jun.
Nominal MZM/USD (mercado oficial)	t. média	23341	22131	22936	24.98		25.56	25.67	24.08 Jun.
Nominal MZM/USD (mercado paralelo)	t. média	24249	23166	23614	26.93		26.64	25.08 Jun.	
ITCE nominal (base 100: 1990) ²	t. variação ⁴	-7.2	25.7	-27.4	8.1		11.3	12.6 Jun.	
ITCE real (base 100: 1990) ²	t. variação ⁴	7.1	35.5	-20.3	15.9		17.6	11.1 Jun.	

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000; ² Índice da taxa de câmbio efectiva real calculado a partir das taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); ³ De bens e serviços; ⁴ Variação face a Dezembro do ano anterior.

Quadro A.II.4.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008

Preços correntes, em milhões de MZM

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
			Est.	Est.	Est.	Est.	Proj.
Sector primário	25 289	28 132	31 879	37 122	45 853	53 777	
Agricultura e pecuária	23 508	26 007	29 634	34 838	43 042	50 772	
Pesca	1 781	2 126	2 244	2 284	2 810	3 006	
Sector secundário	21 042	26 190	31 884	34 893	43 485	49 509	
Indústria extractiva	523	657	1 161	1 476	2 337	3 198.07	
Indústria transformadora	12 623	16 636	20 529	21 304	26 355	28 460	
Electricidade e água	4 415	5 071	6 359	7 606	9 579	12 184	
Construção	3 482	3 826	3 835	4 507	5 213	5 666	
Sector terciário	44 566	46 018	52 527	65 677	75 247	86 383	
Comércio e Reparações	10 757	11 024	11 919	18 213	23 071	25 917	
Restaurantes e Hotéis	1 429	1 621	1 792	2 142	2 508	3 081	
Transportes e Comunicações	9 896	10 421	12 415	14 560	16 458	20 237	
Serviços Financeiros	3 385	3 706	4 544	6 749	7 658	9 552	
Aluguer de Imóveis	10 594	10 614	11 176	11 307	11 660	12 225	
Serviços Públicos	8 092	9 119	11 225	13 119	15 557	18 100	
Outros	412	-487	-545	-412	-1 666	-2 730	
Produto Interno Bruto (custo de factores)	90 897	100 341	116 290	137 692	164 584	189 669	
Impostos indirectos	8 582	10 632	12 379	14 015	15 658	17 585	
Produto Interno Bruto (preços de mercado)	99 479	110 973	128 668	151 707	180 242	207 254	226 786
Consumo	100 003	112 637	127 611	146 017	165 610	188 952	
Público	12 247	14 156	17 729	19 663	22 228	24 739	
Privado	87 757	98 481	109 881	126 354	143 382	164 213	
Investimento	29 435	24 946	23 605	26 817	30 631	35 338	54 202
Formação Bruta de Capital Fixo	29 802	24 721	23 997	28 361	31 819	37 283	
Variação de Existências	-367	226	-392	-1 544	-1 187	-1 945	
Procura interna	129 439	137 583	151 215	172 834	196 241	224 290	
Exportações de bens e serviços	24 816	29 137	38 341	46 213	54 861	58 283	
Procura global	154 255	166 720	189 556	219 047	251 103	282 573	
Importações de bens e serviços	54 776	55 747	60 888	67 340	70 861	75 319	
Pro memoria:							
Poupança interna bruta	-524	-1 664	1 058	5 690	14 632	18 302	
PIBpm nominal (milhões de USD)	4 292	4 754	5 814	6 614	7 215	8 108	8 834
Deflator do PIBpm (variação anual em %)	7.9	4.8	7.5	8.8	9.3	7.4	2.3
PIBpm nominal (variação anual em %)	17.9	11.6	15.9	17.9	18.8	15.0	9.4
PIBpm real (variação anual em %)	9.2	6.5	7.9	8.4	8.7	7.0	7.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1990 - 2008

Em percentagem

		Var. mensal (1)	Var. acumulada (2)	Var. homóloga (3)	Var. média (4)
1990	Dezembro	3.5	68.2	68.2	--
1991	Dezembro	1.5	36.6	36.6	31.6
1992	Dezembro	8.1	59.0	59.0	51.9
1993	Dezembro	3.5	39.2	39.2	43.4
1994	Dezembro	3.1	67.8	67.8	61.2
1995	Dezembro	8.3	56.7	56.7	44.7
1996	Dezembro	-0.1	19.3	19.3	48.5
1997	Dezembro	1.3	6.2	6.2	7.4
1998	Dezembro	1.1	-1.0	-1.0	1.5
1999	Dezembro	5.3	6.2	6.2	2.9
2000	Dezembro	1.4	11.5	11.5	12.7
2001	Dezembro	2.8	21.9	21.9	9.0
2002	Dezembro	2.9	9.1	9.1	16.8
2003	Dezembro	3.4	13.8	13.8	13.4
2004	Dezembro	1.5	9.1	9.1	12.7
2005	Dezembro	4.4	11.2	11.2	6.4
2006	Janeiro	1.8	1.8	11.5	6.8
	Fevereiro	2.5	4.3	15.2	7.6
	Março	1.5	5.9	16.7	8.5
	Abril	0.1	6.0	17.1	9.6
	Mai	-1.1	4.8	15.7	10.7
	Junho	-0.2	4.6	14.7	11.5
	Julho	-0.4	4.2	11.1	11.9
	Agosto	-0.2	4.0	10.6	12.1
	Setembro	0.9	4.9	12.7	12.6
	Outubro	0.7	5.6	13.1	13.1
	Novembro	1.4	7.2	11.9	13.4
	Dezembro	2.1	9.4	9.4	13.2
2007	Janeiro	0.7	0.7	8.2	12.9
	Fevereiro	-0.1	0.6	5.4	12.1
	Março	1.0	1.6	4.9	11.0
	Abril	1.2	2.8	6.0	10.1
	Mai	1.0	3.8	8.3	9.5
	Junho	-0.1	3.7	8.4	9.0
	Julho	0.2	3.9	9.1	8.9
	Agosto	0.5	4.5	9.9	8.8
	Setembro	-0.1	4.3	8.8	8.5
	Outubro	1.0	5.3	9.0	8.2
	Novembro	1.9	7.3	9.5	8.1
	Dezembro	2.8	10.3	10.3	8.2
2008	Janeiro	1.0	1.0	10.6	8.4
	Fevereiro	2.1	3.1	13.0	9.0
	Março	0.1	3.2	12.1	9.6
	Abril	0.5	3.7	11.2	10.1
	Mai	0.0	3.7	10.1	10.2
	Junho	0.1	3.8	10.4	10.4
	Julho	0.4	4.2	10.5	10.5

Fontes: Banco de Moçambique e cálculos do BP.

Nota: a partir de 1997, o Banco de Moçambique passou a divulgar o IPC oficial, compilado pelo Instituto Nacional de Estatística moçambicano. Em 2000 e 2004, foram alteradas as bases de cálculo do IPC (para 1998 e Dezembro de 2004, respectivamente) e a sua estrutura (novos produtos e ponderadores).

(1) mês n / mês n-1; (2) mês n / Dez. anterior; (3) mês n / mês n do ano anterior; (4) últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.4.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2008

Em milhões de USD

	2002	2003	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007		2008	
						Proj.	Est.	Proj.	Trim. I
Balança Corrente	-514	-440	-305	-642	1 445	-506	-496	-710	30
<i>Excluindo transferências oficiais</i>	<i>-914</i>	<i>-954</i>	<i>-832</i>	<i>-1 103</i>	<i>-1 125</i>	<i>-1 456</i>	<i>-1 286</i>	<i>-1 954</i>	<i>-329</i>
Balança comercial	-733	-697	-531	-721	-533	-539	-681	-1 052	-206
Exportações (f.o.b.)	810	1 044	1 504	1 745	2 381	2 580	2 412	2 488	543
das quais: Megaprojectos	468	681	1 049	1 263	1 699	1 719	1 841	1 889	421
Importações (c.i.f.)	-1 543	-1 741	-2 035	-2 467	-2 914	-3 119	-3 093	-3 540	-749
das quais: Megaprojectos	-402	-337	-322	-423	-701	-630	-688	-693	-145
Balança de serviços e rendimentos	-181	-257	-301	-382	-592	-917	-605	-901	-124
Créditos	415	358	370	464	558	597	684	693	163
Débitos	-596	-614	-671	-846	-1 150	-1 514	-1 289	-1 594	-286
dos quais: Juros programados	-27	-26	-18	-22	-30	-20	-16	-21	-12
Transferências unilaterais ¹	400	514	527	461	2 570	950	790	1 244	359
Transferências oficiais	400	514	527	461	2 570	950	790	1 244	359
das quais: Programas especiais ²	20	22	24	15	34	0	0	0	0
Transferências privadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Balança de Capitais e Financeira	612	562	518	584	-1 307	580	779	791	141
Endividamento	620	185	172	212	-1 544	265	324	426	110
Desembolsos	802	395	463	463	603	572	1 464	832	126
dos quais: Empréstimos privados ^{3,4}	543	160	148	242	233	218	1 139	269	-23
Amortizações programadas ⁴	-182	-210	-291	-251	-2 147	-307	-1 140	-406	-17
Investimento directo estrangeiro (líq.)	380	342	245	105	154	299	427	457	61
Cap. de Curto Prazo, erros e omissões	-388	35	101	267	83	16	28	-92	-30
Balança Global	98	122	213	-57	139	74	283	81	171
Financiamento	-98	-122	-213	57	-139	-74	-283	-81	-164
Variação das reservas oficiais	-98	-122	-213	57	-139	-74	-283	-81	-164
Variação de atrasados (redução: -)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Diferencial de Financiamento ⁵	0	0	0	0	0	0	0	0	7

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Não está ainda consolidada a separação entre transferências correntes e de capital (em conformidade com a 5ª edição do manual da balança de pagamentos do FMI), pelo que poderá haver lugar a acertos nos próximos tempos; ² Donativos dos credores multilaterais ao abrigo da assistência HIPC; ³ Sem garantia do Estado; ⁴ Em 2007 incluem valores relativos à Hidroeléctrica de Cahora-Bassa; ⁵ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1999 - 2007

Em percentagem do total

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
África do Sul	26.2	14.6	15.3	17.7	16.2	12.9	16.2	15.2	17.2	16.0
Bélgica	0.2	0.3	0.1	41.4	43.5	0.6	0.1	0.1	0.3	7.1
Espanha	12.7	10.7	3.8	2.8	6.7	2.5	1.9	1.8	1.5	3.3
E.U.A.	4.7	4.7	0.9	1.6	1.5	0.6	2.2	0.3	0.2	1.2
Holanda	1.6	1.0	1.0	0.3	2.8	60.9	59.7	59.7	61.8	42.9
Índia	11.8	4.9	0.5	2.1	0.3	2.2	1.5	1.3	0.7	1.7
Japão	4.3	4.3	4.2	0.7	0.9	0.9	0.5	0.3	0.1	1.0
Malawi	1.8	3.0	1.5	1.5	3.1	3.3	2.8	1.0	0.7	1.9
Portugal	9.0	11.6	4.0	4.4	3.7	2.8	1.2	1.2	1.3	2.7
Zimbabwe	14.9	17.7	5.3	5.8	2.8	2.3	2.9	3.2	2.9	4.3
Outros ¹	12.9	27.0	63.4	21.8	18.2	11.0	11.0	15.8	13.2	17.7
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Em 2001, esta rubrica inclui exportações da fundição de alumínio Mozal para a União Europeia (cerca de 55% do total das exportações), não discriminadas por países.

Quadro A.II.4.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1999 - 2007

Em percentagem do total

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
África do Sul	28.1	44.2	40.7	30.4	36.1	41.4	42.9	36.3	32.4	36.9
Austrália	0.4	0.5	0.9	4.1	11.7	0.1	0.7	0.1	0.3	1.8
China	1.2	1.9	2.0	1.3	2.2	2.0	2.5	2.6	3.5	2.3
E.U.A.	3.6	3.5	1.8	5.2	5.8	2.4	2.6	2.2	2.7	3.2
França	0.9	2.2	1.1	1.7	1.9	1.7	0.9	0.8	0.8	1.3
Holanda	0.5	0.5	0.9	0.5	0.5	11.0	11.5	15.6	14.5	8.1
Índia	1.7	1.8	2.4	4.2	4.0	3.1	3.6	3.2	4.4	3.4
Japão	2.5	4.6	0.7	3.4	1.6	0.8	0.8	0.6	3.1	1.9
Portugal	3.5	7.6	8.5	6.2	3.4	3.3	3.6	3.3	3.5	4.4
Outros	57.6	33.2	41.0	43.1	32.7	34.3	30.9	35.3	34.9	36.6
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

Quadro A.II.4.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2002 - 2007

Em milhões de USD

	2002 Est.	2003 Est.	2004 Est.	2005 Est.	2006 Est.	2007 Est.
Dívida de médio ou longo prazo *	3 605.9	3 938.8	4 426.8	4 648.8	3 329.6	3 286.9
Credores multilaterais	1 706.4	1 953.3	2 321.2	2 534.9	1 191.6	1 522.8
Credores bilaterais	1 899.5	1 985.5	2 105.6	2 113.9	2 138.0	1 764.1
Países da OCDE	571.1	563.5	646.7	648.1	644.1	647.9
Países da OPEP	632.4	623.3	788.8	783.5	804.7	828.7
Países da Europa de Leste	197.1	189.6	298.6	299.9	301.7	59.3
Outros países	498.9	609.1	371.5	382.4	387.5	228.2
Dívida de curto prazo	--	--	--	--	--	--
Dívida Externa Total	3 605.9	3 938.8	4 426.8	4 648.8	3 329.6	3 286.9
Serviço da dívida de m/l prazo programado	42.8	49.6	57.9	67.2	61.6	48.0
Capital	27.7	34.9	39.4	46.3	43.4	32.0
Juros	15.1	14.7	18.4	20.9	18.2	16.0
<i>(em % das exportações de bens e serviços)</i>						
Dívida externa total	336.8	315.5	255.5	230.7	151.6	144.2
Serviço de dívida	4.0	4.0	3.3	3.3	2.8	2.1
<i>(em % do PIB)</i>						
Dívida externa total	84.0	82.8	76.1	70.3	46.1	40.5

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

* Excluindo a dívida militar para com a Rússia.

Quadro A.II.4.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2005 - 2008

Em milhões de MZM

	2005	2006	2007		2008				
	Est.	Est.	Orç.	Est.	g.e. ¹	Orç.	Trim. I	Proj.	g.e. ¹
1. Receitas Totais ²	31 393	46 121	56 334	52 326	92.9	69 107	15 058	67 208	21.8
1.1. Receitas correntes	21 418	26 997	31 342	33 058	105.5	37 773	7 764	38 239	20.6
Receitas não-tributárias	2 884	3 683	3 975	3 977	100.1	5 078	731	5 544	14.4
Receitas tributárias	18 534	23 314	27 367	29 081	106.3	32 695	7 033	32 696	21.5
Impostos sobre o rendimento	4 469	6 367	7 105	9 279	130.6	10 004	1 929	10 004	19.3
Impostos sobre o consumo	10 873	13 031	15 717	15 505	98.7	18 892	3 473	18 892	18.4
dq: Produtos petrolíferos	1 806	1 830	2 744	2 258	--	3 155	--	3 155	--
Impostos s/ comércio internacional	2 816	3 284	3 856	3 782	98.1	3 124	849	3 124	27.2
Outros impostos	376	632	687	515	75.0	676	782	676	115.7
1.2. Donativos	9 975	19 124	24 992	19 268	77.1	31 334	7 295	28 969	23.3
2. Despesas Totais ³	34 875	49 053	66 106	60 223	91.1	83 220	14 215	79 713	17.1
2.1. Despesas correntes ⁴	21 092	25 518	31 681	31 838	100.5	37 886	9 606	37 724	25.4
Despesas com o pessoal	10 691	12 994	15 683	16 091	102.6	18 815	4 620	18 815	24.6
Bens e serviços	5 012	6 274	7 812	8 344	106.8	10 076	2 226	10 030	22.1
Transferências	4 141	4 869	6 109	6 126	100.3	7 343	1 982	7 273	27.0
Juros da dívida programados	1 248	1 380	2 078	1 277	61.5	1 651	225	1 606	13.6
2.2. Despesas de Capital	12 819	21 292	30 881	24 314	78.7	40 450	4 462	37 536	11.0
Financiamento Interno	5 052	6 552	8 864	9 148	103.2	10 535	1 881	10 535	17.9
Financiamento Externo	7 767	14 740	22 017	15 166	68.9	29 915	2 581	27 001	8.6
2.3. Empréstimos Líquidos	671	1 736	3 544	2 296	--	4 884	147	4 453	--
3. Saldo Corrente: (1.1.) - (2.1.)	326	1 479	-339	1 220	--	-113	-1 842	515	--
4. Saldo Global s/ Donativos: (1.) - (2.) - (1.2.)	-13 457	-22 056	-34 764	-27 165	--	-45 447	-6 452	-41 474	--
5. Saldo Global: (1.) - (2.)	-3 482	-2 932	-9 772	-7 897	--	-14 113	843	-12 505	--
6. Financiamento	3 482	2 932	9 772	7 897	--	14 113	-843	12 505	--
6.1. Interno (líq.) ^{5,6}	-1 941	-5 835	-1 193	382	-32.0	-1 080	-3 216	-1 080	297.8
dq: Sistema bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	--
6.2. Externo (líq.)	5 423	8 767	10 966	7 515	68.5	15 192	2 373	13 585	15.6
Desembolsos ⁵	5 769	9 851	11 696	8 290	70.9	16 198	2 509	14 505	15.5
Transf. do FMI por conta HIPC	388	0	0	42	--	0	0	0	--
Amortizações efectivas	-734	-1 084	-730	-817	111.9	-1 006	-136	-920	13.5
7. Diferencial de Financiamento ⁷	0	0	0	0	--	0	0	0	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ Grau de execução face ao orçamentado (em %); ² Inclui receitas não discriminadas; ³ Inclui despesas não discriminadas; ⁴ Inclui outras despesas correntes; ⁵ Os valores a partir de 2004 incluem movimentos contabilísticos relacionados com o estabelecimento de uma conta do Tesouro no exterior com os rendimentos da concessão da exploração das minas de carvão Moatize; ⁶ Para 2007 e 2008 inclui receitas de privatizações de MZM 104 e 122 milhões respectivamente; ⁷ Necessidade (-) ou capacidade (+) de financiamento.

Quadro A.II.4.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2005 - 2008

Em milhões de MZM

	2005	2006	2007		2007e/2006e		2008		2008p/2007e		Abr08e/2007e	
	Est.	Est.	Prog.	Est.	(1)	(2)	Prog.	Abr.	(1)	(2)	(1)	(2)
Activos Líquidos s/ Exterior	34 084	47 607	57 893	54 283	14.0	12.4	64 887	61 108	19.5	15.8	12.6	10.2
Banco Central	26 401	34 703	40 230	36 948	6.5	4.2	42 154	41 903	14.1	7.8	13.4	7.4
Disponibilidades s/ Exterior	30 198	34 970	--	37 345	6.8	4.4	--	42 308	--	--	13.3	7.4
Responsab. s/ Exterior	-3 796	-267	--	-397	48.4	-0.2	--	-405	--	--	2.1	0.0
Bancos Comerciais	7 683	12 904	17 663	17 334	34.3	8.2	22 733	19 205	31.1	8.0	10.8	2.8
Crédito Interno Total	12 414	14 376	21 909	20 892	45.3	12.1	27 028	19 117	29.4	9.1	-8.5	-2.6
Crédito líquido ao S.P.A.	-7 563	-12 114	-11 293	-9 986	17.6	3.9	-11 991	-13 942	-20.1	-3.0	-39.6	-5.9
Crédito concedido	14 531	14 958	--	20 538	37.3	10.3	--	24 688	--	--	20.2	6.2
Depósitos	-19 206	-23 874	--	-27 551	15.4	-6.8	--	-35 639	--	--	29.4	-12.1
Em moeda nacional	-18 367	-23 068	--	-27 137	17.6	-7.5	--	-34 739	--	--	28.0	-11.3
Em moeda estrangeira	-839	-805	--	-414	-48.6	0.7	--	-900	--	--	117.3	-0.7
Fundos consignados	-2 888	-3 199	--	-2 973	-7.1	0.4	--	-2 991	--	--	0.6	0.0
Crédito à economia	19 977	26 490	33 202	30 878	16.6	8.1	39 019	33 059	26.4	12.1	7.1	3.3
Em moeda nacional	10 646	18 726	--	23 345	24.7	8.6	31 215	24 053	--	--	3.0	1.1
Em moeda estrangeira	9 331	7 764	--	7 532	-3.0	-0.4	7 804	9 006	--	--	19.6	2.2
Total do Activo	46 498	61 983	79 802	75 175	21.3	--	91 915	80 225	22.3	--	6.7	--
Massa Monetária (M3)	43 785	54 005	64 786	67 099	24.2	24.2	78 478	68 476	17.0	17.0	2.1	2.1
Base monetária	12 185	14 736	16 904	17 822	20.9	5.7	18 934	15 803	6.2	1.7	-11.3	-3.0
Circulação monetária	6 110	7 152	8 434	8 950	25.1	--	9 660	8 054	7.9	--	-10.0	--
Depósitos à ordem	25 419	30 408	37 239	36 813	21.1	--	45 803	39 014	24.4	--	6.0	--
Quase-moeda	12 256	16 444	19 113	21 336	29.7	--	23 015	21 409	7.9	--	0.3	--
Outras Rubricas (líq.)	2 713	7 978	15 016	8 075	1.2	-0.2	13 437	11 749	66.4	-8.0	45.5	-5.5
dq: Contrap. de flut. cambiais	-2 108	2 536	--	1 534	--	--	--	917	--	--	--	--
Total do Passivo	46 498	61 983	79 802	75 175	21.3	--	91 915	80 225	22.3	--	6.7	--

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

(1) Variação percentual face ao período anterior; (2) Variação percentual relativamente ao valor da massa monetária no final do período anterior (factores de expansão/contractão da liquidez).

Quadro A.II.4.10.

TAXAS DE JURO, 2002 - 2008

Taxas anuais

	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Abr.
Depósitos							
Depósitos a prazo							
91-180 dias	16.1	10.9	9.0	7.6	11.2	12.1	10.9
181-365 dias	17.3	12.3	9.9	8.5	12.4	12.7	11.5
1-2 anos	16.5	13.7	9.5	7.7	12.4	12.2	9.7
Crédito							
Até 180 dias	38.3	31.7	25.1	21.5	24.5	23.0	21.9
181-365 dias	37.1	28.1	23.7	19.2	23.2	22.2	22.0
1-2 anos	34.2	25.0	22.2	20.2	22.6	22.1	22.3
Taxas de Referência							
Facilidade Perm. de Cedência	26.5	18.5	13.5	13.8	17.5	15.5	14.5
Bilhetes do Tesouro (91 dias)		12.6	10.5	10.0	16.0	14.8	13.5
MMI sem garantia (Até 7 dias)	18.6	11.5	9.0	9.8	16.0	13.9	12.9
<i>Pro memoria:</i>							
Inflação (t.v. homóloga no mês)	9.1	13.8	9.1	11.2	9.4	10.3	11.2

Fonte: Banco de Moçambique.

Quadro A.II.4.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1990 - 2008

Taxas médias

	MZM/EUR			MZM/USD				ITCE ¹		
	Merc. oficial	Merc. livre	Dif. (%)	Merc. oficial	Merc. paralelo	Merc. livre	Diferenciais (%)		(base 100: 1990)	
	(MO)	(ML)	ML/MO	(MO)	(MP)	(ML)	MP/MO	ML/MO	Nominal	Real
1990	--	--	--	929.0	2 154.5	--	131.92	--	100.00	100.00
1991	--	--	--	1 434.5	2 167.3	1 943.5	51.08	35.49	60.11	74.89
1992	--	--	--	2 432.8	2 940.5	2 544.7	20.87	4.60	33.33	62.31
1993	--	--	--	3 722.7	4 500.0	3 866.1	20.88	3.85	21.27	57.14
1994	--	--	--	5 918.1	6 678.5	6 038.6	12.85	2.04	12.93	57.85
1995	--	--	--	8 889.8	9 611.3	9 022.7	8.12	1.50	8.61	56.74
1996	--	--	--	11 139.7	11 909.4	11 293.8	6.91	1.38	6.96	70.20
1997	--	--	--	11 394.6	11 708.3	11 545.6	2.75	1.33	6.48	67.13
1998	13 320.1	13 312.3	-0.06	11 853.4	12 055.7	11 850.3	1.71	-0.03	6.77	67.87
1999	13 481.1	13 531.2	0.37	12 673.3	12 844.4	12 689.4	1.35	0.13	6.49	64.57
2000	13 979.9	14 044.8	0.46	15 140.9	15 995.9	15 254.1	5.65	0.75	5.17	56.82
2001	18 293.7	18 515.4	1.21	20 455.5	21 145.4	20 706.5	3.37	1.23	3.97	45.80
2002	21 896.4	22 370.7	2.17	23 180.4	24 281.3	23 665.4	4.75	2.09	3.96	51.46
2003	26 360.4	26 874.1	1.95	23 340.9	24 248.7	23 782.3	3.89	1.89	3.60	52.05
2004	27 457.0	27 782.7	1.19	22 130.9	23 165.5	22 581.3	4.67	2.04	3.71	60.82
2005	28 337.5	28 576.1	0.84	22 936.3	23 614.4	23 068.4	2.96	0.58	3.53	60.43
2006	32.18	31.38	-2.47	24.98	26.93	26.03	7.82	4.18	3.30	63.33
2007	35.57	35.02	-1.55	25.56	26.64	25.84	4.24	1.09	3.47	69.71
2006										
Janeiro	29 113.6	28 934.0	-0.62	23 884.6	26 264.1	24 658.6	9.96	3.24	3.23	60.90
Fevereiro	29 291.1	29 144.2	-0.50	24 366.8	27 262.5	25 675.9	11.88	5.37	3.13	60.75
Março	30 420.5	30 049.2	-1.22	24 999.0	27 497.5	26 599.6	9.99	6.40	3.09	60.49
Abril	31 149.9	30 705.5	-1.43	25 084.8	27 593.8	26 936.6	10.00	7.38	3.06	59.85
Maio	32 473.7	32 249.2	-0.69	25 267.3	27 609.4	26 564.0	9.27	5.13	3.18	60.89
Junho	32 876.2	31 827.6	-3.19	25 142.7	27 280.0	25 901.1	8.50	3.02	3.36	64.26
Julho ²	32.06	31.84	-0.69	25.10	26.54	25.78	5.75	2.69	3.40	64.23
Agosto	33.40	32.19	-3.62	25.12	26.58	25.83	5.80	2.82	3.38	63.31
Setembro	33.07	31.98	-3.30	25.13	26.61	26.00	5.89	3.48	3.50	65.94
Outubro	33.21	31.68	-4.61	25.13	26.69	26.04	6.20	3.63	3.54	67.40
Novembro	34.60	32.44	-6.24	25.18	26.74	26.18	6.21	3.98	3.47	67.15
Dezembro	34.47	33.55	-2.67	25.38	26.55	26.16	4.61	3.07	3.43	68.01
2007										
Janeiro	34.04	33.60	-1.29	25.85	26.84	26.11	3.83	1.01	3.36	66.88
Fevereiro	34.85	33.78	-3.07	25.84	27.22	26.23	5.34	1.50	3.37	66.89
Março	35.27	34.12	-3.26	25.78	27.38	26.24	6.20	1.80	3.45	68.62
Abril	35.92	34.95	-2.70	25.88	27.17	26.31	4.97	1.65	3.41	68.00
Maio	35.42	35.00	-1.19	25.89	26.99	26.29	4.25	1.54	3.38	68.05
Junho	35.19	34.55	-1.82	25.75	26.98	26.07	4.79	1.23	3.43	68.72
Julho	35.42	35.25	-0.48	25.71	26.78	25.96	4.15	0.97	3.43	68.56
Agosto	35.55	35.01	-1.52	25.70	26.39	25.84	2.70	0.55	3.48	69.94
Setembro	36.60	35.74	-2.35	25.72	26.49	25.87	3.00	0.59	3.49	69.50
Outubro	37.24	36.64	-1.61	25.74	26.47	25.84	2.82	0.40	3.43	68.66
Novembro	36.46	36.54	0.22	24.88	26.13	25.15	5.01	1.10	3.63	73.88
Dezembro	34.83	35.01	0.52	24.00	24.90	24.18	3.74	0.74	3.81	79.98
2008										
Janeiro	36.00	35.22	-2.17	23.92	25.10	24.01	4.94	0.39	3.90	82.25
Fevereiro	36.57	35.47	-3.01	24.07	25.43	24.30	5.64	0.96	4.08	87.70
Março	38.22	37.42	-2.10	24.17	25.17	24.34	4.13	0.68	4.28	90.65
Abril	37.84	37.93	0.22	24.18	25.21	24.34	4.25	0.67	4.26	89.59
Maio	37.41	37.56	0.41	24.17	25.32	24.22	4.75	0.21	4.18	87.08
Junho	37.90	37.41	-1.29	24.08	25.08	24.10	4.16	0.08	4.29	88.88

Fontes: Banco de Moçambique, Fundo Monetário Internacional e cálculos do BP.

¹ ITCE baseado nas taxas de câmbio oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais moçambicanos no período 2000/04 (apreciação: +; depreciação: -); ² Em Julho de 2006 foi efectuada uma reforma monetária com uma taxa de conversão de 1 para 1000.



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Área: 997 Km²

Capital: São Tomé

População: 164 milhares (2005)

Moeda: Dobra

II.5.1. Síntese

A decisão do FMI e do Banco Mundial, anunciada em Março de 2007, segundo a qual São Tomé e Príncipe cumpriu os requisitos necessários para atingir o chamado Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*) constituiu para a economia santomense um acontecimento de grande importância. Em consequência, São Tomé e Príncipe passou a beneficiar em pleno do alívio da dívida externa ao abrigo daquela Iniciativa e da *Multilateral Debt Relief Initiative* (MDRI), obtendo assim, em Setembro de 2007, uma redução de dívida superior a 80% do total do respectivo valor nominal. Este facto corresponde não só à concretização de um dos principais objectivos de política económica assumidos pelas autoridades desde há pelo menos uma década como também permite encarar, de forma mais sustentada, os desafios de transição da economia santomense da fase actual para a esperada “idade do petróleo” — admite-se que a extracção venha a ter início em 2014, embora não tenha ainda sido confirmada a existência de reservas cuja extracção seja comercialmente viável.

Tal resultado ficou genericamente a dever-se aos progressos alcançados pelo país ao longo dos últimos anos na aplicação da sua estratégia de combate à pobreza e na execução do programa de ajustamento macroeconómico apoiado pelo FMI (ao abrigo da *Poverty Reduction and Growth Facility*, PRGF).

Quadro II.5.1.

	PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS				
	2004	2005	2006	2007 Est.	2008 Proj.
PIB real (t.v. anual)	3.8	5.7	6.7	6.0	6.0
Inflação (t.v.a. média)	13.9	17.8	23.1	18.6	19.4
Massa monetária (t.v.a.)	7.3	45.9	39.3	25.2	31.7
Balança corrente (% PIB)	-13.6	-10.3	-41.3	-30.3	-30.9
Saldo orçamental (% PIB)	-15.6	35.9	-13.9	120.3	41.9
Dívida externa (% PIB)	311.6	296.2	289.9	74.6	...

Fontes: BCSTP e FMI

No plano macroeconómico, os desenvolvimentos recentes em São Tomé e Príncipe caracterizam-se pela continuação de um elevado crescimento económico, tendo sido, a partir do segundo semestre de 2007, acompanhado por uma aceleração da taxa de inflação, reflectindo essencialmente a subida dos preços dos produtos alimentares e do petróleo. Alguma derrapagem relativamente aos valores orçamentados para as despesas públicas correntes, que apesar disso evidenciam uma contenção face aos valores do ano anterior, terá também dificultado o atenuar das pressões exercidas sobre o nível dos preços. Para 2008 prevê-se a manutenção do elevado crescimento económico e um ligeiro agravamento da taxa de inflação.

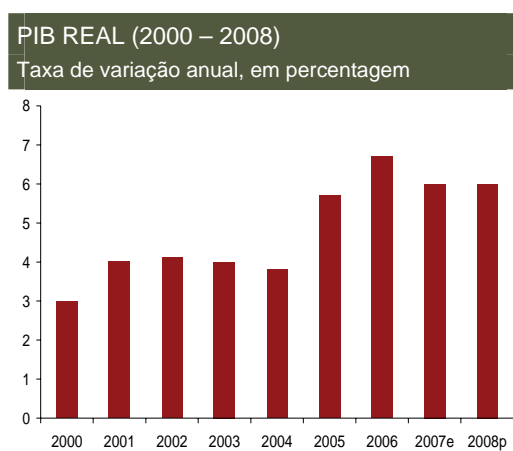
A economia santomense continua marcada por deficiências estruturais significativas, que se traduzem numa base produtiva e num sector exportador muito reduzidos e que estão na origem dos elevados desequilíbrios externos e dos problemas de estabilização económica. A produção de cacau, em tempos dominante, tem vindo a registar um declínio ao longo das últimas três décadas e o sector do turismo constitui uma fonte de receitas crescente mas reduzida devido à sua forte dependência de bens e serviços importados. Esta situação torna a economia extremamente dependente de ajuda externa e, mais recentemente, de rendimentos provenientes do petróleo. Assim, os principais desafios enfrentados pela economia de São Tomé e Príncipe consistem na

manutenção de sustentabilidade orçamental e no desenvolvimento da base produtiva e de exportações do país.

II.5.2. Procura, Produção e Preços

Não obstante alguma moderação em 2007, atribuída, em parte, à redução das despesas públicas, que ainda assim foram superiores ao orçamentado, o crescimento económico de São Tomé e Príncipe continua a evidenciar um ritmo elevado e sustentado, estimando-se que a taxa de crescimento do PIB em 2007 seja de 6%, nível que deverá permanecer também em 2008 (cf. Gráfico II.5.1). O crescimento económico ao longo da década em curso (em média 4.7% em termos reais) apresenta um contraste significativo com o das duas décadas anteriores, genericamente marcadas por um declínio gradual do rendimento *per capita*.

Gráfico II.5.1.



Fontes: BCSTP e FMI.

A aceleração do crescimento patente desde o início da década terá assentado largamente no dinamismo de sectores como a construção e diversas actividades de serviços (com destaque para o turismo) — em contraste com o declínio continuado de outros, mais tradicionais, como a produção de cacau, em tempos predominante. A mais recente expansão económica terá tido como factor impulsionador o investimento directo estrangeiro.

O crescimento económico é indispensável para assegurar a continuação da melhoria das condições sociais em São Tomé e Príncipe. Para tal é importante a estabilidade macroeconómica e reformas estruturais com vista à atracção do investimento directo estrangeiro e ao aumento e diversificação da base produtiva. Algumas reformas no sentido de remover os entraves ao maior crescimento económico estão a ser implementadas, ao abrigo do programa do FMI. Neste âmbito, estão contempladas várias iniciativas visando a remoção de alguns impedimentos regulamentares, o desenvolvimento do sector financeiro e a melhoria das infra-estruturas básicas. Com efeito, com o objectivo de atrair investimento privado, prevê-se uma alteração do enquadramento regulamentar no sentido de reduzir os custos administrativos associados ao início de negócios, a modernização dos códigos comerciais e a revisão da legislação laboral. No sector financeiro estão previstas medidas com o objectivo de melhorar a supervisão bancária, nomeadamente, através da melhoria das práticas de contabilidade e reporte por parte dos bancos, e da introdução de medidas contra o branqueamento de capitais.

Gráfico II.5.2.

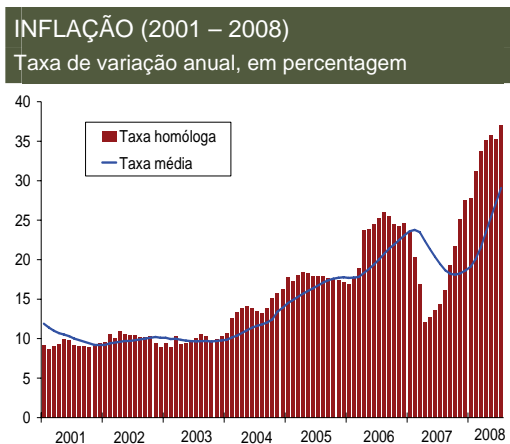
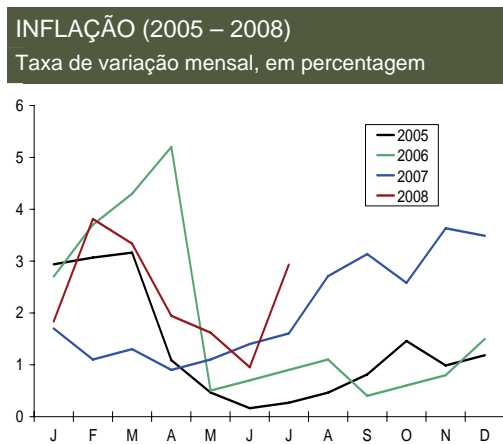


Gráfico II.5.3.



Em 2007 verificou-se algum progresso em termos de estabilização económica, tendo a taxa média de inflação conhecido uma redução para 18.6%, face a 23.1% no ano anterior. No entanto, este progresso conseguido na primeira metade do ano foi interrompido a partir do segundo semestre, tendo a taxa de inflação em termos homólogos acelerado para 27.6% em Dezembro e continuado a agravar-se durante 2008.

A intensificação da cadência inflacionista deveu-se essencialmente à subida dos preços dos bens alimentares (cujo peso no cabaz do consumidor ascende a 72%) e do petróleo. Importante para este comportamento foi também a evolução da política orçamental. Com efeito, a desaceleração da inflação durante o primeiro semestre de 2007 reflectiu os esforços de redução dos desequilíbrios orçamentais e de contenção salarial, enquanto que as subseqüentes derrapagens orçamentais contribuíram para dificultar o controlo da liquidez por parte do banco central e para as pressões observadas sobre o nível de preços e depreciação cambial. Importa contudo salientar que, excluindo os produtos alimentares e petrolíferos, a taxa de inflação homóloga registou uma diminuição de 20% em 2006 para 10% em 2007.

II.5.3. Contas Externas

O impacto da esperada actividade petrolífera faz-se já sentir de forma significativa na economia de São Tomé e Príncipe, apesar da relativa incerteza e do período alargado de transição até um eventual início da esperada exploração do petróleo (as estimativas mais recentes apontam o começo da extracção em 2014, caso se confirme a viabilidade comercial das áreas em prospecção). É o que se constata, de forma particularmente evidente, ao nível da balança de pagamentos, que desde 2005 se vem ressentindo do forte afluxo de capitais ligados à referida actividade (cf. Quadro II.5.2).

Este afluxo de capitais corresponde não só a bónus devidos pela assinatura de contratos de exploração de petróleo (em 2005 e 2007), mas também, a partir de 2006, a capitais privados, que contribuíram para que o IDE total tenha vindo, ao longo dos dois últimos anos, a registar valores mais significativos (respectivamente 42 e 24 milhões de USD em 2006 e 2007, prevendo-se 32 milhões em 2008), contrastando com os valores registados até então (5.4 milhões em 2005).

Quadro II.5.2.

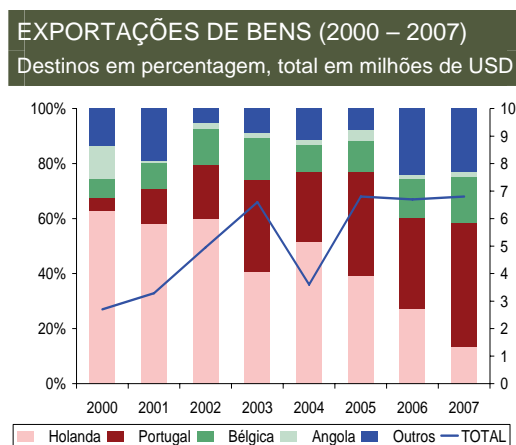
BALANÇA DE PAGAMENTOS					
Em percentagem do PIB					
	2004	2005	2006	2007	2008
				Est.	Proj.
Balança corrente	-13.6	-10.3	-41.3	-30.3	-30.9
Balança comercial	-29.9	-30.3	-50.2	-40.1	-41.8
Exportações	3.3	5.9	5.4	4.7	4.4
Importações	-33.2	-36.2	-55.6	-44.8	-46.2
Serviços e rendimentos	-6.9	-10.4	-17.3	-13.6	-10.9
dq: Receitas do turismo	11.8	6.3	5.4	2.3	3.8
Juros da Dívida	-2.9	-2.8	-3.1	-0.5	-0.1
Transferências Unilaterais	23.1	30.4	26.3	23.3	21.8
Bal. de capital e financeira	4.3	23.1	14.4	25.1	37.4
dq: IDE	3.2	5.4	33.7	16.6	20.3
Bónus petrolíferos	0.0	42.8	0.0	19.7	16.3
Transf. (Alívio da dívida)	0.0	0.0	0.0	112.2	28.4
Balança global	-10.1	28.3	-9.0	8.0	10.8

Fontes: BCSTP e FMI

Os referidos afluxos de capitais e a maior procura decorrente do maior investimento directo estrangeiro têm-se traduzido num aumento considerável das importações, e na consequente deterioração da balança corrente.

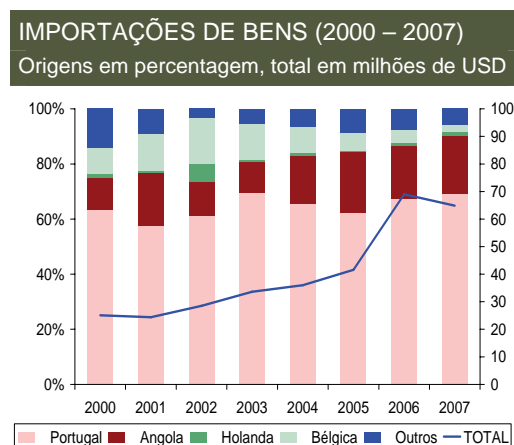
As exportações de mercadorias têm registado uma evolução ligeiramente positiva ao longo dos últimos anos, sendo no entanto o seu contributo, em termos de balança de pagamentos, muito inferior ao dos serviços (sobretudo turismo). Contrastando com o declínio dos últimos anos, as exportações de cacau registaram um aumento em 2007 (3.5 milhões de USD face a 2.5 milhões em 2006), prevendo-se um valor de 3.2 milhões de USD para 2008. Em termos geográficos, verificou-se um reforço da posição de Portugal quer enquanto principal fornecedor (cf. Gráfico II.5.5), quer como principal destino das exportações de mercadorias de São Tomé e Príncipe (cf. Gráfico II.5.4).

Gráfico II.5.4.



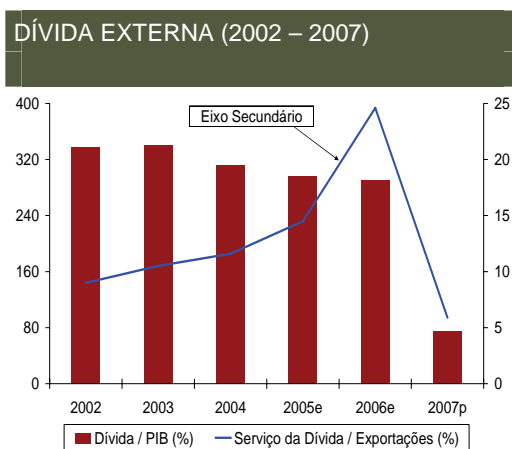
Fontes: BCSTP e FMI.

Gráfico II.5.5.



Um aspecto que sobressai na balança de capital e operações financeiras diz respeito às transferências de capitais relativas ao alívio da dívida (importa notar que estas operações são actualmente contabilizadas, pelo FMI, como uma operação de capital, e não como uma transferência, o que teria impacto sobre o saldo corrente). Foi, de facto, muito relevante para São Tomé e Príncipe a confirmação, anunciada em Março último, de que o país cumpriu todos os requisitos (*triggers*) necessários para atingir o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC, podendo assim beneficiar plenamente do alívio da dívida ao abrigo desta última e da MDRI. Assumido como um objectivo crucial de política económica pelas sucessivas autoridades santomenses desde há pelo menos uma década, este alívio deverá permitir uma normalização das relações com os credores. No entanto, importa considerar que a sustentabilidade da dívida externa – a qual ascende actualmente a cerca de 75% do PIB – permanece ainda um desafio importante para São Tomé e Príncipe (cf. Gráfico II.5.6).

Gráfico II.5.6.



II.5.4. Finanças Públicas

A execução da política orçamental em 2007 caracterizou-se por uma maior contenção face a anos anteriores, o que, no entanto, não evitou alguma derrapagem ao nível das despesas correntes face aos valores orçamentados. Em virtude dos desenvolvimentos no mercado de trabalho, as negociações com os sindicatos foram adiadas até Julho de 2007 e levaram a um aumento generalizado dos salários de 30% no segundo semestre do ano. Assim, os custos com o pessoal registaram um valor de 8.9% do PIB, superior aos 8.7% observados em 2006. Para além deste facto, verificou-se também uma redução das receitas correntes, principalmente no que respeita a receitas tributárias. Estes desenvolvimentos foram mais do que compensados por cortes em outras despesas correntes (com excepção da rubrica despesas com o pessoal) e, em particular, nas despesas de investimento cujo peso no PIB se reduziu de 20% em 2006, para 11.6% em 2007 (cf. Quadro II.5.3).

Deste modo, o saldo primário interno (que exclui todas as rubricas relacionadas com capitais externos e tem relevo especial no contexto do programa de ajustamento) acabaria por evoluir favoravelmente, passando de -8.6% em 2006 para -8.1% em 2007. Este resultado beneficiou também da introdução, durante o ano em análise, de algumas medidas correctivas que abrangeram desde a actualização dos preços dos alimentos e combustíveis (reduzindo a despesa com os respectivos subsídios) até à reforma dos mecanismos de gestão financeira.

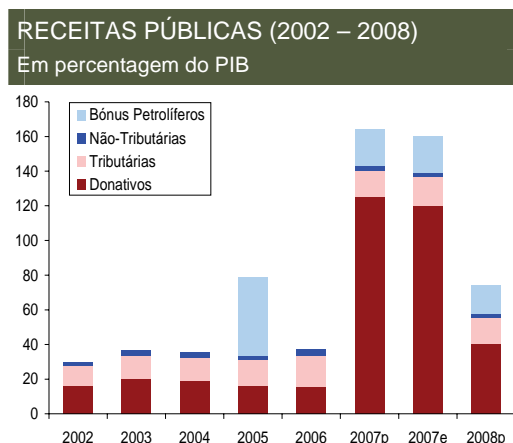
Quadro II.5.3.

FINANÇAS PÚBLICAS					
Em percentagem do PIB					
	2004	2005	2006	2007	2008
				Est.	Proj.
Receitas totais	35.5	78.6	37.1	160.3	73.9
Receitas correntes	16.6	16.7	21.1	19.1	17.1
Donativos	18.8	16.5	16.0	120.1	40.4
Bónus petrolíferos	0.0	45.3	0.0	21.1	16.4
Despesas totais	51.0	42.7	51.0	40.0	32.0
dq: Despesas c/ pessoal	7.0	8.3	8.7	8.9	8.6
Juros da dívida externa	2.8	2.6	3.4	1.3	1.3
Investimento	21.9	15.0	20.0	11.6	10.1
Saldo Orç. (base comprom.)	-15.6	35.9	-13.9	120.3	41.9

Fontes: BCSTP e FMI

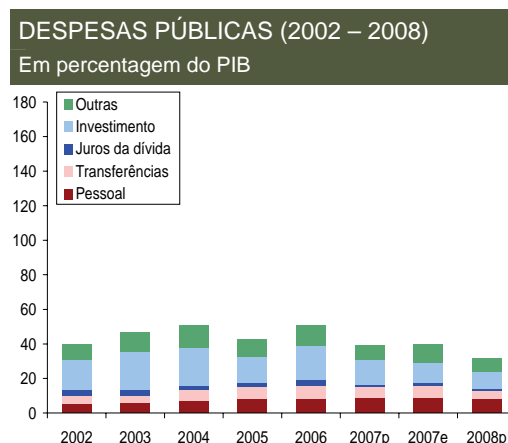
O desempenho dos donativos associados a iniciativas de alívio da dívida foi o factor mais marcante, também ao nível das finanças públicas (cf. Gráfico II.5.7). Este facto permitiu um saldo orçamental global excedentário equivalente a 120.3% do PIB. Para 2008 prevê-se também a manutenção de um excedente orçamental, correspondente a 41.9% do PIB.

Gráfico II.5.7.



Fontes: BCSTP e FMI.

Gráfico II.5.8.



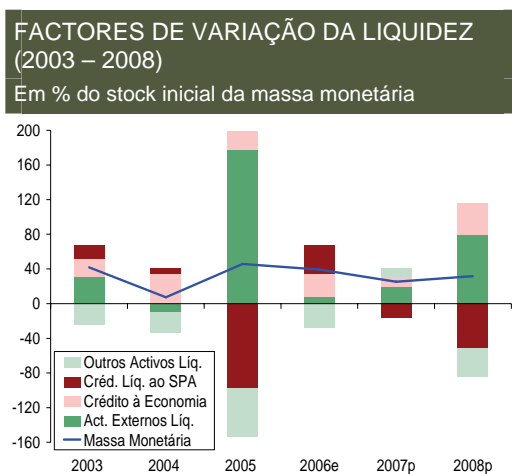
Um aspecto a realçar na evolução estrutural das despesas correntes ao longo dos últimos anos diz respeito ao crescimento das despesas com o pessoal, tanto em valores absolutos como em termos do seu peso relativo nas despesas públicas (cf. gráfico II.5.8). De salientar que este peso relativo registaria ainda um maior aumento caso alguns benefícios salariais, contabilizados na rubrica outras despesas, fossem incluídos nas despesas com o pessoal. O financiamento destes benefícios sociais tem sido feito, sobretudo nos anos mais recentes, com fundos provenientes dos bónus de assinatura de contratos petrolíferos, o que se traduz num aumento dos salários reais. Neste contexto, a sua contenção constitui um factor importante para a sustentabilidade das contas orçamentais.

II.5.5. Situação Monetária e Cambial

A condução da política monetária em São Tomé e Príncipe tem sido afectada, desde 2005, pela dificuldade em gerir o impacto, directo e indirecto, dos volumosos afluxos de capitais externos, associados principalmente à actividade petrolífera. Insuficientemente esterilizadas. Nos últimos anos essas entradas de capitais tenderam a repercutir-se sobre a liquidez, impulsionando assim pressões sobre os preços.

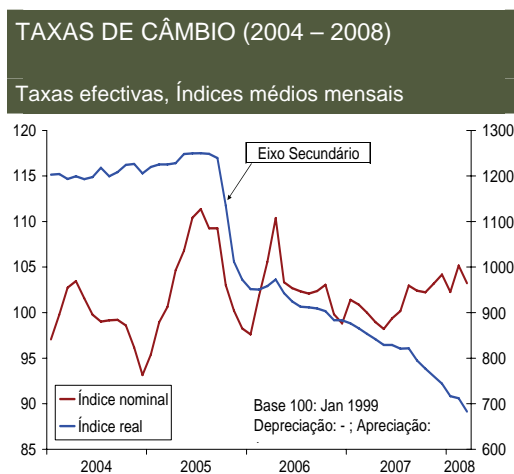
Durante 2007 o Banco Central de São Tomé e Príncipe intensificou os seus esforços de controlo de liquidez através da esterilização de entradas de capitais relacionadas com a actividade petrolífera e com o alívio da dívida. Na sequência destas medidas, o crescimento anual da base monetária reduziu-se para 25% em meados de 2007 face a um crescimento de cerca de 40% no mesmo período do ano anterior (cf. Gráfico II.5.9). Os efeitos dessas medidas de contenção contribuíram para o abrandamento da tendência inflacionária durante o primeiro semestre do ano, não tendo sido, no entanto suficientes para evitar a depreciação da dobra e o posterior agravamento das pressões sobre os preços (cf. Gráfico II.5.10). Para 2008 prevê-se de novo um maior aumento da base monetária (31.7%).

Gráfico II.5.9.



Fontes: BCSTP e FMI.

Gráfico II.5.10.



Num contexto em que a eficácia da política monetária se encontra limitada pelo elevado grau de euroização informal, a contenção de liquidez revela-se apropriada para São Tomé e Príncipe. Com efeito, a rápida expansão monetária tem sido responsável pelo aumento do peso de depósitos em moeda estrangeira no total da massa monetária e também pela depreciação cambial. A desvalorização da moeda, devido à estreita base produtiva de São Tomé e Príncipe e à forte dependência externa do país, é susceptível de ter um efeito de repercussão elevado sobre o nível de preços domésticos.

Quadro A.II.5.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2002 - 2008

	UNIDADES	2002	2003	2004	2005	2006	2007 Est.	2008 Proj.
PRODUTO E PREÇOS								
PIB nominal	mil milhões de Dóbras	820.0	882.0	1 074.7	1 238.9	1 536.0	1 959.0	2 409.0
	milhões de USD	90.2	94.4	108.5	115.0	124.0	145.0	160.0
PIB real	taxa var. anual	4.1	4.0	3.8	5.7	6.7	6.0	6.0
Inflação (Índice de Preços no Consumidor)	t. v. homóloga anual	8.9	10.3	16.3	17.2	24.7	27.6	13.0
	t. v. média anual	10.1	9.8	13.9	17.8	23.1	18.6	19.4
FINANÇAS PÚBLICAS								
Receitas totais	percentagem do PIB	30.0	36.4	35.5	78.6	37.1	160.3	73.9
Receitas correntes	percentagem do PIB	13.8	16.1	16.6	16.7	21.1	19.1	17.1
Donativos	percentagem do PIB	16.1	20.4	18.8	16.5	16.0	120.1	40.4
dos quais: Alívio da Dívida	percentagem do PIB	2.7	4.0	3.4	2.8	3.1	110.5	28.5
Bónus petrolíferos	percentagem do PIB	0.0	0.0	0.0	45.3	0.0	21.1	16.4
Despesas totais	percentagem do PIB	39.7	47.1	51.0	42.7	51.0	40.0	32.0
Despesas correntes	percentagem do PIB	19.1	20.8	27.2	25.4	28.7	25.8	19.2
Despesas de investimento	percentagem do PIB	17.1	22.4	21.9	15.0	20.0	11.6	10.1
Despesas sociais associadas à HIPC	percentagem do PIB	2.7	3.8	2.8	2.3	2.3	2.6	2.7
Saldo primário interno ¹	percentagem do PIB	-10.3	-8.6	-8.1	-5.2
Saldo global (base compromissos)	percentagem do PIB	-9.8	-10.7	-15.6	35.9	-13.9	120.3	41.9
Saldo global (base compromissos) sem donativos	percentagem do PIB	-25.9	-31.0	-34.4	19.4	-29.9	0.2	1.5
Saldo global (base caixa)	percentagem do PIB	-3.8	-7.4	-11.8	25.0	-12.5	120.6	41.9
MOEDA E CRÉDITO								
Crédito líquido ao SPA ²	taxa var. anual	-4.5	282.9	85.9	-812.6	54.7	-85.0	-180.4
Crédito ao sector privado	taxa var. anual	74.8	96.6	116.1	35.5	47.6	20.9	64.2
Massa monetária	taxa var. anual	27.0	41.9	7.3	45.9	39.3	25.2	31.7
Taxa de juro de referência do BCSTP	taxa anual	15.5	14.5	14.5	18.2	28.0	28.0	28.0
BALANÇA DE PAGAMENTOS								
Balança comercial	percentagem do PIB	-26.1	-28.6	-29.9	-30.3	-50.2	-40.1	-41.8
Exportações f.o.b.	taxa var. anual	50.9	33.2	-45.5	88.9	-1.5	1.5	2.9
Importações f.o.b.	taxa var. anual	16.8	17.9	7.1	15.6	65.9	-5.9	13.9
Serviços e rendimentos (líquidos)	percentagem do PIB	-6.9	-8.9	-6.9	-10.4	-17.3	-13.6	-10.9
Transferências correntes (líquidas)	percentagem do PIB	18.3	23.2	23.1	30.4	26.3	23.3	21.8
Balança corrente (excl. transferências oficiais)	percentagem do PIB	-32.1	-35.6	-34.8	-39.4	-66.3	-52.3	0.0
Balança corrente (incl. transferências oficiais)	percentagem do PIB	-14.7	-14.3	-13.6	-10.3	-41.3	-30.3	-30.9
Bal. de capital e financeira (médio/longo prazo)	percentagem do PIB	-1.1	0.8	4.3	23.1	14.4	25.1	37.4
Balança global	percentagem do PIB	-2.9	2.0	-10.1	28.3	-9.0	8.0	10.8
DÍVIDA EXTERNA								
Dívida externa total ³	milhões de USD	304.0	321.0	338.2	340.6	359.5	108.2	...
	percentagem do PIB	336.9	340.2	311.6	296.2	289.9	74.6	...
Serviço da dívida externa ³								
Antes do alívio da dívida	perc. das exportações	47.8	50.2	52.5	75.6	69.1	1 626.4	...
Depois do alívio da dívida	perc. das exportações	9.0	10.5	11.6	14.5	24.6	5.9	...
TAXAS DE CÂMBIO⁴								
Taxa nominal STD/Euro (mercado oficial)	taxa média anual	8 586	10 568	12 306	13 070	15 630	18 652	23 285
Taxa nominal STD/USD (mercado oficial)	taxa média anual	9 088	9 348	9 902	10 519	12 445	13 537	14 750
ITCE nominal [apreciação: +]	taxa média anual	735.5	1 154.1	1 206.2	1 188.0	925.4	817.9	682.8
ITCE real [apreciação: +]	taxa média anual	122.0	106.7	99.1	104.0	102.5	101.2	103.2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Exclui receitas petrolíferas, donativos, juros recebidos e despesas de investimento com financiamento externo.

² O valor de 2005 inclui a Conta Nacional do Petróleo.

³ Inclui impacto do alívio da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC e da MDRI (Completion Point em Março de 2007).

⁴ Os dados relativos a 2008 referem-se ao mês de Março

Quadro A.II.5.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008 ¹

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006	2007 Proj.	2008 Proj.
Sector Primário	...	20.3	23.1	18.1
Agricultura	...	13.7	16.5	11.3
Pesca	...	6.6	6.6	6.8
Sector Secundário	...	18.0	22.2	22.9
Indústria e energia	...	8.2	8.8	8.5
Construção	...	9.8	13.4	14.4
Sector Terciário	...	54.4	48.1	53.1
Comércio e transporte	...	35.4	31.3	35.1
Administração pública	...	6.1	4.9	4.9
Instituições financeiras	...	2.3	2.2	2.1
Outros serviços	...	10.6	9.7	11.0
Impostos indirectos	...	7.3	6.5	5.9
PIB	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Consumo	117.8	119.0	122.1	126.2	125.6	122.2	...
Consumo privado	80.6	75.2	68.9
Consumo público	37.2	43.8	53.2
Investimento bruto	32.7	36.1	35.2	34.1	63.8	64.0	...
Investimento privado	18.0	16.0	15.1	20.7	49.4	50.3	...
do qual: Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	5.6	23.8	20.8	...
Investimento público	14.7	20.1	20.1	13.4	14.4	13.7	...
Procura interna	150.5	155.1	157.3	160.3	189.4	186.2	...
Exportações de bens e serviços	21.6	21.9	18.6	13.9	13.1	7.6	...
Procura global	172.1	177.0	175.9	174.2	202.5	193.8	...
Importações de bens e serviços	51.5	56.6	52.6	53.0	82.7	65.5	...
<i>Por memória:</i>							
Produto Interno Bruto (tx. de variação real anual)	4.1	4.0	3.8	5.7	6.7	6.0	6.0
PIB nominal (mil milhões de Dobras; preços correntes)	820	882	1 075	1 239	1 536	1 959	2 409
PIB nominal (milhões de USD; preços correntes)	90.2	94.4	108.5	115.0	124.0	145.0	160.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Nova série das Contas Nacionais, em fase de conclusão, com base no censo de 2001 (valores anuais do PIB pós-2001 superiores às anteriores estimativas em 56-68%).

Quadro A.II.5.3.
ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 1998 - 2008

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [2]	Var. homóloga [3]	Var. média [4]
1998	Dezembro	...	20.9	20.9	50.5
1999	Dezembro	...	12.6	12.6	12.7
2000	Dezembro	...	9.6	9.6	12.2
2001	Dezembro	...	9.4	9.4	9.2
2002	Dezembro	...	8.9	8.9	10.1
2003	Dezembro	...	10.3	10.3	9.8
2004	Dezembro	...	16.3	16.3	13.9
2005	Dezembro	...	17.2	17.2	17.8
2006	Dezembro	...	24.7	24.7	23.1
2007	Dezembro	...	27.6	27.6	18.6
2005	Janeiro	2.9	2.9	17.8	14.5
	Fevereiro	3.1	6.1	17.3	14.9
	Março	3.2	9.4	18.0	15.3
	Abril	1.1	10.6	18.4	15.7
	Mai	0.5	11.2	18.3	16.0
	Junho	0.2	11.3	17.9	16.4
	Julho	0.3	11.6	17.9	16.7
	Agosto	0.5	12.1	17.9	17.1
	Setembro	0.8	13.1	17.6	17.4
	Outubro	1.5	14.7	17.6	17.6
	Novembro	1.0	15.8	17.3	17.7
	Dezembro	1.2	17.2	17.2	17.8
2006	Janeiro	2.7	2.7	16.9	17.7
	Fevereiro	3.7	6.5	17.7	17.7
	Março	4.3	11.1	19.0	17.8
	Abril	5.2	16.9	23.8	18.3
	Mai	0.5	17.4	23.8	18.8
	Junho	0.7	18.3	24.5	19.4
	Julho	0.9	19.3	25.3	20.0
	Agosto	1.1	20.6	26.1	20.7
	Setembro	0.4	21.1	25.6	21.4
	Outubro	0.6	21.8	24.5	22.0
	Novembro	0.8	22.8	24.3	22.5
	Dezembro	1.5	24.7	24.7	23.1
2007	Janeiro	1.7	1.7	23.5	23.6
	Fevereiro	1.1	2.8	20.4	23.8
	Março	1.3	4.2	16.9	23.5
	Abril	0.9	5.1	12.1	22.4
	Mai	1.1	6.2	12.8	21.3
	Junho	1.4	7.7	13.6	20.4
	Julho	1.6	9.5	14.4	19.5
	Agosto	2.7	12.4	16.2	18.7
	Setembro	3.1	16.0	19.3	18.2
	Outubro	2.6	18.9	21.7	18.1
	Novembro	3.6	23.3	25.1	18.3
	Dezembro	3.5	27.6	27.6	18.6
2008	Janeiro	1.8	1.8	27.7	19.1
	Fevereiro	3.8	5.7	31.2	20.1
	Março	3.3	9.2	33.8	21.5
	Abril	1.9	11.4	35.1	23.5
	Mai	1.6	13.2	35.8	25.4
	Junho	1.0	14.2	35.3	27.2
	Julho	2.9	17.6	37.0	29.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

[1] mês n / mês n-1; [2] mês n / Dez. anterior; [3] mês n / mês n do ano anterior; [4] últimos 12 meses / 12 meses anteriores.

Quadro A.II.5.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2002 - 2008							
Em milhões de USD							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007 Est.	2008 Proj.
1. Balança Corrente	-13.2	-13.5	-14.8	-11.8	-51.2	-44.0	-49.5
<i>Idem, excluindo transferências oficiais</i>	-28.9	-33.6	-37.8	-45.3	-82.2	-75.8	
Balança comercial	-23.5	-27.0	-32.4	-34.8	-62.3	-58.1	-66.9
Exportações (f.o.b.)	5.0	6.6	3.6	6.8	6.7	6.8	7.0
das quais: Cacau	4.6	6.1	3.2	3.0	2.5	3.5	3.2
Importações (f.o.b.)	-28.5	-33.6	-36.0	-41.6	-69.0	-64.9	-73.9
das quais: Bens alimentares	-9.2	-12.0	-12.2	-14.8	-17.0	-17.6	-19.3
Bens de investimento	-13.6	-13.4	-11.6	-12.7
Combustíveis	-4.3	-4.7	-7.8	-9.8	-15.0	-14.6	-18.1
Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança de serviços e rendimentos	-6.2	-8.4	-7.5	-12.0	-21.5	-19.7	-17.4
Balança de serviços	-3.4	-5.6	-4.4	-10.0	-23.9	-25.8	-24.9
Exportações de serviços	14.5	14.1	16.6	9.2	9.5	4.2	7.0
das quais: Turismo	10.4	10.6	12.8	7.3	6.7	3.3	6.0
Importações de serviços	-17.9	-19.7	-21.0	-19.2	-33.4	-30.0	-31.9
das quais: Fretes e seguros	-6.1	-8.4	-9.0	-10.4
Assistência técnica	-7.5	-6.0	-6.7	-6.6
Sector petrolífero	0.0	0.0	0.0	0.0
Balança de rendimentos (líquida)	-2.8	-2.8	-3.1	-2.0	2.4	6.1	7.5
dos quais: Juros da dívida	-2.8	-2.8	-3.1	-3.2	-3.8	-0.7	-0.2
Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	0.2	0.9	0.7	1.5
Transferências unilaterais	16.5	21.9	25.1	35.0	32.6	33.8	34.8
Transferências privadas (liq.)	0.8	1.8	2.1	1.5	1.6	2.0	2.2
Transferências oficiais (liq.)	15.7	20.1	23.0	33.5	31.0	31.8	32.6
das quais: Projectos de invest. público	12.1	15.2	14.9	25.3	25.5	28.4	25.4
2. Balança de Capital e Operações Financeiras	10.6	15.4	3.8	46.3	46.3	47.2	66.8
Capitais de médio / longo prazo (liq.)	-1.0	0.8	4.7	26.6	17.8	36.4	59.9
dos quais: Transferências de capital ¹	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	162.7	45.4
Investim. directo estrang. (liq.)	3.6	3.4	3.5	6.2	41.8	24.0	32.5
Bónus assinat. contr. petrolíferos	0.0	0.0	0.0	49.2	0.0	28.6	26.1
Amortizações da dívida ¹	-6.5	-7.6	-7.5	-8.9	-7.4	-178.2	-46.3
Capitais de curto prazo (inclui erros e omissões)	11.6	14.6	-0.9	16.6	4.9	19.5	6.9
3. Balança Global (1+2)	-2.6	1.9	-11.0	32.5	-11.2	11.6	17.3
4. Financiamento	2.5	-1.9	11.0	-32.5	11.2	-11.6	-17.3
Variação de reservas internac. líquidas [aumento: -]	-2.4	-5.9	6.0	-8.6	-6.6	-4.7	6.1
Uso de recursos do FMI - incl. PRGF (liq.)	0.0	0.0	0.0	0.5	1.2	-0.8	0.7
Conta Nacional do Petróleo [aumento: -]	0.0	0.0	0.0	-23.3	14.9	-6.3	-24.6
Atrasados méd./longo prazo (liq.) [redução: -]	4.9	4.0	5.0	-14.6	1.7	-10.2	0.0
Alívio de dívida (HIPC bilateral)	...	0.0	0.0	13.5	0.0	10.4	0.5
<i>Por memória:</i>							
Saldo da Balança Corrente em % do PIB	-14.7	-14.3	-13.6	-10.3	-41.3	-30.2	-31.0

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional

¹ Inclui alívio da dívida, ao abrigo da Iniciativa HIPC e da MDRI, em 2007.

Quadro A.II.5.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 1998 - 2007											
Em percentagem do total											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
										Est.	Est.
Angola	2.1	1.8	11.8	0.5	2.1	1.7	1.8	4.1	1.1	1.8	2.5
Bélgica	6.3	1.0	7.0	9.7	13.1	15.1	9.5	11.0	14.3	16.8	10.8
Holanda	61.1	87.6	62.9	58.1	60.0	40.7	51.7	39.1	27.1	13.3	49.7
Portugal	27.4	8.7	4.6	12.7	19.6	33.5	25.5	38.0	33.3	45.1	25.9
Outros	3.1	0.9	13.7	19.0	5.2	9.0	11.5	7.7	24.2	23.0	11.1
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 1998 - 2007											
Em percentagem do total											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	1998 a 2007
										Est.	Est.
Angola	13.3	7.6	9.0	15.6	11.2	10.3	16.0	20.3	18.3	20.1	15.8
Bélgica	8.6	7.2	7.2	11.0	14.8	11.9	8.8	6.1	4.6	2.3	7.2
China ¹	0.1	0.0	0.7	0.1	0.2	0.3	1.7	0.5
França	0.0	3.4	7.9	6.2	0.8	3.1	0.5	0.3	1.1	0.3	1.8
Gabão	2.9	1.9	3.2	4.2	3.0	3.1	1.4	0.6	3.5	2.2	2.5
Holanda	4.8	0.4	1.4	0.9	5.7	0.5	1.0	0.3	0.8	1.4	1.4
Japão	10.5	48.5	10.1	6.8	7.0	3.4	6.0	7.4	0.7	0.2	6.7
Portugal	48.1	26.1	50.0	47.8	54.6	62.3	60.4	57.1	63.6	66.2	57.5
Outros	11.9	4.9	11.2	7.5	2.9	4.7	5.8	7.7	7.1	5.6	5.5
Importações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Última coluna (média) relativa ao período 2001 a 2007.

Quadro A.II.5.7.

DÍVIDA EXTERNA, 2002 - 2007						
Em milhões de USD						
	2002	2003	2004	2005	2006	2007
				Est.	Est.	Proj.
Dívida Externa de médio e longo prazo ¹	299.0	311.0	322.2	324.6
da qual: em atraso	49.2	53.1	58.1	43.5
Dívida para com credores multilaterais	178.2	189.5	201.6	200.2
da qual: em atraso	0.0	0.0	0.0	0.0
<i>Banco Mundial</i>	66.9	70.8	76.3	72.1
<i>Grupo Banco Africano de Desenvolv. ²</i>	90.3	94.6	100.5	99.8
<i>BADEA</i>	8.6	11.8	11.2	10.6
<i>Outros</i>	12.4	12.3	13.6	17.7
Dívida para com credores bilaterais oficiais	120.8	121.5	120.6	124.4
da qual: em atraso	49.2	53.1	58.1	43.5
Alemanha	13.3	13.3	13.3	5.1
Angola	21.4	21.4	21.4	22.3
França	5.4	6.0	6.1	7.1
Portugal	26.8	24.9	23.0	34.0
Rússia	10.9	10.9	10.9	3.4
Outros	43.0	45.0	45.9	52.5
Dívida Externa de curto prazo ³	5.0	10.0	16.0	16.0
para com: Nigéria	5.0	10.0	15.0	15.0
Angola	0.0	0.0	1.0	1.0
Dívida Externa total	304.0	321.0	338.2	340.6	359.5	108.2
da qual: atrasados	49.2	53.1	58.1	43.5	...	0.0
Serviço da dívida de médio e longo prazo	9.3	10.4	10.6	12.1	11.2	178.9
Juros	2.8	2.8	3.1	3.2	3.8	0.7
Amortização	6.5	7.6	7.5	8.9	7.4	178.2
"Cash settlements" ⁵	0.0	0.0	0.0	14.6	0.0	0.0
	<i>(em percentagem da exportação de bens e serviços não-factoriais)</i>					
Serviço da dívida externa						
Antes do alívio da dívida	47.8	50.2	52.5	75.6	69.1	1626.4
Depois do alívio da dívida	9.0	10.5	11.6	14.5	24.6	5.9
	<i>(em percentagem do PIB)</i>					
Dívida Externa total (valor nominal)	336.9	340.2	311.6	296.2	289.9	74.6
Dívida Externa total (VLA)				129.8	116.2	7.4

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Dívida com maturidade superior a 1 ano.

² Inclui o Fundo para o Desenvolvimento Africano.

³ Dívida com maturidade inferior a 1 ano.

⁴ Reescalamento de dívida corrente e de atrasados, refinanciamento e perdão de dívida (incluindo alívio intercalar no quadro da Iniciativa HIPC).

⁵ Incluindo redução de atrasados.

Quadro A.II.5.8.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2002 - 2008

Em percentagem do PIB

	2002	2003	2004	2005	2006	2007		2008 Proj.
						Orç.	Est.	
1. Receitas Totais (incluindo donativos)	30.0	36.4	35.5	78.6	37.1	164.1	160.3	73.9
Receitas correntes	13.8	16.1	16.6	16.7	21.1	17.9	19.1	17.1
Receitas tributárias	11.6	12.9	13.7	14.5	17.4	15.1	16.3	15.3
Receitas não - tributárias	2.2	3.1	2.9	2.2	3.7	2.8	2.8	1.8
Donativos	16.1	20.4	18.8	16.5	16.0	125.1	120.1	40.4
Donativos para projectos	13.4	16.1	13.6	12.3	12.8	11.3	8.6	8.4
Donativos não afectos a projectos	0.1	0.3	1.9	1.4	0.1	0.8	1.1	3.5
Donativos associados a inic. de alívio da dívida dos quais: Iniciativa HIPC	2.7	4.0	3.4	2.8	3.1	113.0	110.5	28.5
MDRI	2.7	4.0	3.4	2.8	3.1	113.0	110.5	28.5
Bonus de assinatura de contratos petrolíferos	0.0	0.0	0.0	...	0.0	0.0	0.0	0.0
Bonus de assinatura de contratos petrolíferos	0.0	0.0	0.0	45.3	0.0	21.1	21.1	16.4
2. Despesas Totais	39.7	47.1	51.0	42.7	51.0	39.1	40.0	32.0
Despesas correntes	19.1	20.8	27.2	25.4	28.7	22.0	25.8	19.2
Despesas com o pessoal	5.3	6.2	7.0	8.3	8.7	9.0	8.9	8.6
Bens e serviços	3.3	5.0	8.9	5.3	5.9	3.8	5.7	4.0
Transferências	5.0	4.1	6.1	6.7	7.0	6.0	7.2	4.1
Juros da dívida pública								
Externa	3.2	3.0	2.8	2.6	3.4	1.5	1.3	1.3
Interna	0.0	0.1	0.3	0.0
Outras despesas	2.4	2.5	2.3	2.3	3.4	1.7
Despesas de investimento	17.1	22.4	21.9	15.0	20.0	14.1	11.6	10.1
Com financiamento interno	1.5	4.3	4.7	1.7	3.3	1.5	1.1	1.8
Com financiamento externo	15.6	18.1	17.2	13.4	16.7	12.7	10.4	8.3
Despesas sociais relacionadas com a HIPC	2.7	3.8	2.8	2.3	2.3	3.0	2.6	2.7
Despesas c/ reestruturação da admin. pública	0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Empréstimos Líquidos	0.0	0.0	-0.8	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
3. Saldo Global (base de compromissos) [1-2]	-9.8	-10.7	-15.6	35.9	-13.9	125.0	120.3	41.9
4. Variação de Atrasados [redução: -]	6.0	3.2	3.8	-10.8	1.4	0.0	0.3	0.0
Variação de atrasados externos (juros)	1.8	1.1	1.3	-4.2	1.4	0.0	0.0	0.0
Variação de atrasados internos	4.1	2.1	2.5	-6.6	0.0	0.0	0.3	0.0
5. Erros e Omissões	0.0	0.0	0.0	-0.1	0.0	0.0	0.0	0.0
6. Saldo Global (base de caixa) [3+4+5]	-3.8	-7.4	-11.8	25.0	-12.5	125.0	120.6	41.9
7. Financiamento	3.8	7.4	11.8	-25.0	12.5	-125.0	-120.6	-41.9
Financiamento interno	-0.2	1.8	2.5	-22.1	10.5	-5.1	-2.6	-15.5
Crédito bancário (líquido)	0.0	3.4	1.5	-1.1	-1.5	0.3	1.6	-1.0
Financiamento não bancário	-0.2	-1.6	1.0	0.2	0.0	0.0	-0.3	0.0
Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	-21.2	12.0	-5.3	-3.9	-14.5
Financiamento externo	0.4	2.8	6.0	-6.5	2.0	-121.1	-118.0	-26.5
Desembolsos (projectos)	2.2	2.0	3.6	1.0	6.4	1.3	1.9	1.2
Financiamento de programas (empréstimos)	0.0	3.5	4.7	0.0	1.6	1.4	2.4	1.3
Empréstimos de curto prazo	5.5	5.3	4.6	0.0	0.0	-10.3	-10.2	0.0
Amortização da dívida (médio e longo prazo)	-7.2	-8.0	-6.8	-7.5	-6.0	-113.5	-112.3	-29.2
Variação de atrasados (capital)	3.6	2.8	3.2	-8.2	0.0	-7.1	-7.0	0.0
Rescalonamento bilateral	0.0	0.0	0.0	11.9	0.0	8.4	7.1	0.3
<i>Por memória:</i>								
Saldo global sem Donativos	-25.9	-31.0	-34.4	19.4	-29.9	-0.1	0.2	1.5
Saldo primário interno	-10.3	-8.6	-7.0	-8.1	-5.2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Exclui receitas petrolíferas, donativos, juros recebidos, juros a pagar e despesas de investimento com financiamento externo.

Quadro A.II.5.9.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2008

Em milhares de milhões de Dobras

	2002	2003	2004	2005	2006	2007 Proj.	2008 Proj.
Activos Líquidos sobre o Exterior	264.8	324.7	297.8	825.0	860.0	975.8	1572.1
Banco Central	194.3	235.1	189.3	597.9	619.6	708.7	1242.6
Reservas Internacionais líquidas	159.5	215.0	169.2	577.0	528.7	656.4	1119.8
Reservas brutas	159.5	240.6	197.1	595.2	557.2	688.0	1154.6
das quais: Conta Nacional do Petróleo	0.0	0.0	0.0	276.1	111.1	232.4	624.2
Responsabilidades de curto prazo	0.0	-25.6	-27.9	-18.2	-28.5	-31.6	-34.8
Outros activos externos (líquidos)	34.8	20.1	20.1	20.9	90.9	52.3	-66.9
Bancos Comerciais	70.5	89.6	108.5	227.1	240.4	267.1	329.5
Activos Internos (líquidos)	-70.1	-48.5	-1.3	-392.5	-257.5	-221.4	-578.4
Crédito Interno (líquido)	31.1	101.0	212.5	-14.9	238.2	214.0	103.5
Crédito líquido ao SPA	-10.5	19.2	35.7	-254.4	-115.3	-213.3	-598.1
Crédito concedido (bruto)	59.2	63.1	83.6	87.8	105.6	105.7	122.9
Depósitos do SPA	-69.7	-43.9	-47.9	-342.2	-220.9	-319.0	-721.0
Depósitos orçamentais	-8.1	-18.5	-19.2	-22.0	-40.9	-26.5	-13.3
Fundos de contrapartida	-14.5	-13.6	-18.4	-22.6	-22.6	-22.6	-8.2
Outros depósitos públicos	-47.1	-11.8	-10.3	-297.6	-157.4	-269.9	-699.5
dos quais: Conta Nac. do Petróleo	0.0	0.0	0.0	-276.1	-111.1	-232.4	-624.2
Crédito à economia	41.6	81.8	176.8	239.5	353.5	427.3	701.5
Outros Activos Internos (líquidos)	-101.2	-149.5	-213.8	-377.6	-495.7	-435.4	-681.9
Massa Monetária (M3)	194.7	276.2	296.5	432.5	602.5	754.4	993.7
Massa Monetária em moeda nacional	116.2	158.3	175.8	198.5	253.3	325.0	378.6
Moeda (M1)	104.0	147.1	159.3	180.3	225.5	293.7	345.8
Circulação monetária	39.4	56.4	60.0	72.5	92.3	109.6	133.3
Depósitos à ordem em moeda nacional	64.6	90.7	99.3	107.8	133.2	184.1	212.5
Depósitos a prazo em moeda nacional	12.2	11.2	16.5	18.2	27.8	31.3	32.8
Depósitos em moeda estrangeira	78.5	117.9	120.7	234.0	349.2	429.4	615.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.II.5.10.

TAXAS DE JURO, 2002 - 2008

Taxas anuais

	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	2005 Dez	2006 Dez	2007 Dez	2008 Abril
Taxa dos depósitos a 1 ano (em %, no final do período)	15.0	10.3	10.3	12.8	11.3	12.8	...
Taxa do crédito a 1 ano (em %, no final do período)	36.0	30.5	30.5	32.5	28.7	32.4	...
Taxa de referência do BCSTP (em %, no final do período)	15.5	14.5	14.5	18.2	28.0	28.0	28.0
<i>Por memória:</i>							
<i>Inflação (t. v. homóloga anual)</i>	8.9	10.3	16.3	17.2	24.7	27.6	35.1

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe e Fundo Monetário Internacional.

Quadro A.II.5.11.

TAXAS DE CÂMBIO, 1994 - 2008

Taxas médias do período

	Dobra / Euro		Dobra / USD		ITCE ^{1,2}		
	Tx. Câmbio	Var. anual	Tx. Câmbio	Var. anual	Nominal	Real	
1994	733	70.4	
1995	1 420	93.9	
1996	2 203	55.1	
1997	4 553	106.6	
1998	6 886	51.3	
1999	7 650	...	7 125	3.5	143.7	117.9	
2000	7 367	-3.7	7 978	12.0	262.3	129.0	
2001	7 901	7.2	8 842	10.8	426.3	123.4	
2002	8 586	8.7	9 088	2.8	735.5	122.0	
2003	10 568	23.1	9 348	2.9	1 154.1	106.7	
2004	12 306	16.5	9 902	5.9	1 206.2	99.1	
2005	13 070	6.2	10 519	6.2	1 188.0	104.0	
2006	15 630	19.6	12 445	18.3	925.4	102.5	
2007	18 652	19.3	13 537	8.8	817.9	101.2	
2005	Janeiro	13 268	10.8	10 117	6.7	1 219.9	95.4
	Fevereiro	13 177	9.6	10 123	6.5	1 225.6	99.0
	Março	13 344	13.0	10 118	5.0	1 225.2	100.6
	Abril	13 108	12.1	10 132	4.1	1 228.1	104.7
	Mai	12 866	8.6	10 137	2.6	1 248.5	106.8
	Junho	12 380	2.3	10 177	2.1	1 249.7	110.4
	Julho	12 260	-0.4	10 186	1.5	1 250.1	111.4
	Agosto	12 523	1.9	10 188	0.9	1 248.6	109.3
	Setembro	12 579	1.6	10 265	1.2	1 239.6	109.3
	Outubro	13 446	6.5	11 192	10.3	1 135.3	103.0
	Novembro	13 752	5.2	11 670	15.7	1 012.3	100.2
	Dezembro	14 136	4.4	11 924	17.9	972.5	98.3
2006	Janeiro	14 688	10.7	12 137	20.0	951.7	97.6
	Fevereiro	14 488	9.9	12 133	19.9	950.7	101.8
	Março	14 454	8.3	12 033	18.9	958.2	105.6
	Abril	14 488	10.5	11 844	16.9	972.8	110.4
	Mai	15 554	20.9	12 195	20.3	942.9	103.4
	Junho	15 743	27.2	12 441	22.2	924.6	102.7
	Julho	15 969	30.2	12 595	23.6	913.2	102.3
	Agosto	16 149	28.9	12 609	23.8	911.8	102.1
	Setembro	16 103	28.0	12 646	23.2	909.4	102.4
	Outubro	16 063	19.5	12 739	13.8	903.1	103.1
	Novembro	16 721	21.6	13 008	11.5	883.5	99.8
	Dezembro	17 139	21.2	12 969	8.8	883.2	98.8
2007	Janeiro	17 022	15.9	13 094	7.9	876.4	101.4
	Fevereiro	17 258	19.1	13 217	8.9	865.7	100.9
	Março	17 595	21.7	13 292	10.5	853.2	100.0
	Abril	17 947	23.9	13 305	12.3	841.9	99.0
	Mai	18 234	17.2	13 489	10.6	829.2	98.2
	Junho	18 240	15.9	13 498	8.5	828.9	99.4
	Julho	18 500	15.9	13 505	7.2	821.0	100.2
	Agosto	18 487	14.5	13 496	7.0	821.6	103.0
	Setembro	19 285	19.8	13 692	8.3	795.0	102.4
	Outubro	19 919	24.0	13 744	7.9	776.9	102.2
	Novembro	20 441	22.2	13 900	6.9	760.7	103.2
	Dezembro	20 896	21.9	14 210	9.6	744.1	104.2
2008	Janeiro	21 809	28.1	14 608	11.6	716.4	102.3
	Fevereiro	21 994	27.4	14 621	10.6	712.1	105.2
	Março	23 285	32.3	14 750	11.0	682.8	103.2

Fontes: Banco Central de São Tomé e Príncipe, Fundo Monetário Internacional e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice da taxa de câmbio efectiva, com base nas taxas oficiais praticadas para as moedas dos quatro principais parceiros comerciais santomenses.

² Um aumento/diminuição do ITCE (nominal ou real) corresponde a uma apreciação/depreciação da Dobra. Base 100: Janeiro de 1999.



TIMOR-LESTE

Área: 14 600 Km²

Capital: Dili

População: 1063 milhares (2005)

Moeda: USD

II.6.1. Síntese

As condições socio-políticas em Timor-Leste continuam a apresentar alguma fragilidade, o que tem constituído um obstáculo ao maior desenvolvimento económico. Embora o período mais conturbado tenha sido ultrapassado, verificaram-se ao longo dos últimos dois anos alguns episódios de tensões políticas, tendo o último ocorrido no início do corrente ano com os atentados ao Presidente e ao Primeiro-ministro. Para além disso uma parte da população desalojada, em consequência da situação de insegurança, ainda não foi reintegrada e os índices de pobreza são muito elevados e têm vindo a agravar-se (acima de 40% da população vive com um rendimento inferior a 0.55 dólares por dia).

Não obstante estas dificuldades, a economia timorense retomou em 2007 a sua trajectória de crescimento tendo a taxa de crescimento do PIB não petrolífero atingido 7.8%, o que contrasta com a recessão do ano anterior (-5.8%). Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo sector público. Apesar do maior dinamismo da actividade económica, o PIB per capita permanece ainda abaixo do nível de 2002, se for excluído o sector petrolífero. A actividade petrolífera continua a registar um desempenho muito favorável, tendo o valor da produção duplicado face ao ano anterior. O crescimento acelerado das receitas petrolíferas tem exercido uma influência determinante sobre as condicionantes macroeconómicas, permitindo a existência de avultados excedentes orçamentais e externos. Para 2008 prevê-se a continuação do dinamismo económico, projectando-se uma taxa de crescimento do PIB não-petrolífero de 6.8%, ligeiramente abaixo da taxa registada no ano anterior (cf. Quadro II.6.1).

Quadro II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS

	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.	2008 Proj.
PIB real não-petrolífero (<i>t.v.a.</i>)	0.1	4.2	6.2	-5.8	7.8	6.8
Inflação (<i>t.v.a. média</i>)	7.2	3.2	1.8	3.4	8.9	9.0
Massa monetária (<i>t.v.a.</i>)	32.4	14.8	-6.0	28.2	43.0	30.8
Balança corrente (% PIB <i>n.p.</i>)	-8.0	9.0	82.0	162.0	295.0	357.0
Receitas petrolíferas (% PIB <i>n.p.</i>) ¹	12.3	77.2	128.5	275.6	339.4	417.5
Saldo orçamental (% PIB <i>n.p.</i>) ¹	10.9	77.0	111.6	242.0	297.0	352.0
Dívida pública (USD)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0

Fontes: MPF de Timor-Leste, ABP, FMI e cálculos do Banco de Portugal

¹ Ano fiscal (Julho_t a Junho_{t+1}); saldo em base de caixa.

A normalização da segurança é seguramente uma condição indispensável para que Timor-Leste possa tirar pleno partido da excepcional oportunidade de desenvolvimento proporcionada pela conjuntura actual do sector petrolífero. Para além disso, a situação económica continua fortemente dependente da execução das despesas públicas, nomeadamente quanto ao investimento público, e do estabelecimento de um clima propício ao desenvolvimento do sector privado. Assim, o aumento das despesas de investimento, nomeadamente no que diz respeito a infra-estruturas e capital humano, são consideradas prioritárias. A gestão prudente das receitas provenientes do petróleo, permite assegurar as despesas necessárias e simultaneamente garantir a sustentabilidade das contas públicas. Importa salientar que o sector petrolífero tem sido encarado pelas autoridades timorenses como uma alavanca privilegiada para contrariar a persistência de estruturas produtivas incipientes e de carências sociais graves. Como tal, o sector encontra-se enquadrado, desde me-

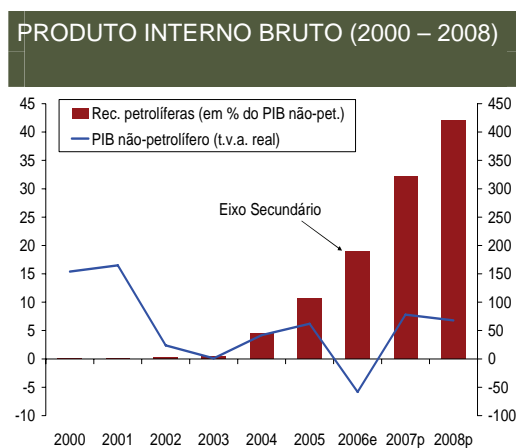
dos de 2005, por uma estratégia inspirada nas melhores práticas internacionais – das quais faz parte o estabelecimento de um fundo petrolífero – que não foi posta em causa mesmo nos períodos de instabilidade mais intensa.

II.6.2. Procura, Produção e Preços

O ano de 2007 caracterizou-se pela retoma do crescimento económico em Timor-Leste. Após um crescimento negativo em 2006, período de fortes perturbações socio-políticas, estima-se que o crescimento do sector não petrolífero tenha atingido uma taxa de 7.8% em 2007. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo sector público, tendo as despesas correntes e de investimento aumentado significativamente, ficando ainda assim abaixo do orçamentado. A produção agrícola, contudo, sofreu uma contracção devido a condições climáticas adversas, mais do que compensada pela expansão da indústria. A produção de café, a principal exportação do país, excluindo o petróleo, reduziu-se em 20%. A actividade do sector privado permaneceu incipiente, devido essencialmente às condições de segurança. O sector petrolífero continua a beneficiar de uma conjuntura favorável, atribuída à subida do preço internacional do petróleo. Assim, as receitas provenientes do petróleo, em forte aceleração desde 2004, registaram em 2007 um valor superior ao triplo do PIB não petrolífero (cf. Gráfico II.6.1).

Para 2008 prevê-se a continuação do dinamismo da actividade económica, embora com um ligeiro abrandamento da taxa de crescimento (6.8%). Tal cenário está, todavia, condicionado à preservação da estabilidade socio-política, além de depender largamente da projectada melhoria na capacidade de execução do investimento público. A disponibilidade de recursos para sustentar este investimento não será certamente um obstáculo, dada a prevista continuação do forte afluxo de receitas petrolíferas.

Gráfico II.6.1.



Fonte: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

A recente subida da taxa de inflação, cuja taxa média aumentou para 8.9% em 2007, contrastando com 3.4% no ano anterior, tem sido um factor de preocupação tendo em conta os seus efeitos sobre o custo de vida e sobre a competitividade internacional (cf. Gráfico II.6.2). Após um período de sucesso no combate à inflação, consequência em grande parte da adopção do dólar americano como moeda própria, nos últimos dois anos têm-se assistido a um ressurgir de pressões inflacionistas, cuja continuação poderá por em causa a estabilidade nominal, principalmente tendo em conta a necessidade de aumento das despesas públicas e as pressões sobre a procura daí decorrentes. A subida do nível de preços foi atribuída principalmente ao aumento do preço internacional

dos produtos alimentares, cujo peso no cabaz de consumo ascende a cerca de 60%. A maior taxa de inflação, em termos homólogos, verificou-se no mês de Fevereiro de 2007, em que foi atingido o máximo de 16.9%, tendo subsequentemente abrandado progressivamente. Importa salientar que as autoridades timorenses tomaram algumas medidas no sentido de evitar o efeito de transmissão da subida dos preços dos produtos alimentares sobre o nível dos preços domésticos, nomeadamente através da atribuição de um subsídio ao consumo de arroz. Excluindo os preços dos produtos alimentares, a inflação foi relativamente reduzida (taxa média de 3.5%), embora se note em alguns sectores (ex: materiais de construção) algumas pressões provenientes da procura. O impacto da subida dos preços do petróleo sobre o nível geral de preços foi limitado, dada a sua reduzida importância para o cabaz do consumidor. No entanto alguns indicadores sugerem que os efeitos de segunda ordem, nomeadamente associados aos custos de transportes, têm vindo a aumentar e poderão vir a ser significativos. Assim, para 2008 prevê-se uma ligeira subida da taxa de inflação, estimada em 9%.

Gráfico II.6.2.

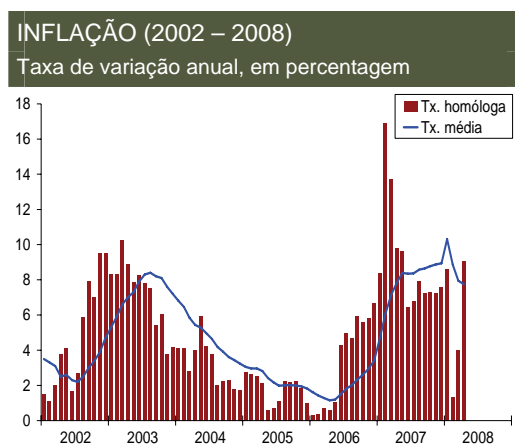
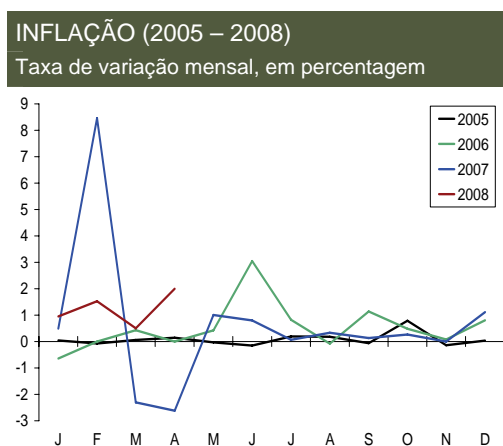


Gráfico II.6.3.



Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

II.6.3. Contas Externas

O perfil da balança de pagamentos timorense tem sido essencialmente determinado, desde 2004, pela influência cada vez mais vincada do sector petrolífero. De salientar que em 2007 as receitas petrolíferas ascenderam a 1312 milhões de USD, tendo mais do que duplicado face ao valor do ano anterior. Contabilizado na esfera das transferências (impostos sobre a produção) e dos rendimentos (*royalties* e juros), o volumoso e crescente afluxo de receitas petrolíferas domina claramente as restantes componentes das contas externas. Assim, em 2007 e pelo quarto ano consecutivo, registou-se um saldo da balança corrente fortemente positivo (295% do PIB não-petrolífero), que se traduziu na acumulação de reservas – cf. Quadro II.6.2.

Tal cenário deverá também estar patente durante o ano em curso, continuando a reflectir o impacto conjugado de dois factores: a alta sustentada dos preços internacionais do petróleo e a vigência do acordo assinado em 2002 com a Austrália para a partilha dos recursos existentes na chamada *Joint Petroleum Development Area* (90% dos quais revertem para Timor-Leste). As projecções actuais apontam para um prolongamento da tendência até ao final de 2008, altura em que as receitas petrolíferas poderão rondar USD 1.9 mil milhões, estabilizando a esse nível nos anos imediatos (em contraste com os USD 621 milhões de 2006 e, sobretudo, com os USD 13 milhões de 2003).

Quadro II.6.2.

BALANÇA DE PAGAMENTOS						
Em percentagem do PIB não-petrolífero						
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
				Est.	Proj.	Proj.
Balança corrente	-8.0	9.0	82.0	162.0	295.0	357.0
(excl. Assistência internacional)	-161	-104.0	10.0	90.0	195.0	282.0
Balança comercial	-41.4	-39.2	-34.9	-34.9	-48.5	-63.0
Exportações	2.7	2.6	2.7	2.8	2.0	2.3
Importações	-44.1	-41.7	-37.7	-37.6	-50.5	-65.3
Serviços	-111.9	-97.7	-47.9	-56.0	-81.8	-66.8
Rendimentos	6.8	48.2	109.9	197.9	335.9	420.9
dos quais: Rend. petrolíferos	4.4	45.6	106.6	194.8	331.3	417.3
Transferências correntes	138.3	97.1	55.7	55.4	89.4	66.0
Bal. de capital e financeira	13.9	30.4	-91.0	-183.5	-257.8	-357.1
Balança global	5.8	39.2	-8.7	-21.4	37.1	0.0

Fontes: ABP e FMI.

De salientar igualmente um reforço das transferências no âmbito da assistência internacional durante 2007, contrastando com a tendência observada ao longo dos últimos anos. A assistência internacional constituía o principal sustentáculo da balança de pagamentos timorense na fase anterior à emergência das receitas petrolíferas, tendo no entanto vindo a perder importância ao longo dos últimos quatro anos, não só em termos relativos como também absolutos.

Gráfico II.6.4.

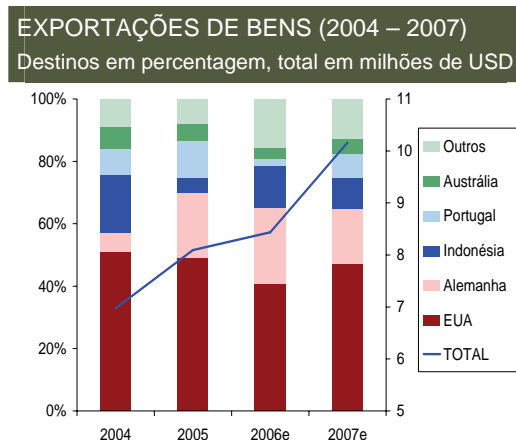
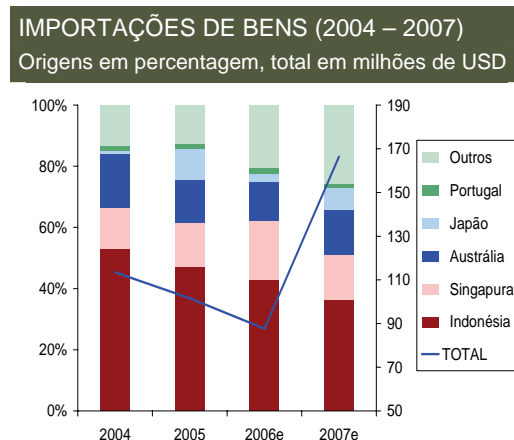


Gráfico II.6.5.



Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

O aumento das receitas petrolíferas foi acompanhado por uma evolução positiva das importações de mercadorias em 2007, impulsionadas pelo aumento das despesas orçamentais. No que diz respeito aos países de origem, constata-se a manutenção da Indonésia como principal parceiro destacado, seguindo-se a Singapura (cf. Gráfico II.6.5). Do lado das exportações não-petrolíferas — relativamente diminutas e essencialmente compostas por café (em cerca de 87%) — os EUA constituem o mercado predominante, seguido da Alemanha (cf. Gráfico II.6.4).

II.6.4. Finanças Públicas

Tal como em relação às contas externas, a expansão acelerada das receitas petrolíferas reflecte-se, ao nível das contas públicas, no apuramento de excedentes com dimensão comparável, que se traduzem num saldo global positivo equivalente a 242% do PIB não-petrolífero no ano 2006/2007 (cf. Quadro II.6.3)¹.

As receitas petrolíferas atingiram 339% do PIB em 2007 e têm vindo a assumir um peso cada vez mais preponderante no contexto orçamental — cabendo-lhes cerca de 97% das receitas totais naquele ano (cf. Quadro II.6.3 e Gráfico II.6.6). Estas receitas são constituídas por impostos sobre a produção de petróleo e gás e por *royalties* e juros, tendo esta última componente (claramente residual até 2005/2006) vindo a dominar em 2007, em termos de importância relativa.

Quadro II.6.3.

FINANÇAS PÚBLICAS						
Em percentagem do PIB não-petrolífero						
Ano fiscal:	03/04	04/05	05/06 Est.	06/07 Est.	07 2ºsem. Proj.	2008 Proj.
Receitas totais	31.3	97.8	138.0	289.7	350.0	423.4
Rec. internas	8.7	10.7	9.5	11.1	10.6	6.8
Rec. petrolíferas	12.3	77.2	128.5	275.6	339.4	417.0
Donativos	10.3	9.9	0.0	3.1	0.0	0.0
Despesas totais	20.4	20.7	26.5	47.7	53.0	71.4
Desp. correntes	15.8	16.4	18.8	43.8	44.4	65.7
Desp. de investimento	0.7	0.8	4.5	27.5	8.1	20.9
Saldo Global (base caixa)	10.9	77.0	111.6	242.0	297.0	352.0

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

A gestão deste excepcional afluxo de recursos, que permite às autoridades timorenses a opção pelo endividamento nulo, subordina-se à estratégia das mesmas para o sector petrolífero, aprovada em meados de 2005 e reconhecidamente inspirada nas melhores práticas internacionais. Orientando-se para a equidade inter-geracional e a preservação da estabilidade macroeconómica, a referida estratégia — que permaneceu em vigor mesmo durante a recente fase de instabilidade — está assente em dois pilares principais: um Fundo Petrolífero e uma regra de sustentabilidade orçamental. O primeiro, constituído no exterior para minimizar riscos e pressões cambiais, centraliza a totalidade das receitas petrolíferas (um montante acumulado de USD 2.086 milhões em 2007), que gere de acordo com critérios estritos de transparência e rigor. Quanto à regra de sustentabilidade, estipula que as despesas públicas anuais não podem ir além de um certo patamar, considerado sustentável — que se define como a soma das receitas internas não-petrolíferas com o valor estimado (e periodicamente revisto) do rendimento permanente obtido com a aplicação dos recursos depositados no Fundo Petrolífero.

Reflectindo as receitas provenientes do petróleo, o aumento das despesas orçamentais (que duplicaram no ano fiscal de 2006/7 e voltaram a aumentar no segundo semestre de 2007) mais do que compensou o das outras receitas, contribuindo assim para a expansão do défice não petrolífero. Este aumento das despesas do governo traduziu-se principalmente ao nível do investimento, que ainda assim ficou aquém do orçamentado. O incremento das despesas tem sido, de facto, uma prioridade para as autoridades timorenses — nomeadamente as sociais e de investimento, como forma de combater a pobreza, e criar infra-estruturas essenciais. O orçamento para 2008 prevê um

¹ De notar que até 2007 o ano fiscal timorense começava em Julho, tendo a partir do presente ano sido adoptado o ano de calendário como ano fiscal, tendo sido assim elaborado um orçamento de transição para 2007, que se refere apenas ao segundo semestre do ano.

aumento considerável das despesas orçamentais. No entanto, as despesas públicas têm sistematicamente vindo a ficar aquém do orçamentado.

Gráfico II.6.6.

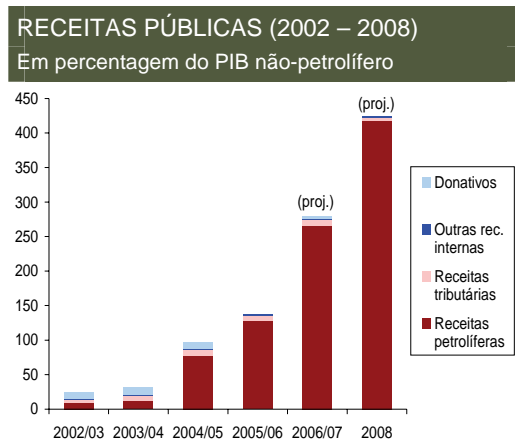
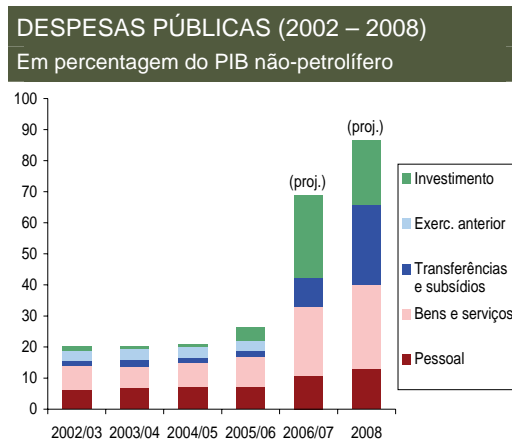


Gráfico II.6.7.

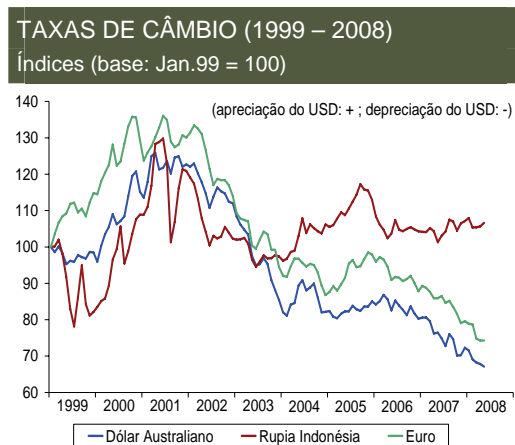


Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

II.6.5. Situação Monetária e Cambial

O principal elemento definidor da política monetária e cambial em Timor-Leste continua a ser o regime de dolarização adoptado, ou seja a escolha do USD como moeda oficial, abdicando da autonomia da referida política. O regime funcionou como um factor determinante para a estabilidade nominal.

Gráfico II.6.8.

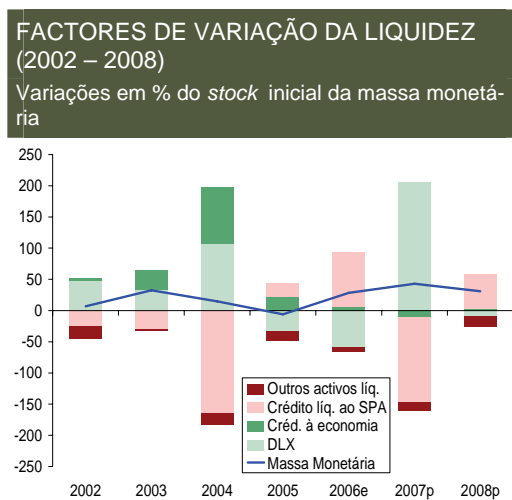


Fonte: Banco da Indonésia e Banco de Portugal.

A dolarização tem ainda contribuído para preservar a competitividade-preço da economia timorense ao longo dos últimos anos, como se pode constatar pela evolução das taxas de câmbio do USD relativamente às moedas dos principais parceiros de Timor-Leste — em especial desde finais de 2005 (cf. Gráfico II.6.8). Este comportamento terá compensado o efeito sobre a competitividade da aceleração recente da cadência inflacionária no país. Com efeito, a taxa de câmbio real efectiva tem registado uma ligeira depreciação ao longo do último ano.

Tais considerações de competitividade são especialmente relevantes numa perspectiva de médio prazo, em que a desejável diversificação produtiva da economia timorense poderá ter como obstáculo efeitos do tipo *Dutch disease* (apreciação cambial induzida por um significativo afluxo de capitais associados a um sector particular da economia, que penaliza a competitividade dos restantes). Sendo o surgimento de tais efeitos sempre uma possibilidade em economias de base petrolífera, como é o caso de Timor-Leste, a estratégia das autoridades para o sector procura deliberadamente minimizá-los — em particular através da constituição do Fundo Petrolífero, cujos recursos só são canalizados para a economia interna de forma gradual e controlada.

Gráfico II.6.9.



Fonte: ABP e FMI.

À semelhança dos restantes domínios da conjuntura macroeconómica, também a situação monetária tem sido fortemente influenciada pelo impacto das receitas petrolíferas, patente na acumulação acelerada de DLX, por contrapartida de depósitos do sector público (cf. Gráfico II.6.9). Para além deste efeito, constata-se que a variação da massa monetária registou uma taxa de crescimento de 43% em 2007 — entendendo-se aquele agregado como a soma dos depósitos à ordem e a prazo, dado não haver informação suficiente sobre a moeda em circulação. Para 2008 prevê-se uma maior moderação no crescimento da massa monetária (30%).

O crédito ao sector privado registou uma ligeira quebra, à semelhança do que já vinha acontecendo em anos anteriores, o que traduz o fraco dinamismo da actividade privada. Verificou-se igualmente uma deterioração dos indicadores de qualidade do crédito, tendo o crédito mal parado aumentado para 28% do crédito total e o respectivo aprovisionamento para 53%.

Quadro A.II.6.1.

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS, 2003 - 2008

		2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.	2008 Proj.
	UNIDADES						
PRODUTO E PREÇOS							
PIB nominal	milhões de USD	349	480	706	974	1725	2464
PIB não-petrolífero							
Nominal	milhões de USD	296	309	332	327	396	473
Real	taxa de variação anual	0.1	4.2	6.2	-5.8	7.8	6.8
Inflação (IPC)	t. v. homóloga anual	4.2	1.8	1.0	6.7	7.6	9.0
	t. v. média anual	7.2	3.2	1.8	3.4	8.9	9.0
FINANÇAS PÚBLICAS ¹							
Receitas totais	% do PIB não-petrol.	31.3	97.8	138.0	289.7	350.0	423.4
Receitas internas	% do PIB não-petrol.	8.7	10.7	9.5	11.1	10.6	6.8
Receitas petrolíferas (petróleo e gás)	% do PIB não-petrol.	12.3	77.2	128.5	275.6	339.4	417.0
Donativos	% do PIB não-petrol.	10.3	9.9	0.0	3.1	0.0	0.0
Despesas totais (base caixa)	% do PIB não-petrol.	20.4	20.7	26.5	47.7	53.0	71.4
Despesas correntes	% do PIB não-petrol.	15.8	16.4	18.8	43.8	44.4	65.7
Despesas de investimento	% do PIB não-petrol.	0.7	0.8	4.5	27.5	8.1	20.9
Saldo orçamental (base caixa)	% do PIB não-petrol.	10.9	77.0	111.6	242.0	297.0	352.0
Saldo orçamental (base compromissos)	% do PIB não-petrol.	121.0	218.4	297.5	337.0
Dívida pública	% do PIB não-petrol.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Fundo Petrolífero ²	milhões de USD	1211	2793	3834
	% do PIB não-petrol.	386.0	527.0	810.0
MOEDA E CRÉDITO							
Activos Externos líquidos (fim de período)	% PIB não petrol.	32.3	54.9	45.4	32.1	80.4	64.5
	taxa de variação anual	20.5	71.7	-14.5	-28.9	181.4	-4.1
Activos internos líquidos (fim de período)	% PIB não petrol.	-10.7	-30.4	-22.9	-3.4	-43.5	-23.9
	taxa de variação anual	2.0	186.1	-22.3	-85.0	1333.3	-34.3
Massa Monetária (fim de período) ³	% PIB não petrol.	21.5	24.5	22.3	28.4	36.1	39.5
	taxa de variação anual	32.4	14.8	-6.0	28.2	43.0	30.8
BALANÇA DE PAGAMENTOS							
Balança corrente, s/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	-161.0	-104.0	10.0	90.0	195.0	282.0
Balança corrente, c/ assist. internacional	% do PIB não-petrol.	-8.0	9.0	82.0	162.0	295.0	357.0
Balança Comercial	% do PIB não-petrol.	-41.4	-39.2	-34.9	-34.9	-48.5	-63.0
Exportações de mercadorias ⁴	% do PIB não-petrol.	2.7	2.6	2.7	2.8	2.0	2.3
	taxa de variação anual	33.3	0.0	12.5	0.0	-11.1	37.5
Importações de mercadorias ⁵	% do PIB não-petrol.	-44.1	-41.7	-37.7	-37.6	-50.5	-65.3
	taxa de variação anual	-40.4	-0.8	-3.1	-1.6	62.6	54.5
Balança Global	% do PIB não-petrol.	5.8	39.2	-8.7	-21.4	37.1	0.0

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

¹ O exercício fiscal em Timor-Leste vai de Julho a Junho, pelo que o valor apresentado para um determinado ano civil se refere ao exercício fiscal terminado no ano civil seguinte. Os valores indicados como estimativas para 2006 referem-se a projecções relativas à execução de 2006/07.

² Saldo acumulado no final do ano civil respectivo.

³ Não inclui a moeda em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto de dolarização.

⁴ As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo registadas nas contas de rendimentos do exterior (*royalties*) e de transferências (impostos).

⁵ Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela UNMISSET no final do seu mandato, cujo valor estimado é de USD 12 milhões.

Quadro A.II.6.2.

PRODUTO INTERNO BRUTO, 2002 - 2008

Preços correntes, em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Proj.	2008 Proj.
Agricultura, pescas e silvicultura	93.8	97.3	103.6	111.3	116.6	124.7	...
Agricultura tradicional	72.9	70.7	75.7	81.6	84.3	90.7	...
Agric. comercial, pescas e silvicultura	20.9	26.6	27.9	29.7	32.3	34.0	...
Indústria e Serviços	107.5	110.5	112.9	116.7	105.1	126.8	...
Indústria extractiva (não-petrolífera)	3.2	2.6	2.7	2.9	1.9	2.2	...
Indústria transformadora	11.0	11.4	11.6	11.8	8.7	10.2	...
Construção (sector privado)	15.1	14.4	14.5	15.0	14.9	19.0	...
Transportes e comunicações	27.5	30.4	31.9	33.8	25.4	31.0	...
Comércio por grosso e a retalho	23.9	24.2	24.5	24.9	25.4	31.0	...
Serviços financeiros e outros	26.8	27.5	27.7	28.3	28.8	33.6	...
Sector Público	142.3	127.9	122.0	121.9	130.8	201.8	...
Serviços públicos	57.6	68.6	74.1	80.5	85.2	112.6	...
Electricidade, gás e água	2.7	3.5	4.1	5.0	5.0	6.0	...
Construção pública	21.8	15.6	14.5	18.4	14.9	25.4	...
Administração das Nações Unidas	60.2	40.2	29.3	18.0	25.6	57.7	...
PIB não petrolífero	343.6	335.7	338.5	349.9	352.5	453.3	473.0
PIB não petrolífero (excl. UN)	283.4	295.5	309.2	331.9	326.9	395.6	...
Rendimentos petrolíferos	8.9	13.1	141.1	356.2	621.3	1 271.9	1 991.0
PIB TOTAL	352.5	348.8	479.6	706.1	973.8	1 725.2	2 464.0
PIB não petrolífero	283.4	295.5	309.2	331.9	326.9	395.6	473.0
Consumo	446.8	479.8	503.4	487.3	477.6	611.2	...
Consumo privado	278.9	325.9	344.0	329.5	301.6	352.2	...
Consumo público	167.9	153.9	159.4	157.8	175.9	259.0	...
Investimento bruto	108.0	87.4	63.6	68.7	67.8	111.2	...
FBCF	96.1	76.9	57.6	61.9	61.0	103.0	...
Sector Público	68.5	53.9	50.1	54.4	53.5	91.1	...
Sector Privado	27.6	23.0	7.5	7.5	7.5	11.9	...
Variação de Stocks	11.9	10.5	6.0	6.8	6.8	8.2	...
Exportações líquidas	-270.2	-269.4	-257.7	-224.2	-218.6	-326.9	...
Exportações	32.4	35.9	36.9	38.3	39.4	43.4	...
Importações	-302.6	-305.3	-294.6	-262.5	-258.0	-370.3	...
Por memória:							
<i>Poupança interna bruta</i>	55.1	64.0	89.9	342.1	598.4	1 278.7	...
<i>Poupança interna bruta (excl. sector petrol.)</i>	46.2	50.9	-51.2	-14.1	-22.9	6.8	...
<i>PIB não-petrolífero (variação nominal em %)</i>	-6.7	4.3	4.6	7.3	-1.5	21.0	19.6
<i>PIB não-petrolífero (variação real em %)</i>	2.4	0.1	4.2	6.2	-5.8	7.8	6.8

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

Quadro A.II.6.3.

ÍNDICE DE PREÇOS NO CONSUMIDOR, 2001- 2008 ¹

Taxas de variação em percentagem

		Var. mensal [1]	Var. acumulada [4]	Var. homóloga [2]	Var. média [3]
2001	Dezembro
2002	Dezembro	...	9.5	9.5	4.7
2003	Dezembro	...	4.2	4.2	7.2
2004	Dezembro	...	1.8	1.8	3.2
2005	Dezembro	...	1.0	1.0	1.8
2006	Dezembro	...	6.7	6.7	3.4
2007	Dezembro	...	7.6	7.6	8.9
2005	Janeiro	0.0	0.0	2.7	3.1
	Fevereiro	-0.1	0.0	2.6	3.0
	Março	0.1	0.0	2.5	3.0
	Abril	0.1	0.2	2.1	2.8
	Mai	0.0	0.1	0.6	2.4
	Junho	-0.2	0.0	0.7	2.2
	Julho	0.2	0.2	1.1	2.0
	Agosto	0.2	0.4	2.2	2.0
	Setembro	-0.1	0.3	2.2	2.0
	Outubro	0.8	1.1	2.2	2.0
	Novembro	-0.1	1.0	1.8	1.9
	Dezembro	0.0	1.0	1.0	1.8
2006	Janeiro	-0.6	-0.6	0.3	1.6
	Fevereiro	0.0	-0.6	0.4	1.4
	Março	0.4	-0.2	0.7	1.3
	Abril	0.0	-0.2	0.6	1.2
	Mai	0.4	0.2	1.1	1.2
	Junho	3.1	3.3	4.3	1.5
	Julho	0.8	4.1	5.0	1.8
	Agosto	-0.1	4.0	4.7	2.0
	Setembro	1.1	5.2	5.9	2.3
	Outubro	0.5	5.7	5.6	2.6
	Novembro	0.1	5.8	5.8	3.0
	Dezembro	0.8	6.7	6.7	3.4
2007	Janeiro	0.5	0.5	8.4	4.7
	Fevereiro	8.5	9.0	16.9	6.1
	Março	-2.3	6.5	13.7	7.1
	Abril	-2.6	3.7	9.8	7.8
	Mai	1.0	4.7	9.6	8.4
	Junho	0.8	5.6	6.5	8.4
	Julho	0.1	5.6	6.8	8.4
	Agosto	0.3	6.0	7.9	8.6
	Setembro	0.1	6.1	7.3	8.6
	Outubro	0.3	6.4	7.3	8.8
	Novembro	0.0	6.4	7.2	8.9
	Dezembro	1.1	7.6	7.6	8.9
2008	Janeiro	1.0	1.0	8.6	10.3
	Fevereiro	1.5	2.5	1.3	8.9
	Março	0.5	3.0	4.0	7.9
	Abril	2.0	5.1	9.1	7.7

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste, FMI e cálculos do Banco de Portugal.

¹ Índice nacional (Base: Dez. 2001 = 100).

[1]: mês n / mês n-1; [2]: mês n / mês n do ano anterior ; [3]: últimos 12 meses / 12 meses anteriores; [4]: mês n / Dezembro anterior.

Quadro A.II.6.4.

BALANÇA DE PAGAMENTOS, 2003 - 2008

Em milhões de USD

	2003	2004	2005 Est.	2006 Est.	2007 Est.	2008 Proj.
BALANÇA CORRENTE						
Excluindo Assistência Internacional	-432	-273	91	351	814	1377
Incluindo Assistência Internacional	-24	26	275	531	1168	1689
Mercadorias	-122	-121	-116	-114	-192	-298
Exportações de bens ¹	8	8	9	9	8	11
das quais: Café	7	7	8	8	7	9
Importações de bens ²	-130	-129	-125	-123	-200	-309
das quais: Relacionadas com assist. internacional	-155	-114	-82	-71
Serviços (líquidos)	-330	-302	-159	-183	-324	-316
Rendimentos (líquidos)	20	149	365	647	1330	1991
dos quais: Rendimentos do petróleo e do gás	13	141	354	637	1312	1974
Transferências correntes (líq.)	408	300	185	181	354	312
Assistência internacional	408	299	184	180	354	312
BALANÇA DE CAPITAL E OPERAÇÕES FINANCEIRAS	41	94	-302	-600	-1021	-1689
Transferências de capital oficiais	47	47	55	56	42	44
Balança financeira	-6	47	-357	-656	-1063	-1733
BALANÇA GLOBAL	17	121	-29	-70	147	0
Varição nos activos externos líquidos (aumento: -)	-17	-121	29	70	-147	0
Poupança das receitas petrolíferas (aumento: -)						
Outras						
<i>Por memória:</i>						
Receitas petrolíferas (petróleo e gás)	13	141	354	637	1312	1974
			<i>(em percentagem do PIB não petrolífero)</i>			
Balança corrente, excl. Assistência Internacional	-161.0	-104.0	10.0	90.0	195.0	282.0
Balança corrente, incl. Assistência Internacional	-8.0	9.0	82.0	162.0	295.0	357.0
Balança Comercial	-41.0	-39.0	-35.0	-35.0	-49.0	-63.0

Fontes: ABP, Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

¹ As receitas de petróleo e gás não estão incluídas nas exportações, sendo contabilizadas nas contas de rendimentos do exterior (*royalties* e juros) e de transferências (impostos).² Em 2005 as importações incluem os bens transferidos pela UNMISET no final do seu mandato, cujo valor estimado é de USD 12 milhões.

Quadro A.II.6.5.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS EXPORTAÇÕES, 2004 - 2007

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2004 a 2007
Alemanha	6.3	20.7	24.2	17.7	17.7
Austrália	7.3	5.5	3.6	5.1	5.3
EUA	50.9	49.2	40.9	47.2	32.6
Indonésia	18.3	5.0	13.6	9.7	8.4
Portugal	8.3	12.0	2.1	7.6	7.4
Singapura	2.3	1.1	7.6	3.5	2.6
Outros	6.5	6.6	8.1	9.2	5.0
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

Quadro A.II.6.6.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS IMPORTAÇÕES, 2004 - 2007

Em percentagem do total

	2004	2005	2006	2007	2004 a 2007
Austrália	17.7	13.9	12.5	14.4	14.7
China	1.0	1.7	2.5	2.7	2.0
Indonésia	53.0	47.0	43.0	36.4	43.9
Japão	1.1	10.4	2.5	7.5	5.6
Portugal	1.5	1.6	2.2	1.3	1.6
Singapura	13.4	14.6	19.4	14.9	15.3
Vietname	4.6	4.5	5.0	3.5	4.3
Outros	7.7	6.4	12.8	19.4	12.5
Exportações totais	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: ABP e Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste.

Quadro A.II.6.7.

OPERAÇÕES FINANCEIRAS DO ESTADO, 2004 - 2008 ^{1, 2}

Em milhões de USD

	Ano fiscal: 2004/05		2005/06		2006/07		2007 2ºsem.	2008	
			Est.	Orç.	Proj.	Proj.	Orç.	Proj.	
Receitas totais	336.6	484.8	732.5	1 044.0	693.0	2 005.0	2 005.0		
Receitas internas	36.8	33.5	39.1	40.0	21.0	31.0	32.0		
Impostos directos	10.7	8.5	7.9	12.0	7.0	10.0	11.0		
Impostos indirectos	19.0	15.9	21.4	19.0	8.0	10.0	9.0		
Outras receitas	7.1	9.1	9.8	9.0	6.0	11.0	12.0		
Receitas petrolíferas	265.6	451.3	683.4	993.0	672.0	1 974.0	1 975.0		
Receitas fiscais	209.4	362.8	557.9	498.0	184.0	726.0	726.0		
Royalties e juros	56.2	88.5	125.5	495.0	488.0	1 249.0	1 249.0		
Donativos	34.2	0.0	10.0	11.0	0.0	0.0	0.0		
Despesas totais (base de caixa)	71.4	92.9	309.1	172.0	105.0	497.0	338.0		
Despesas correntes	56.4	66.2	172.1	158.0	88.0	358.0	311.0		
Despesas com o pessoal	25.1	25.7	47.4	40.0	24.0	65.0	62.0		
Bens e serviços	26.0	33.0	93.6	83.0	38.0	150.0	127.0		
Transferências e subsídios	5.3	7.5	31.1	35.0	26.0	143.0	122.0		
Despesas de investimento	2.8	15.7	137.0	99.0	16.0	139.0	99.0		
Despesas do exercício anterior	12.2	11.0	...	-85.0	1.0	...	-72.0		
Saldo global (base caixa)	265.2	391.9	423.4	872.0	588.0	1 508.0	1 667.0		
Financiamento	-265.2	-391.9	-423.4	-872.0	-588.0	-1 508.0	-1 667.0		
Variação nos saldos de caixa (aumento: -)	-28.8	-25.8	-23.8	-872.0	-588.0	-1 508.0	-1 667.0		
Poupança dos rend. petrolíf. (aumento: -)	-56.2	-88.5	-125.5		
Outros (aumento: -)	-180.2	-277.6	-274.1		
<i>Por memória:</i>									
<i>Saldo global (base compromissos)</i>									
Em milhões de USD	263.0	365.0	424.0	787.0	589.0	1 508.0	1 596.0		
Em % do PIB não-petrolífero	82.0	121.0	117.0	218.0	298.0	319.0	337.0		
<i>Saldo global (base caixa)</i>									
Em % do PIB não-petrolífero	77.0	111.6	113.2	242.0	297.0	...	352.0		
<i>Fundo Petrolífero (valor acumulado)</i>									
Em milhões de USD	...	649.7	1 211.3	1 211.3	2 793.1	...	3 834.0		
Em % do PIB não-petrolífero	...	197.0	290.0	386.0	527.0	658.0	810.0		

Fontes: Min. do Plano e Finanças de Timor-Leste e FMI.

¹ Orçamento da Administração Central.² Até Julho de 2007, o ano fiscal em Timor-Leste correspondia ao período compreendido entre 1 de Julho de um determinado ano civil e 30 de Junho do ano civil seguinte.

Quadro A.II.6.8.

SÍNTESE MONETÁRIA, 2002 - 2008

Em milhões de USD

	2002	2003	2004	2005	2006 Est.	2007 Proj.	2008 Proj.
SISTEMA BANCÁRIO CONSOLIDADO							
Disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX)	89.9	108.3	186.0	159.0	113.0	318.0	305.0
Disponibilidades sobre o exterior	93.4	141.6	227.6	206.0	144.0	356.0	351.0
Disponibilidades em caixa (numerário)	18.1	19.0	28.5	23.7
Disponibilidades sobre bancos exteriores ¹	75.3	122.6	199.1	181.8
Activos do Fundo Petrolífero ²	370.2	1 012.0	2 086.0	3 834.0
Responsabilidades perante o exterior	3.5	33.3	41.6	47.0	31.0	38.0	46.0
Activos internos líquidos	-35.3	-36.0	-103.0	-80.0	-12.0	-172.0	-113.0
Crédito líq. ao SPA	-33.7	-49.7	-168.6	-151.0	-83.0	-219.0	-140.0
Crédito ao sector privado	5.1	22.1	87.6	106.0	111.0	101.0	106.0
Outros activos (líquidos)	-6.7	-8.4	-22.0	-35.0	-40.0	-54.0	-79.0
Massa Monetária	54.6	72.3	83.0	78.0	100.0	143.0	187.0
Depósitos à ordem	39.1	40.1	49.4	40.0	54.0	75.0	97.0
Depósitos a prazo	15.5	32.2	33.6	38.0	46.0	68.0	90.0
AUTORIDADE BANCÁRIA							
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	43.5	61.3	182.5	153.0	84.0	230.0	160.0
Depósitos do SPA na ABP (excl. F. Pet.)	33.7	49.7	168.6	129.0	56.0	190.0	110.0
Dep. dos bancos comerciais na ABP	4.5	6.3	5.7	5.0	6.0	18.0	29.0
BANCOS COMERCIAIS							
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	46.4	47.0	3.5	6.0	29.0	88.0	145.0
Activos internos (incl. crédito interno)	10.7	28.8	82.3	71.0	70.0	55.0	43.0
Responsabilidades (depósitos de clientes)	54.6	72.3	84.5	77.0	99.0	143.0	188.0
<i>Por memória:</i>							
<i>DLX - Sector bancário consolidado (tx. var. anual)</i>	<i>37.5</i>	<i>20.5</i>	<i>71.7</i>	<i>-14.5</i>	<i>-28.9</i>	<i>181.4</i>	<i>-4.1</i>
<i>DLX - Autoridade Bancária (tx. var. anual)</i>	<i>83.5</i>	<i>40.9</i>	<i>197.7</i>	<i>-16.2</i>	<i>-45.1</i>	<i>173.8</i>	<i>-30.4</i>
<i>Crédito ao sector privado (tx. var. anual)</i>	<i>70.0</i>	<i>333.3</i>	<i>296.4</i>	<i>21.0</i>	<i>4.7</i>	<i>-9.0</i>	<i>5.0</i>
<i>Massa Monetária ³ (tx. var. anual)</i>	<i>6.8</i>	<i>32.4</i>	<i>14.8</i>	<i>-6.0</i>	<i>28.2</i>	<i>43.0</i>	<i>30.8</i>

Fontes: ABP e FMI.

¹ Até Junho de 2005 (inclusivé) esta rubrica integrava os activos que a partir dessa data foram integrados no Fundo de Petróleo de Timor-Leste.² O Fundo Petrolífero de Timor-Leste foi criado em Julho de 2005.³ Não inclui a moeda em circulação, dada a ausência de indicadores fiáveis sobre entradas e saídas de numerário, no contexto de dolarização.

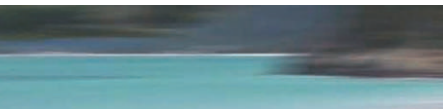
Quadro A.II.6.9.

TAXAS DE CÂMBIO, 1999 - 2008

Taxas médias

	Dólar Australiano USD/AUD	Rupia da Indonésia IDR/USD	Euro USD/EUR	ITCE ¹	
				Nominal	Real
1999	0.6453	7 855.2	1.0654		
2000	0.5824	8 421.8	0.9213		
2001	0.5176	10 260.9	0.8948		
2002	0.5439	9 311.2	0.9411		
2003	0.6519	8 577.1	1.1286	95.7	96.0
2004	0.7366	8 938.9	1.2430	95.8	94.5
2005	0.7638	9 704.7	1.2456	100.2	92.9
2006	0.7551	9 159.8	1.2557	96.3	84.7
2007	0.8388	9 142.8	1.3707	93.7	86.2
2005 Janeiro	0.7657	9 195.3	1.3245		
Fevereiro	0.7808	9 236.3	1.3013		
Março	0.7848	9 391.3	1.3189	96.9	93.0
Abril	0.7727	9 542.5	1.2937		
Maio	0.7662	9 476.3	1.2692		
Junho	0.7666	9 632.8	1.2164	99.2	93.5
Julho	0.7524	9 798.5	1.2036		
Agosto	0.7612	9 966.3	1.2292		
Setembro	0.7653	10 218.8	1.2254	102.2	94.9
Outubro	0.7543	10 090.0	1.2014		
Novembro	0.7543	10 067.5	1.1785		
Dezembro	0.7419	9 841.3	1.1856	102.7	90.2
2006 Janeiro	0.7493	9 448.8	1.2103		
Fevereiro	0.7414	9 250.0	1.1938		
Março	0.7267	9 125.8	1.2020	98.0	84.7
Abril	0.7365	8 922.5	1.2271		
Maio	0.7640	9 035.8	1.2770		
Junho	0.7396	9 362.7	1.2650	96.2	83.9
Julho	0.7519	9 125.5	1.2684		
Agosto	0.7631	9 094.3	1.2811		
Setembro	0.7766	9 143.3	1.2727	96.2	85.7
Outubro	0.7537	9 187.2	1.2611		
Novembro	0.7721	9 134.6	1.2881		
Dezembro	0.7858	9 086.8	1.3213	95.0	84.6
2007 Janeiro	0.7830	9 074.6	1.2999		
Fevereiro	0.7825	9 068.0	1.3074		
Março	0.7927	9 171.1	1.3242	94.4	88.0
Abril	0.8274	9 093.7	1.3516		
Maio	0.8249	8 828.2	1.3511		
Junho	0.8424	8 984.5	1.3419	93.3	85.8
Julho	0.8675	9081.8	1.3716		
Agosto	0.8295	9368.5	1.3622		
Setembro	0.8452	9323.0	1.3895	93.9	85.9
Outubro	0.8991	9104.8	1.4227		
Novembro	0.8982	9282.3	1.4682		
Dezembro	0.8727	9333.6	1.4579	93.2	85.2
2008 Janeiro	0.8817	9406.4	1.4717		
Fevereiro	0.9131	9181.2	1.4745		
Março	0.9250	9184.9	1.5523	93.5	
Abril	0.9300	9206.5	1.5625		
Maio	0.9400	9290.8	1.5625		

Fontes: Banco da Indonésia e Banco de Portugal.

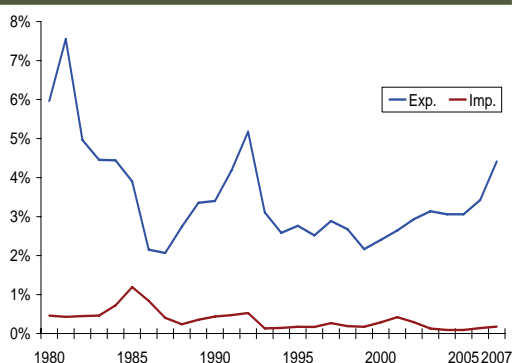
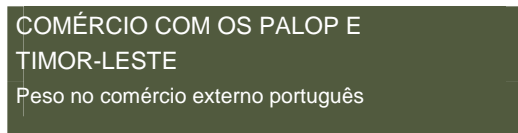


**CAPÍTULO III. RELAÇÕES ECONÓMICAS E FINANCEIRAS ENTRE PORTUGAL
E OS PALOP E TIMOR-LESTE**

III.1. Relações comerciais e balanços de pagamentos de Portugal com os PALOP e Timor-Leste

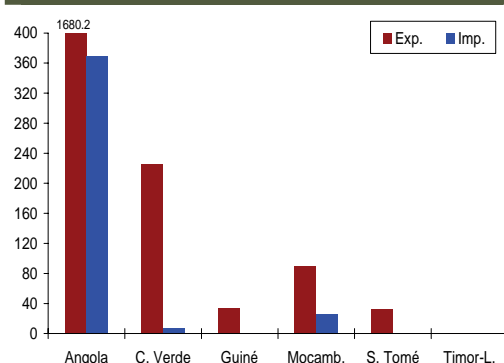
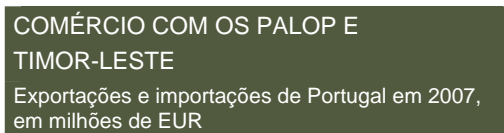
Apesar de em evidente expansão, as relações comerciais de Portugal com os PALOP e Timor-Leste mantêm um peso bastante reduzido no total do comércio externo português, sendo os valores registados em 2007 responsáveis por apenas 5.47% das exportações e 0.43% das importações totais portuguesas.

Gráfico III.1.1.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

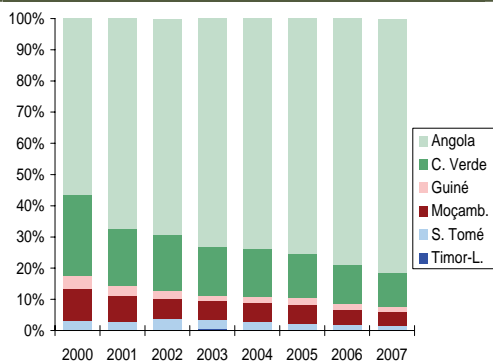
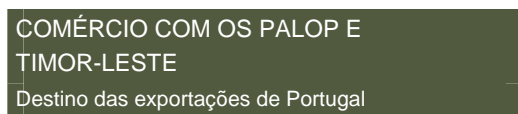
Gráfico III.1.2.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

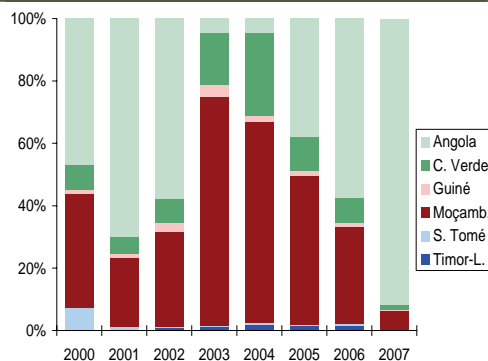
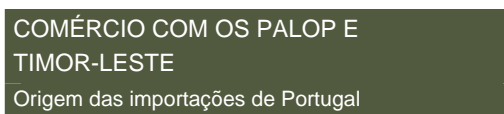
O comércio com aquele conjunto de países em 2007, apresentou uma subida relativamente ao ano anterior de 34.8% no que respeita às exportações (continuando a trajectória ascendente que se verifica desde 2000), tendo o montante das importações quadruplicado (totalizando EUR 403.3 milhões).

Gráfico III.1.3.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.4.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

O saldo da balança comercial de Portugal com os PALOP e Timor-Leste cresceu de novo em 2007 (+15.3% em relação ao ano anterior), elevando-se a EUR 1660.4 milhões, uma tendência que se vem registando desde 1999.

A intensificação das relações comerciais entre Portugal e os PALOP e Timor-Leste em 2007 resultou sobretudo do crescimento relativamente a Angola, quer nas exportações (aumento de EUR 470.0 milhões, +38.8% que em 2006) quer nas importações (incremento de EUR 316.7 milhões, 7 vezes mais que no ano anterior). Note-se contudo que as exportações portuguesas cresceram relativamente a todos aqueles países com excepção de Timor-Leste, sendo de salientar em particular a expansão para Cabo Verde (+18.9%) e para Moçambique (+21.2%).

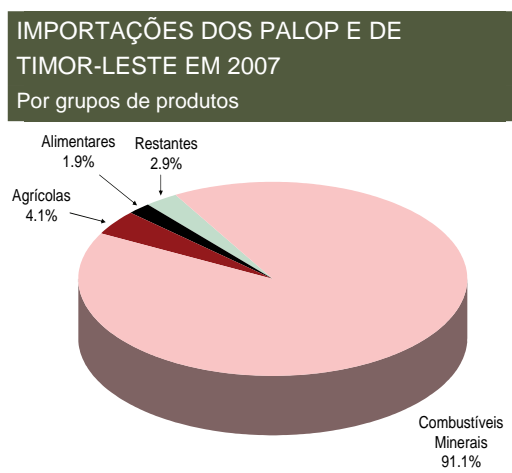
Em termos relativos, e tal como vem acontecendo desde 2005, Angola reforçou em 2007 o seu peso nas trocas comerciais de Portugal, constituindo o principal destino das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste (81% do total) e o maior originador das importações daqueles países (92%).

Gráfico III.1.5.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Gráfico III.1.6.

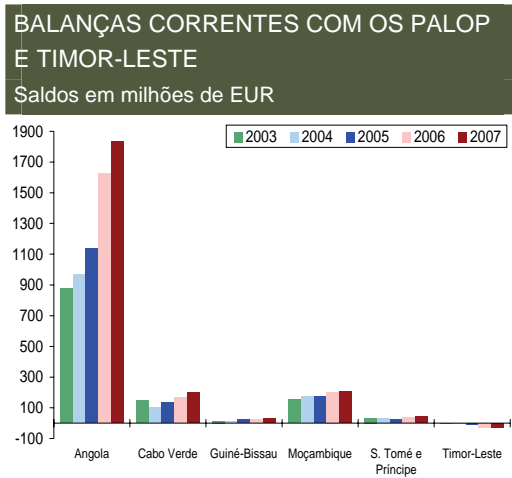


Fonte: Instituto Nacional de Estatística – Portugal

Em termos de distribuição por grupos de produtos, a estrutura das exportações portuguesas para os PALOP e Timor-Leste mantém-se dominada pelas categorias *Máquinas e Aparelhos*, *Alimentares* e *Metais Comuns*, os quais, no seu conjunto, foram responsáveis por 53% do total de bens exportados. Angola constituiu-se como o principal destino das exportações de Portugal para os PALOP e Timor-Leste em todos estes tipos de produtos.

Em relação às importações, o crescimento substancial dos *Combustíveis Minerais* provenientes de Angola em 2007 reduziu a importância de todas as outras classes de produtos, passando a representar 91.1% do total das importações portuguesas destes países. Note-se que os produtos *Agrícolas* e *Alimentares*, principalmente com origem em Moçambique, mantiveram alguma dinâmica sendo responsáveis por 5.6% das importações de Portugal dos PALOP e de Timor-Leste.

No conjunto do ano de 2007, o saldo agregado das balanças correntes bilaterais de Portugal com os países considerados atingiu um valor positivo de EUR 2 287.0 milhões, constituindo um novo reforço face ao ano anterior, mantendo a trajectória crescente iniciada em 2000. Este excedente corrente traduz sobretudo a já referida contribuição positiva da balança comercial, embora inclua igualmente excedentes das balanças de serviços (que registou uma subida com algum relevo) e de rendimentos (a qual se reduziu ligeiramente).

Gráfico III.1.7.

Fonte: Banco de Portugal

Tal como vem sendo habitual, as transferências correntes com os PALOP e Timor-Leste mantêm um saldo negativo para Portugal. No entanto, o crescimento que têm vindo a evidenciar as remessas de emigrantes portugueses em Angola acabou por inverter o sinal da contribuição líquida das remessas de emigrantes em 2007, sendo pela primeira vez favorável a Portugal em relação ao agregado deste conjunto de países. Nos restantes países manteve-se ou acentuou-se a tendência de crescimento das remessas de imigrantes com destino aos seus países de origem, com destaque para Cabo Verde.

Quadro A.III.1.1.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
DE MERCADORIAS (ÓPTICA DE PORTUGAL)

Em milhões de EUR, preços correntes

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1980	3.8	44.4	0.4	8.1	0.8	4.0	5.5	9.3	0.4	3.2			10.9	68.9
	4.7	69.0	1.1	9.0	0.9	4.5	5.6	10.4	0.6	3.9			13.0	96.8
	9.0	33.6	0.2	9.3	1.4	10.6	5.9	26.8	0.4	1.7			16.9	82.1
	7.5	55.2	0.2	14.7	3.2	7.0	8.6	35.0	0.9	1.3			20.5	113.1
1985	27.7	113.3	0.7	13.4	5.3	9.9	7.4	29.5	1.0	2.3			42.0	168.5
	69.8	133.3	1.2	23.4	1.6	9.5	5.1	18.7	0.8	4.2			78.7	189.1
	55.8	68.8	1.0	23.3	1.3	5.9	1.9	15.3	0.3	2.9			60.4	116.2
	28.0	72.9	2.5	26.6	1.9	9.4	6.8	22.4	0.2	3.8			39.4	135.0
1990	22.4	147.9	1.2	26.8	1.3	13.1	5.1	23.5	0.4	4.4			30.5	215.9
	40.6	251.5	1.6	28.3	1.8	20.5	9.0	29.7	0.3	7.0			53.3	337.0
	62.5	291.9	1.7	36.7	2.3	29.4	11.0	30.6	0.2	7.7			77.6	396.2
	72.1	394.4	2.2	37.2	3.3	24.4	12.3	27.7	0.2	7.9			90.1	491.5
1995	78.1	551.6	1.9	38.6	3.2	17.7	23.7	22.8	0.3	8.3			107.2	639.0
	4.8	277.8	1.4	47.2	3.3	18.2	15.7	29.9	0.2	10.4			25.4	383.5
	4.7	242.3	2.6	69.4	4.1	25.5	20.7	35.8	0.1	10.5			32.3	383.5
	9.8	259.5	5.5	89.5	4.9	22.7	22.6	36.8	0.2	12.9			43.0	421.3
2000	9.7	304.8	7.8	96.6	3.7	21.5	24.0	40.3	0.2	12.9			45.4	476.2
	39.3	393.6	9.1	109.3	2.4	24.6	27.4	43.4	0.5	13.2			78.7	584.2
	21.9	368.3	9.0	118.0	2.0	15.6	28.5	61.5	1.1	16.9			62.5	580.4
	10.1	276.7	9.7	138.3	0.4	17.0	39.3	66.7	4.2	18.7			63.7	517.4
2005	57.7	371.0	9.8	169.6	1.5	27.7	45.2	69.1	8.9	19.3			123.0	656.8
	127.0	503.6	9.5	134.6	2.7	22.8	39.7	63.1	2.6	21.3			181.5	745.4
	69.9	569.6	9.3	148.2	3.3	20.7	36.8	53.9	0.5	29.6	1.1	0.9	120.9	822.8
	2.4	651.7	8.8	136.7	1.9	17.0	38.4	54.0	0.3	25.3	0.5	5.0	52.3	889.7
2007	1.8	671.1	10.8	139.7	0.8	17.8	26.1	54.9	0.3	24.0	0.8	1.4	40.6	908.9
	25.1	801.9	7.3	148.3	1.0	23.6	31.6	64.1	0.2	22.2	1.1	1.1	66.3	1061.2
2007	52.7	1210.2	7.1	189.7	1.2	27.1	28.7	73.7	0.7	28.3	1.3	2.4	91.7	1531.4
	369.5	1680.2	7.2	225.7	0.5	34.2	25.7	89.4	0.3	33.1	0.2	1.2	403.3	2063.6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal.

Quadro A.III.1.2.

PORTUGAL/PALOP E TIMOR-LESTE: PESO DO COMÉRCIO COM OS PALOP
E TIMOR-LESTE NO COMÉRCIO PORTUGUÊS

Em percentagem

	Angola		Cabo Verde		Guiné-Bissau		Moçambique		S.Tomé e Príncipe		Timor-Leste		TOTAL	
	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.	Imp.	Exp.
1980	0.16	3.84	0.02	0.70	0.04	0.34	0.23	0.80	0.02	0.27			0.46	5.96
	0.15	5.39	0.04	0.70	0.03	0.35	0.19	0.81	0.02	0.31			0.43	7.55
	0.24	2.03	0.01	0.56	0.04	0.64	0.16	1.62	0.01	0.10			0.45	4.96
	0.17	2.17	0.01	0.58	0.07	0.27	0.19	1.38	0.02	0.05			0.46	4.46
1985	0.48	2.99	0.01	0.35	0.09	0.26	0.13	0.78	0.02	0.06			0.73	4.44
	1.06	2.75	0.02	0.48	0.02	0.20	0.08	0.39	0.01	0.09			1.19	3.90
	0.78	1.27	0.01	0.43	0.02	0.11	0.03	0.28	0.00	0.05			0.84	2.15
	0.29	1.11	0.03	0.41	0.02	0.14	0.07	0.34	0.00	0.06			0.40	2.06
1990	0.18	1.87	0.01	0.34	0.01	0.17	0.04	0.30	0.00	0.06			0.24	2.74
	0.27	2.50	0.01	0.28	0.01	0.20	0.06	0.30	0.00	0.07			0.36	3.35
	0.35	2.51	0.01	0.31	0.01	0.25	0.06	0.26	0.00	0.07			0.43	3.40
	0.38	3.36	0.01	0.32	0.02	0.21	0.06	0.24	0.00	0.07			0.47	4.19
1995	0.38	4.47	0.01	0.31	0.02	0.14	0.12	0.18	0.00	0.07			0.53	5.18
	0.02	2.25	0.01	0.38	0.02	0.15	0.08	0.24	0.00	0.08			0.13	3.11
	0.02	1.63	0.01	0.47	0.02	0.17	0.09	0.24	0.00	0.07			0.14	2.58
	0.04	1.70	0.02	0.59	0.02	0.15	0.09	0.24	0.00	0.08			0.17	2.76
2000	0.04	1.61	0.03	0.51	0.01	0.11	0.09	0.21	0.00	0.07			0.17	2.52
	0.13	1.95	0.03	0.54	0.01	0.12	0.09	0.21	0.00	0.07			0.27	2.89
	0.07	1.70	0.03	0.54	0.01	0.07	0.09	0.28	0.01	0.08			0.19	2.67
	0.03	1.16	0.03	0.58	0.00	0.07	0.11	0.28	0.02	0.08			0.17	2.17
2005	0.14	1.36	0.02	0.62	0.00	0.10	0.11	0.25	0.03	0.07			0.29	2.40
	0.29	1.79	0.02	0.48	0.01	0.08	0.09	0.22	0.01	0.08			0.42	2.64
	0.17	2.03	0.02	0.53	0.01	0.07	0.09	0.19	0.00	0.11	0.00	0.00	0.29	2.93
	0.01	2.30	0.02	0.48	0.00	0.06	0.09	0.19	0.00	0.09	0.00	0.02	0.13	3.14
2007	0.00	2.26	0.02	0.47	0.00	0.06	0.06	0.18	0.00	0.08	0.00	0.00	0.09	3.06
	0.05	2.59	0.02	0.48	0.00	0.08	0.07	0.21	0.00	0.07	0.00	0.00	0.14	3.42
2007	0.10	3.49	0.01	0.55	0.00	0.08	0.06	0.21	0.00	0.08	0.00	0.01	0.18	4.41
	0.67	4.45	0.01	0.60	0.00	0.09	0.05	0.24	0.00	0.09	0.00	0.00	0.73	5.47

Fonte: Instituto Nacional de Estatística - Portugal. Cálculos do Banco de Portugal.

Quadro A.III.1.4.
**BALANÇAS CORRENTE E DE CAPITAL COM OS PALOP E TIMOR-LESTE
(ÓPTICA DE PORTUGAL)**

Em milhões de EUR

		Balança Corrente								Saldo	Balança de Capital
		Mercadorias			Serviços	Rendimentos	Transferências Correntes				
		Exportações	Importações	Saldo			Total	dq: Remessas de Emigrantes Imigrantes			
Angola	2003	657.9	6.4	651.5	173.0	50.9	-0.3	9.4	8.0	875.1	-3.6
	2004	677.9	5.9	672.0	187.5	99.8	7.1	20.6	11.1	966.4	-2.1
	2005	796.5	28.6	767.9	179.8	180.3	10.1	23.4	13.7	1 138.0	-4.7
	2006	1 211.6	58.8	1 152.8	267.1	176.0	28.2	32.9	11.5	1 624.1	-4.5
	2007	1 680.4	361.0	1 319.4	312.6	172.8	30.9	48.1	12.3	1 835.6	-68.9
Cabo Verde	2003	138.2	9.0	129.2	29.4	9.0	-20.8	1.7	10.3	146.7	-0.7
	2004	141.1	12.4	128.7	16.2	-22.0	-22.1	3.0	12.7	100.8	-1.5
	2005	147.6	7.8	139.8	18.5	7.7	-32.1	2.0	17.3	133.9	-3.7
	2006	188.6	7.5	181.2	20.3	-5.2	-30.0	2.9	20.0	166.2	-4.6
	2007	225.9	7.8	218.1	24.5	-8.1	-36.3	2.6	22.3	198.2	-5.4
Guiné-Bissau	2003	17.1	1.9	15.2	1.2	2.7	-5.8	0.1	6.2	13.3	-1.6
	2004	18.0	0.8	17.2	-0.8	0.9	-5.7	0.0	5.7	11.5	-1.9
	2005	23.9	1.0	22.9	2.5	1.0	-2.5	0.0	2.6	23.8	-2.1
	2006	27.0	1.1	25.9	1.9	1.3	-5.5	0.0	4.6	23.6	-1.1
	2007	34.2	0.5	33.6	4.9	0.5	-6.5	0.6	6.1	32.5	-1.3
Moçambique	2003	54.5	40.5	14.0	7.1	137.0	-2.9	2.3	4.0	155.3	-1.8
	2004	55.5	28.9	26.6	11.7	135.0	-1.0	1.9	2.7	172.4	-4.0
	2005	64.2	30.8	33.3	7.5	135.3	-1.8	1.8	4.1	174.4	-5.6
	2006	73.7	35.8	37.9	13.6	154.5	-2.9	1.9	4.4	203.0	-3.6
	2007	89.4	33.8	55.5	33.9	119.1	-1.8	2.4	5.9	206.8	-2.5
S. Tomé e Príncipe	2003	25.6	0.5	25.0	11.1	-3.1	0.4	0.2	0.2	33.4	0.0
	2004	24.3	0.6	23.6	3.3	1.2	-0.1	0.1	0.4	28.1	-1.1
	2005	22.2	0.7	21.5	3.0	1.2	-0.2	0.1	0.8	25.5	-0.2
	2006	28.3	1.2	27.0	6.5	0.9	0.1	0.4	0.8	34.6	0.0
	2007	33.1	0.7	32.3	9.2	1.5	-0.7	0.4	1.0	42.3	0.0
Timor-Leste	2003	5.0	0.6	4.4	-4.9	-1.2	-4.4	0.0	0.2	-6.0	-4.2
	2004	1.4	0.8	0.6	-2.8	-0.5	-1.6	0.0	0.1	-4.2	-2.5
	2005	1.2	1.2	0.0	-1.7	-0.4	-9.0	0.0	0.1	-11.2	-3.8
	2006	2.5	1.2	1.2	-5.2	-25.3	-2.8	0.0	0.1	-32.0	-4.6
	2007	1.2	0.2	1.0	-3.4	-26.1	0.2	0.0	0.1	-28.4	-0.3
Total dos PALOP e Timor-Leste	2003	898.4	58.9	839.4	216.8	195.2	-33.8	13.8	28.9	1 217.6	-12.0
	2004	918.2	49.4	868.8	215.2	214.4	-23.5	25.7	32.8	1 275.0	-13.1
	2005	1 055.5	70.1	985.5	209.5	325.0	-35.4	27.3	38.7	1 484.5	-20.1
	2006	1 531.7	105.7	1 426.0	304.2	302.2	-12.9	38.2	41.5	2 019.6	-18.4
	2007	2 064.1	404.2	1 659.9	381.7	259.6	-14.2	54.0	47.6	2 287.0	-78.4

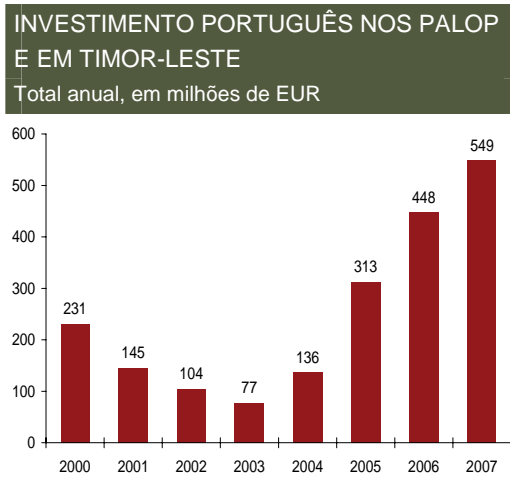
Fonte: Banco de Portugal.

As balanças aqui apresentadas estão em harmonia com as alterações introduzidas, a partir de Janeiro de 1999, nas estatísticas da balança de pagamentos elaboradas e divulgadas pelo Banco de Portugal. Estas alterações envolveram revisão de conceitos e de metodologias de apuramento de agregados, o que concorre para a não coincidência dos saldos das rubricas mercadorias com os mesmos indicadores implícitos nos dados do INE dos quadros precedentes.

III.2. Investimento directo bilateral nos PALOP e em Timor-Leste

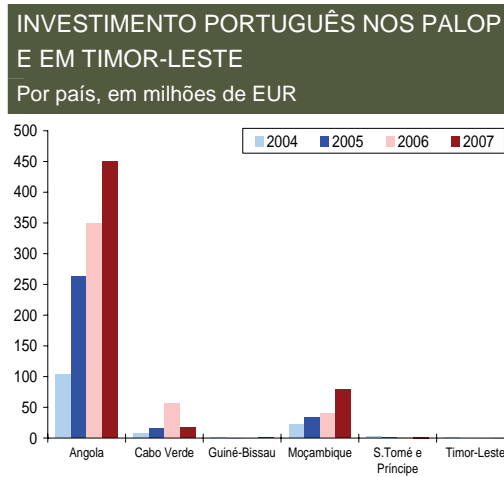
O investimento directo de Portugal nos PALOP e em Timor-Leste apresentou uma nova subida em 2007 (+22.6%), fixando-se em EUR 548.7 milhões, continuando a tendência ascendente dos anos anteriores. No entanto, o aumento significativo do desinvestimento (mais que quadruplicando em relação a 2006) conduziu a um decréscimo do investimento em termos líquidos, atingindo um valor negativo de EUR 778.7 milhões.

Gráfico III.2.1.



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico III.2.2.



Fonte: Banco de Portugal

Como acontece desde 2001, o investimento realizado por Portugal em 2007 destinou-se principalmente a Angola (82.1% do total), seguido de Moçambique (14.3%) e de Cabo Verde (3.1%). O conjunto dos restantes países evidencia valores bastante baixos, representando apenas 0.5% do total.

Tal como acontece desde 2005, os principais sectores de destino do investimento português no conjunto dos PALOP e Timor-Leste em 2007 foram *Construção* (28.1%), *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (27.2%) e *Actividades Financeiras* (23.8%).

O incremento do desinvestimento português naqueles países ao longo de 2007 decorreu principalmente dos valores inscritos nas classes *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* (sobretudo Angola e Cabo Verde) e *Construção* (maioritariamente em Angola).

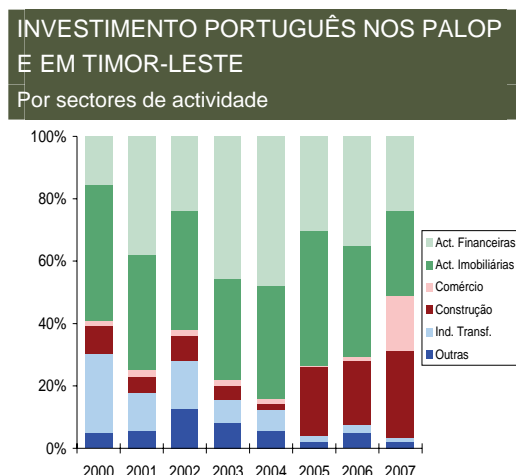
O investimento directo português realizado em **Angola** em 2007 totalizou EUR 450.2 milhões (mais EUR 100.6 milhões que no ano anterior), tendo sido sobretudo destinado a *Construção*, *Actividades financeiras*, *Comércio* e *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*, os quais, no seu conjunto, representaram 97.4% do total para aquele país.

Em 2007, para **Cabo Verde** foi canalizado investimento português no montante de EUR 17.2 milhões (bastante abaixo dos EUR 56.3 milhões de 2006), decréscimo que se deveu principalmente à redução verificada nas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas*.

Em **Moçambique**, o investimento atingiu EUR 78.6 milhões em 2007, o que corresponde a uma subida de EUR 38.0 milhões face a 2006, decorrente dos acréscimos nas *Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas* e na *Construção*.

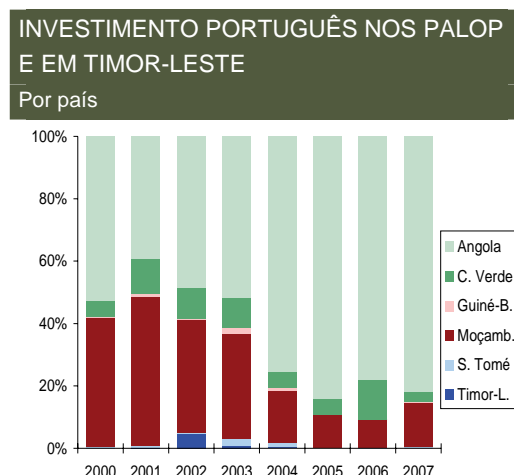
O investimento de Portugal nos restantes países considerados atingiu, em 2007, EUR 1.8 milhões em **S. Tomé e Príncipe** (principalmente *Alojamento e Restauração*), EUR 0.8 milhões para a **Guiné-Bissau** (sobretudo *Actividades financeiras*) e EUR 0.1 milhões no caso de **Timor-Leste** (classificados em *Outras*).

Gráfico III.2.3.



Fonte: Banco de Portugal

Gráfico III.2.4.



Fonte: Banco de Portugal

Apesar da subida verificada, o investimento directo dos PALOP e Timor-Leste em Portugal mantém-se em níveis bastante diminutos (num total de EUR 14.50 milhões), sendo sobretudo proveniente de Angola (95.8% do total).

Quadro III.2.1.

BANCOS PORTUGUESES REPRESENTADOS NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE			
Situação em Junho de 2008			
País / Banco	Forma de Representação	País / Banco	Forma de Representação
Angola*		Moçambique	
Banco BPI	Banco de Fomento (Angola)	Banco BPI	Banco Comercial e de Investimentos
Banco Com. Português	Banco Millenium Angola	Banco Com. Português	Banco Internacional de Moç.
Banco Espírito Santo	Banco Espírito Santo Angola, SARL	Banco EFISA	Escritório em Maputo
Banco Santander Totta	Banco Totta de Angola	Caixa Geral Depósitos	Banco Comercial e de Investimentos
Cabo Verde**		Montepio Geral	Banco de Desenv. e Com. de Moç.
Caixa Geral Depósitos	Banco Interatlântico	S. Tomé e Príncipe	
Montepio Geral	Banco Comercial do Atlântico	Caixa Geral Depósitos	Banco Internac. S. Tomé e Príncipe
<i>estabelecidos em off-shore</i>		Timor-Leste	
Caixa Central CAM	Sucursal	Caixa Geral Depósitos	Sucursal
Montepio Geral	Banco Montepio Geral		
Banco Port. Negócios	BPN Cabo Verde		
Banco Espírito Santo	Sucursal		

Fonte: Banco de Portugal

* - Adicionalmente, a SGPS que detém o Finibanco possui uma participação no Finibanco Angola;

** - Adicionalmente, a SGPS que detém o BANIF possui uma participação no Banco Cabo-Verdiano de Negócios.

Quadro A.III.2.1.

INVESTIMENTO DIRECTO DE PORTUGAL NOS PALOP E EM TIMOR-LESTE

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

	2004		2005		2006		2007	
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.
Angola								
Actividades Financeiras	62.9	26.0	85.9	12.9	152.9		120.9	
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	28.7	0.6	104.8	0.8	73.8	62.4	84.9	612.6
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)			0.2		4.9		0.2	
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	1.8	0.5	1.2	1.1	5.4	1.6	95.5	16.0
Construção	2.1	1.3	65.7	92.6	90.8	133.8	137.3	487.7
Indústrias Transformadoras	5.9	0.0	4.0	0.4	9.0	7.3	4.7	9.7
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações			0.1		0.1		0.1	
Outros	1.8	5.0	1.7	1.3	12.7	3.1	6.7	12.1
Total	103.1	33.5	263.6	109.1	349.6	208.2	450.2	1 138.1
Cabo Verde								
Actividades Financeiras	0.2	12.6	8.7	0.1	1.0		5.0	0.5
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	4.9	32.9	4.5	2.5	52.8	44.0	9.4	107.5
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)		0.1						
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	0.0				0.1		1.0	0.2
Construção	0.2		0.1	0.5			0.4	3.5
Indústrias Transformadoras	0.6	4.4	1.0	0.0	0.4		0.6	
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações					0.1			
Outros	0.9	0.4	0.9	0.6	2.1	2.3	0.9	0.0
Total	6.9	50.3	15.1	3.7	56.3	46.2	17.2	111.7
Guiné-Bissau								
Actividades Financeiras	0.0	1.0	0.1	0.1	0.1		0.7	
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.0							4.2
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.		0.0	0.0		0.0		0.0	
Construção								2.8
Indústrias Transformadoras	0.7							
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações								3.1
Outros	0.2	0.0	0.1	0.0	0.1	0.5	0.1	0.0
Total	1.0	1.1	0.2	0.1	0.2	0.5	0.8	10.1
Moçambique								
Actividades Financeiras	1.9	17.2	0.3	10.8	3.6	0.0	4.0	0.1
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	15.6	1.2	25.4	7.4	32.1	11.3	54.9	10.2
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)	2.7			3.7	1.2	2.0		2.1
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0		0.3	0.1
Construção	0.7	0.9	3.2	0.5	1.2	18.0	16.3	15.7
Indústrias Transformadoras	1.5	0.4	1.3	0.4	1.0	0.1	1.3	0.1
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações		0.0						
Outros	0.3	0.7	2.8	0.6	1.4	0.1	1.8	1.1
Total	22.7	20.5	33.1	23.4	40.6	31.5	78.6	29.4
S. Tomé e Príncipe								
Actividades Financeiras								
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.1				0.2		0.2	
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)			0.1			0.0	0.7	0.0
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.						0.0		0.0
Construção					0.1		0.2	1.4
Indústrias Transformadoras								
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações	2.0		0.6		0.4		0.4	9.9
Outros	0.1		0.0		0.0		0.3	0.2
Total	2.2	0.0	0.7	0.0	0.7	0.1	1.8	11.5
Timor-Leste								
Actividades Financeiras	0.4					25.2		26.4
Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.0							
Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veículos Autom.								
Construção								
Indústrias Transformadoras								
Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Água								
Transportes, Armazenagem e Comunicações		1.8						
Outros	0.0	0.6	0.0	0.2	0.2	0.6	0.1	0.2
Total	0.4	2.3	0.0	0.2	0.2	25.7	0.1	26.6
Total PALOP e Timor-Leste	136.3	107.7	312.8	136.6	447.6	312.2	548.7	1 327.4

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento de Portugal no Exterior.

Quadro A.III.2.2.

INVESTIMENTO DIRECTO DOS PALOP E DE TIMOR-LESTE EM PORTUGAL

Por sectores de actividade, em milhões de EUR

	2004		2005		2006		2007		
	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	Inv.	Desinv.	
Angola	Actividades Financeiras		1.6	0.2	0.2		0.4		
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	1.0	0.1	5.0		12.8	0.1	8.7	4.9
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)					0.0		0.2	
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção		0.0	0.5	0.0	1.8		1.9	
	Indústrias Transformadoras				0.1	0.4		0.2	0.1
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações					0.0			
Outros	3.2	0.5	0.8	0.2	2.5		1.8	0.8	
Total	4.2	2.3	6.3	0.5	17.7	0.1	13.2	5.7	
Cabo Verde	Actividades Financeiras								
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			0.1	0.0	0.0	0.2	0.1	0.2
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção								
	Indústrias Transformadoras							0.1	
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações								
Outros		0.0	0.1	0.1			0.0	1.0	
Total	0.0	0.0	0.2	0.1	0.0	0.2	0.2	1.2	
Guiné-Bissau	Actividades Financeiras								
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas								
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção								
	Indústrias Transformadoras								
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações								
Outros				0.0	0.0		0.0		
Total	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Moçambique	Actividades Financeiras								
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas	0.0		0.0	0.1	1.9	0.4	2.0	0.0
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção						0.2		0.1
	Indústrias Transformadoras					0.0			
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações								
Outros	0.0	0.1		0.0		0.0		0.0	
Total	0.0	0.1	0.0	0.1	1.9	0.6	2.0	0.1	
S. Tomé e Príncipe	Actividades Financeiras								
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas			0.1		0.5			
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção								
	Indústrias Transformadoras								
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações								
Outros	0.0		0.1						
Total	0.0	0.0	0.2	0.0	0.5	0.0	0.0	0.0	
Timor-Leste	Actividades Financeiras								
	Act. Imob., Alugueres e Serviços Prestados às Empresas								
	Alojamento e Restauração (Restaurantes e Similares)								
	Comércio (Grosso e a Retalho). Reparação Veiculos Autom.								
	Construção								
	Indústrias Transformadoras								
	Produção e Distribuição de Electricidade, de Gás e de Agua								
	Transportes, Armazenagem e Comunicações								
Outros									
Total	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	
Total PALOP e Timor-Leste	4.2	2.4	6.6	0.7	20.1	1.0	15.5	7.0	

Fonte: Banco de Portugal. Estatísticas elaboradas a partir do Inquérito ao Investimento Directo do Exterior em Portugal.

III.3. Dívida oficial dos PALOP a Portugal

A dívida oficial dos PALOP a Portugal – que engloba não só a dívida directa ao Estado português como a por este garantida – totalizava 1 776 milhões de USD a 31 de Dezembro de 2007, correspondendo a uma subida de 259 milhões de USD face ao valor de final do ano anterior (o que equivale a um aumento de 17.1%, em termos relativos).

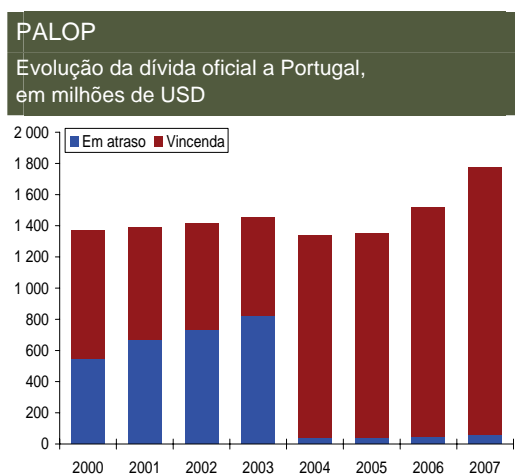
Quadro III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL		
Em 31-12-2007		
	Em milhões de USD	Em %
Angola	1073	60.4
Moçambique	386	21.7
Cabo Verde	152	8.5
Guiné-Bissau	131	7.4
S. Tomé e Príncipe	35	2.0
TOTAL	1776	100.0

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARl

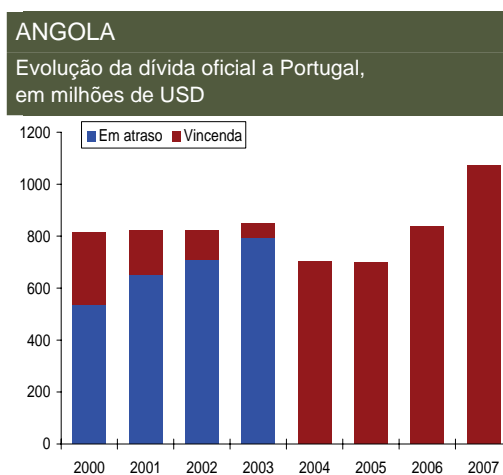
Este crescimento voltou a acentuar a trajectória ascendente retomada em 2005, reflectindo sobretudo o acréscimo evidenciado pela dívida a médio e longo prazos garantida pelo Estado (+250 milhões de USD), embora a dívida directa ao Estado tenha igualmente denotado alguma subida (+9 milhões de USD).

Gráfico III.3.1.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

Gráfico III.3.2.



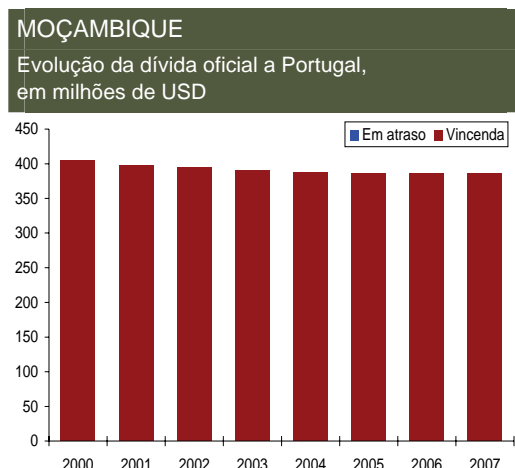
Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

O crescimento dos empréstimos de médio e longo prazos garantidos pelo Estado fez elevar em 234 milhões de USD a dívida oficial de **Angola** a Portugal em 2007, sendo a principal responsável pela subida evidenciada pelo conjunto dos PALOP. Relembre-se que a dívida directa vincenda remanescente mantém o valor desde 2004 como resultado do período de carência acordado até 2009, no âmbito do reescalonamento assinado naquele ano.

A dívida oficial de **Moçambique** a Portugal manteve em 2007 o valor do ano anterior, sendo integralmente constituído por dívida directa, tendo o serviço da dívida a médio e longo prazos garanti-

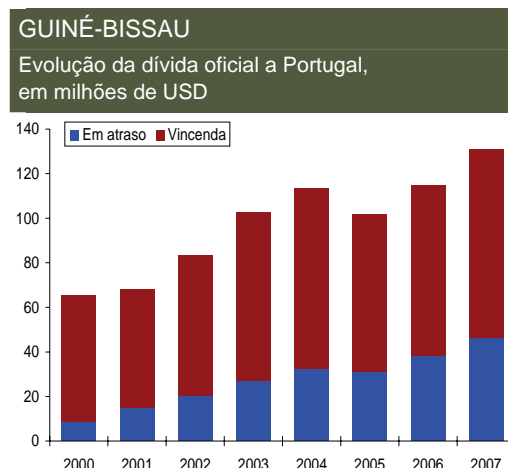
da pelo Estado sido inteiramente pago em 2005. Foi assinado em Julho de 2008 o acordo de reestruturação e cancelamento progressivo da dívida bilateral moçambicana, comprometendo-se Portugal a cancelar os montantes em dívida progressivamente até 2025, nas respectivas datas de vencimento, verificado que esteja o cumprimento dos compromissos assumidos por Moçambique perante o Clube de Paris no âmbito da Iniciativa HIPC.

Gráfico III.3.3.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

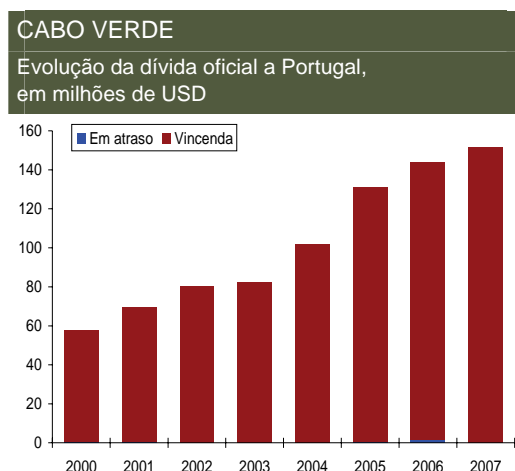
Gráfico III.3.4.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

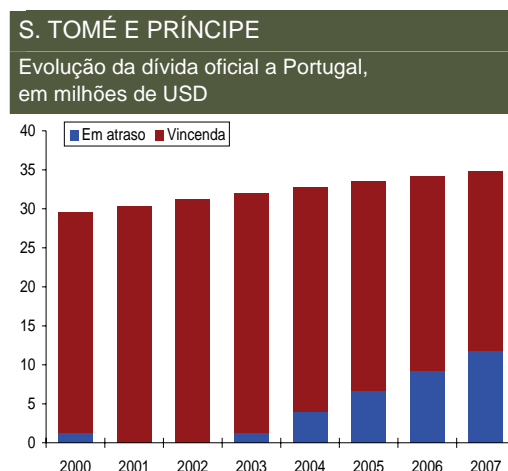
A dívida oficial de **Cabo Verde** a Portugal manteve a tendência de crescimento que evidencia desde 1998, elevando-se a um total de 152 milhões de USD no final de 2007, superior em 8 milhões de USD ao valor do ano anterior (+5.4%). Esta subida resultou do aumento da dívida directa ao Estado (decorrente de novos saques relativos a empréstimos relacionados com infra-estruturas rodoviárias), tendo a dívida garantida voltado a registar alguma diminuição.

Gráfico III.3.5.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

Gráfico III.3.6.



Fonte: Min. das Finanças e Admin. Pública - GPEARl

A evolução da dívida oficial da **Guiné-Bissau** continua a reflectir sobretudo o comportamento do EUR face ao USD, uma vez que os créditos estão denominados na moeda europeia. Em 2007, os totais apurados evidenciaram um acréscimo de 18 milhões de USD (+14.2% em relação ao final de

2006), subida principalmente decorrente da apreciação do EUR em relação à moeda norte-americana ao longo de 2007.

Após a obtenção do Ponto de Decisão da Iniciativa HIPC reforçada em Dezembro de 2000, a Guiné-Bissau sentiu algumas dificuldades em alcançar os objectivos traçados no programa acordado com o Fundo, pelo que o processo de alívio de dívida foi entretanto suspenso. A assinatura, em Janeiro de 2008, de um acordo para apoio ao programa económico ao abrigo da Assistência de Emergência Pós-Conflito do FMI (EPCA, da terminologia inglesa) e a avaliação positiva do seu cumprimento poderão ter como corolário o estabelecimento de um novo programa ao abrigo da Facilidade de Crescimento e Redução de Pobreza com aquela instituição (PRGF, da terminologia inglesa), condição necessária para retomar o processo da Iniciativa HIPC (com a obtenção do respectivo Ponto de Conclusão) e garantir simultaneamente o acesso à Iniciativa de Redução da Dívida Multilateral.

A evolução da dívida de **S. Tomé e Príncipe** a Portugal em 2007 foi uma vez mais caracterizada pela acumulação de atrasados em relação à dívida directa ao estado. Em Julho de 2008 foi assinado o acordo relativo à reestruturação e cancelamento progressivo da dívida de São Tomé e Príncipe a Portugal, no sequência do compromisso dos Estados-membros da União Europeia para o cancelamento da totalidade da dívida dos países que atingissem o Ponto de Conclusão da Iniciativa HIPC (atingido em Março de 2007).

Quadro A.III.3.1.

DÍVIDA OFICIAL DOS PALOP A PORTUGAL

Em milhões de USD

	Dívida Directa ao Estado			Dívida a Médio e Longo prazos Garantida pelo Estado			Dívida a Curto prazo Garantida pelo Estado			Dívida Oficial		
	(1)			(2)			(3)			(1)+(2)+(3)		
	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total	Vincenda	Em atraso	Total
Angola	2000	170	379	549	110	156	266			280	536	815
	2001	105	454	559	68	198	266			172	652	824
	2002	62	501	564	50	209	259			112	710	823
	2003	43	524	567	12	271	283			55	795	850
	2004	698		698	4	1	5			701	1	702
	2005	698		698	1		1			699		699
	2006	698		698	140		140			838		838
	2007	698		698	375		375			1 073		1 073
Cabo Verde	2000	38	0	39	19		19			57	0	58
	2001	40		40	29	1	29			69	1	70
	2002	45		45	35		35			80		80
	2003	48		48	34		34			82		82
	2004	46		46	56		56			102		102
	2005	48		48	83	1	84			131	1	131
	2006	64		64	78	2	80			142	2	144
	2007	77		77	75		75			152		152
Guiné-Bissau	2000	57	9	65						57	9	65
	2001	53	15	68						53	15	68
	2002	63	20	83						63	20	83
	2003	75	27	103						75	27	103
	2004	81	33	114						81	33	114
	2005	70	31	102						70	31	102
	2006	77	38	115						77	38	115
	2007	85	46	131						85	46	131
Moçambique	2000	386		386	18		18			405		405
	2001	386		386	12		12			398		398
	2002	386		386	8		8			394		394
	2003	386		386	5		5			391		391
	2004	386		386	2		2			388		388
	2005	386		386						386		386
	2006	386		386						386		386
	2007	386		386						386		386
S. Tomé e Príncipe	2000	28	1	30						28	1	30
	2001	30		30						30		30
	2002	31		31						31		31
	2003	31	1	32						31	1	32
	2004	29	4	33						29	4	33
	2005	27	7	34						27	7	34
	2006	25	9	34						25	9	34
	2007	23	12	35						23	12	35
Total dos PALOP	2000	679	389	1 069	147	156	304			827	546	1 373
	2001	615	469	1 084	108	199	307			723	668	1 391
	2002	588	522	1 110	93	209	302			681	731	1 412
	2003	584	552	1 136	50	271	321			634	824	1 458
	2004	1 239	37	1 276	61	1	62			1 300	38	1 338
	2005	1 229	38	1 267	84	1	85			1 313	39	1 352
	2006	1 250	47	1 297	219	2	220			1 468	49	1 517
	2007	1 269	58	1 327	450		450			1 718	58	1 776

Fonte: Ministério das Finanças e Administração Pública - GPEARI.